

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

MARIA ALINE DE ALENCAR OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL:
ESTUDO DE CASO VILA APARÍCIO DE MORAIS EM SANTA MARIA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



FLORIANÓPOLIS

2008

MARIA ALINE DE ALENCAR OLIVEIRA

**ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL:
ESTUDO DE CASO VILA APARÍCIO DE MORAIS EM SANTA MARIA/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC como requisito parcial à obtenção do grau de mestre.

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. CAROLINA PALERMO.

**FLORIANÓPOLIS
2008**

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA ALINE DE ALENCAR OLIVEIRA

ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE SOCIAL: ESTUDO DE CASO VILA APARÍCIO DE MORAIS EM SANTA MARIA/RS

Essa dissertação foi julgada aprovada para obtenção do grau de **Mestre em Arquitetura e Urbanismo** no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de Maio de 2008.

Dr^a. Carolina Palermo
Coordenadora do Programa

Dr^a. Carolina Palermo
Orientadora

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Wilson Jesuz da Cunha Silveira
UFSC/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Membro Avaliador

Dr^a. Sônia Afonso
UFSC/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Membro Avaliador

Dr^a. Carolina Palermo
UFSC/ Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Membro Avaliador

Dra. Maristela Moraes de Almeida
UNISUL / Departamento de Ciências Tecnológicas e
Ciências Exatas
Membro Avaliador

Ao meu pai e grande amigo Sergio Cordeiro Oliveira (*in memoriam*), pelo amor, pelas conversas e aventuras que ampliaram o meu mundo, por compartilhar comigo da sede de conhecimento, incentivo incansável em tudo que me propus a realizar.

À minha mãe Maria do Carmo Salatiel de Alencar Oliveira, minha amiga e confidente, pelo amor e apoio, em especial, por seu carisma natural que facilitou a aproximação junto aos moradores da vila durante a pesquisa de campo.

Às minhas quatro irmãs e amigas fiéis, Maria Emília, Lúcia Maria, Máira Maria e Milena Maria, pelo incentivo e por todos os nossos anos de convivência felizes.

Às minhas sobrinhas Maria Luísa e Maria Clara, dois girassóis de infinita alegria.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Carol, pelo entusiasmo e prazerosa orientação, por compartilhar comigo de seu admirável conhecimento em Habitação, pelas conversas, horas de risadas e por me acolher no GHab.

Aos amigos do GHAB, pela agradável convivência e estimulante troca de idéias.

Ao meu namorado Diego, pelo amor, paciência e apoio, que tornaram a minha jornada de trabalho mais leve, mesmo à distância.

Aos amigos do mestrado por todas as conversas e pelas experiências compartilhadas.

À minha amiga Michelle, pela amizade, incentivo constante e pela paixão inspiradora pela Arquitetura.

Às minhas amigas gaúchas, especialmente Roberta e Mauren, pelas conversas e confidências, pelos momentos alegres que tornaram os meus invernos menos frios.

Aos meus amigos nordestinos e colegas de mestrado, Miguel e Gabriela por me trazerem pedaços do nordeste e por me lembrar das minhas raízes.

Às amigas da Casa Verde Juliana, Mariana, Patrícia, Evelise e Elisabeth pela alegre convivência e pela generosa acolhida.

À minha amiga Vanessa Dorneles, pela amizade de longa data e apoio durante o mestrado.

Ao PósArq por ter me concedido a oportunidade de realizar o mestrado.

À Ivonete, secretária do PósArq, pelo tratamento carinhoso e competente.

Aos moradores da vila, pelas contribuições e por permitirem a realização da pesquisa.

Na arquitetura, no urbanismo e no planejamento urbano, os desafios situam-se, sobretudo, nas possibilidades de intervenção para a melhoria dessas imensas periferias ocupadas precariamente (SOUZA et al, 2005, p.9).

RESUMO

OLIVEIRA, Maria Aline de Alencar. **Estratégias de qualificação de Áreas de Interesse Social**: Estudo de caso Vila Aparício de Moraes em Santa Maria/RS. Florianópolis, SC, 21 de Maio de 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação, PósARQ/UFSC, 2008.

O processo de formação de favelas, típico de grandes centros urbanos, tem ocorrido em cidades do interior, através da ocupação espontânea do solo pela população de baixa renda. Em geral, essas áreas são desprovidas de infra-estrutura e apresentam-se como cenários de insustentabilidade ambiental e de deterioração da qualidade de vida humana. Esta situação agrava-se quando os projetos de urbanização desconsideram o usuário e se restringem à aplicação rígida dos parâmetros legais.

Em busca de estratégias que orientem projetos de intervenção urbana mais humanos, foi escolhida para esse estudo a Vila Aparício de Moraes, situada no município de Santa Maria-RS e resultante da ocupação urbana sem orientação técnica, realizada pelos próprios moradores. A população reside no local há 15 anos e ainda convive com precárias condições de habitabilidade. A área possui limitadores espaciais significativos, como a proximidade à área de mananciais, à rede de alta tensão e à linha férrea; todos eles remetem a legislações específicas e definem faixas *non aedificandi* que restringem áreas à ocupação e condicionam os projetos de urbanização.

O embasamento teórico visa identificar conceitos, elementos e práticas que possam contribuir para a delimitação do tema de pesquisa. Através do estudo de caso, busca-se a compreensão da relação dos moradores com a identidade comunitária do local e a identificação dos elementos de estruturação do espaço urbano, tendo em vista a orientação da proposta de intervenção. E por fim, realiza-se o estabelecimento de estratégias de qualificação para assentamentos espontâneos de população de baixa renda.

Os resultados obtidos nessa pesquisa pretendem servir de subsídio para projetos de urbanização de assentamentos espontâneos de população de baixa renda, visando à concreta melhoria das condições de vida aos moradores.

Palavras-chave: crise habitacional, ocupação espontânea, políticas públicas, urbanização de favelas.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Maria Aline de Alencar. **Strategies for qualification of Social Housing:** Case study Aparício Vila de Moraes in Santa Maria / RS. Florianópolis, SC, May, 21, 2008. Dissertation (MA in Architecture and Urbanism). Post-Graduate Program, PósARQ/UFSC, 2008.

The process of formation of slums, typical of large urban centers, has occurred in cities of the interior, through the spontaneous occupation of the ground by the people of low income. In general, these areas are devoid of infrastructure and present as scenes of unsustainability environmental deterioration in the quality of human life. This situation worsens when the projects of urbanization and if user do not restrict the application of strict legal parameters.

In search of strategies that direct projects of urban intervention more human, was chosen for this study the Vila Aparício de Moraes, located in the municipality of Santa Maria-RS and resulting occupation urban without technical guidance, held by the residents. The population is the place for 15 years and still coexists with precarious conditions of living. The area has significant space limitation, and the proximity to the area of fountains, the network of high-voltage and the railway line, they all refer to specific laws and define tracks *non aedificandi* areas that restrict the occupation and the condition of urbanization projects.

The theory seeks to identify concepts, elements and practices that may contribute to the definition of the subject of research. Through the case study, seeking to understand the relationship of the residents with the Community of local identity and identification of the elements of structuring of urban space, in view of the orientation of the proposed intervention. And finally it holds the establishment of strategies to qualification for spontaneous settlements of low income.

The results obtained in that search want to serve as a subsidy for projects in urban settlements of the population with low income, spontaneous occupation, aiming at concrete improvements in living conditions for residents.

Keywords: housing crisis, spontaneous occupation, public policies, urbanization of slums.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Alagados e suas subdivisões.....	38
Figura 2 – Localização das intervenções do Favela Bairro.....	40
Figura 3 – Bacia do Guarapiranga	42
Figura 4 – Localização do Município de Santa Maria.....	48
Figura 5 – Relação da cidade com o entorno natural.....	48
Figura 6 – Localização da Vila Aparício de Moraes.....	50
Figura 7 – Contextualização da Vila Aparício de Moraes com o entorno imediato.....	51
Figura 8 – Evolução do setor urbano: em 1992 (a) e após onze anos (b).....	52
Figura 9 – Localização da Cidade dos Meninos.....	53
Figura 10 – Tempo de moradia x material de construção.....	54
Figura 11 – Impacto da legislação: faixas <i>non aedificandi</i> e remoções.....	56
Figura 12 – Mapa com as relações de parentesco das famílias entrevistadas com cores identificando os lotes onde residem os vizinhos que possuem algum parentesco.....	66
Figura 13 – Configuração urbana da vila e identificação das barreiras físicas de expansão.....	68
Figura 14 – Relação visual do entorno.....	69
Figura 15 – Situação da área próxima aos mananciais.....	70
Figura 16 – Presença de lixo na Rua Equador próximo ao campo de futebol.....	70
Figura 17 – Localização dos equipamentos e dos pontos de iluminação pública.....	71
Figura 18 – Crianças brincando na Escola Renato Nocchi Zimmermann (a) e crianças brincando na Creche Vila Jardim (b).....	91
Figura 19 – Campo de futebol (a) e Cidade dos Meninos (b).....	91
Figura 20 – Moradores conversando em área coberta da casa (a) e outros na área externa do lote (b).....	92
Figura 21 – Crianças reunidas (a) e entusiasmadas com a presença de um vendedor de doces (b) na Rua Nércio de Oliveira.....	92
Figura 22 – Crianças brincando dentro do lote: algumas áreas livres dos lotes de boa qualidade, amplas e com vegetação (a) e outras em espaços restritos e confusos (b).....	93
Figura 23 – Crianças brincando de ‘bolinha de gude’ (a) e o registro de situação de lazer com o trânsito de veículos (b) na Rua Nércio de Oliveira.....	94
Figura 24 – Ponto de encontro de adolescentes próximos ao centro de triagem de lixo.....	94
Figura 25 – Moradores conversando na Travessa 6 (a) e outros reunidos na Travessa 4(b).....	94
Figura 26 – Bar do Pandeiro: ponto potencial de encontros de adultos, território masculino.....	95
Figura 27 – Criança brincando na Rua Nércio de Oliveira (a) e outras em meio a restos de material de construção e lixo reciclável no final da Travessa 1 (b).....	96
Figura 28 – Mapa com áreas passíveis de reparcelamento.....	101
Figura 29 - Novo parcelamento.....	102
Figura 30 – Espaços livres de convívio social e a proposta de uso múltiplo para algumas vias.....	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação das Favelas.....	28
Quadro 2 – Quadro de convergências dos programas com a Vila.....	46
Quadro 3 – Ocupações ilegais em Santa Maria-RS.....	49
Quadro 4 – Dados gerais sobre as condições das ruas internas da Vila.....	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos moradores.....	59
Gráfico 2 – Atividades de renda familiar.....	60
Gráfico 3 – Chefes de família.....	60
Gráfico 4 – Tempo de moradia no local.....	60
Gráfico 5 – Total de moradores por domicílio.....	61
Gráfico 6 – Área das edificações.....	61
Gráfico 7 – Área dos lotes.....	62
Gráfico 8 – Problemas encontrados na vila segundo opinião dos moradores.....	62
Gráfico 9 – Satisfação do morador em relação à moradia na vila.....	62
Gráfico 10 – Satisfação do morador em relação à vizinhança.....	63
Gráfico 11 – Participação nas atividades do centro comunitário.....	63
Gráfico 12 – Relação do local de trabalho com a moradia.....	63
Gráfico 13 – Relação do local de ensino com a moradia.....	64
Gráfico 14 – Instituições de saúde utilizadas pelos moradores.....	64
Gráfico 15 – Estabelecimentos comerciais utilizados pelos moradores.....	64
Gráfico 16 – Sobre a utilização do comércio de caráter local.....	65
Gráfico 17 – Atividades de lazer do adulto.....	65
Gráfico 18 – Locais de lazer das crianças.....	66

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Apresentação.....	13
1.2 Justificativa e relevância do estudo proposto.....	14
1.3 Questões da pesquisa.....	15
1.4 Objetivos.....	16
1.4.1 Objetivo geral.....	16
1.4.2 Objetivos específicos.....	16
1.5 Métodos utilizados.....	16
1.5.1 Revisão bibliográfica.....	17
1.5.2 Estudo de caso.....	17
1.5.2.1 Piloto de pesquisa.....	18
1.5.2.2 Revisão do roteiro.....	19
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	21
2.1 A produção informal do espaço urbano no Brasil.....	21
2.1.1 A questão da informalidade.....	24
2.1.2 Formas de provisão de moradia da população de baixa renda.....	26
2.1.3 Políticas de atuação em favelas.....	29
2.1.4 Considerações acerca do sub-capítulo.....	34
2.2 Experiências Significativas de Atuação em Favelas.....	36
2.2.1 Programa Ribeira Azul.....	36
2.2.2 Programa Favela-Bairro.....	39
2.2.3 Programa de Recuperação da Bacia de Guarapiranga.....	42
2.2.4 Considerações acerca do sub-capítulo.....	44
3. ESTUDO DE CASO: VILA APARÍCIO DE MORAIS.....	47
3.1 Processo histórico de consolidação.....	48
3.1.1 O estágio de evolução das unidades como indicador do grau de consolidação do assentamento	53
3.1.2 O impacto da legislação no processo de urbanização da Vila.....	55
3.2 A visão do morador.....	56
3.2.1 A intencionalidade do processo de ocupação espontânea.....	57
3.2.2 Caracterização da população	58
3.3 Leitura espacial	67
3.3.1 Morfologia geral da Vila	67

3.3.2 Caracterização do espaço público.....	69
3.4 Identificação dos espaços de socialização	88
3.5 Resultados do estudo de caso.....	96

**4. ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO DA VILA APARÍCIO DE
MORAIS**

4.1 Primeiras idéias	99
-----------------------------------	-----------

4.2 Viabilidade da Ação de Urbanização da Vila	100
---	------------

4.2.1 Alternativa para as remoções: o reassentamento próximo à antiga moradia.....	100
--	-----

4.2.2 Alternativa para a ausência de espaços de socialização: a rua como espaço de troca social.....	102
--	-----

4.3 Considerações finais	104
---------------------------------------	------------

4.4 Sugestões para futuras pesquisas.....	106
--	------------

FONTES BIBLIOGRÁFICAS.....

Referências bibliográficas.....	107
--	------------

Bibliografia consultada.....	110
-------------------------------------	------------

APÊNDICES

Apêndice A.....	Caracterização dos programas de urbanização de favelas
-----------------	--

Apêndice B.....	Mapa de localização das casas levantadas durante o piloto
-----------------	---

Apêndice C.....	Roteiro de entrevista piloto
-----------------	------------------------------

Apêndice D.....	Aplicações do piloto
-----------------	----------------------

Apêndice E.....	Dados obtidos do piloto
-----------------	-------------------------

Apêndice F.....	Mapa de localização das casas levantadas após a revisão do piloto
-----------------	---

Apêndice G.....	Roteiro final de entrevista
-----------------	-----------------------------

Apêndice H.....	Aplicações do roteiro final de entrevista
-----------------	---

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

A urbanização brasileira tem sido caracterizada por um processo de exclusão social e de forte segregação espacial, que atinge principalmente 40% da população, classificada pelo IBGE, como a parcela mais pobre.

Os serviços de infra-estrutura urbana são distribuídos de forma desigual; são deficientes em muitas áreas ou simplesmente inexistem. Essa situação agrava-se nos assentamentos com população de baixa renda, onde a precariedade de serviços básicos como transporte, água, esgoto, energia elétrica, somada a carência de áreas verdes, de lazer, esporte e cultura, produz espaços cada vez mais insustentáveis tanto para a população como para o ambiente¹.

A ocupação espontânea do solo urbano, entendida como aquela onde a orientação técnica é ausente, surge como uma alternativa habitacional à população de baixa renda, que responde à omissão do poder público em relação às práticas habitacionais e à impossibilidade da população em cumprir as imposições da regulação urbanística vigente e participar do mercado imobiliário devido ao seu baixo poder aquisitivo e ao alto custo da moradia, que inviabiliza o assentamento das camadas de baixa renda nas áreas providas de infra-estrutura.

O cenário de degradação ambiental e de deterioração da qualidade de vida da população criado na maioria desses assentamentos informais evidencia a necessidade de se assumir a realidade local, através da recuperação das áreas já habitadas e do respeito aos investimentos já realizados pelos moradores.

Apesar da situação de ilegalidade da maioria dos assentamentos espontâneos originados pela população de baixa renda, caracterizada pela ocupação de terras públicas e privadas e a conseqüente ocupação sem titulação das propriedades pelos moradores tornar questionável a realização de investimentos públicos para a melhoria das condições de vida da população, acredita-se que os benefícios gerados estender-se-iam aos moradores de todo o bairro, e, conseqüentemente, de toda a cidade. Ao mesmo tempo, se as prefeituras cobram impostos pelas ocupações dos terrenos e podem gerar titulações de propriedades,

¹ A idéia de insustentabilidade refere-se ao desequilíbrio ambiental gerado pelo uso irracional dos recursos físicos e naturais pela população, que pode causar danos ao ambiente, a saúde dos moradores e, assim, comprometer a utilização desse mesmo espaço pelas gerações futuras.

não justifica a falta de vontade política para a implantação de infra-estrutura nas periferias urbanas.

O trabalho realiza o estudo de uma área de ocupação espontânea, construída pelos próprios moradores sem orientação técnica, tendo como principal foco a Vila Aparício de Moraes, localizada no município de Santa Maria/RS e resultante de uma ocupação de aproximadamente 15 anos.

Os resultados obtidos nessa pesquisa pretendem servir de subsídio para projetos de urbanização de assentamentos de população de baixa renda, originados de ocupação espontânea, visando à possibilidade de concreta melhoria das condições de vida aos moradores.

1.2 Justificativa e relevância do estudo proposto

A formação de favelas, que anteriormente era considerada um fenômeno típico de capitais e de cidades brasileiras de grande e médio porte, tem ocorrido nas cidades do interior. O surgimento progressivo de assentamentos miseráveis torna urgente a definição de políticas de planejamento e de atendimento às necessidades das populações residentes nessas áreas.

Esse processo tem sido observado no município de Santa Maria, uma cidade de porte médio, que, por um lado, destaca-se por sua localização geográfica estratégica no centro do estado do Rio Grande do Sul e pela função que desempenha como pólo regional de atividades terciárias – comércio e prestação de serviços, especialmente o ensino -, mas que, por outro, apresenta inúmeros bolsões de miséria. Segundo Rossini (2005), há aproximadamente 65 favelas, que representam um total de 10.000 residências, inseridas em áreas sem nenhuma infra-estrutura urbana.

A distribuição espacial da maioria dos equipamentos de infra-estrutura urbana de Santa Maria está diretamente relacionada ao o nível de renda média da população dos bairros da cidade, havendo uma maior concentração dos equipamentos nos bairros próximos ao centro da cidade, o que demonstra um elevado grau de segregação social. Um problema que se agrava pelo grande número de áreas de ocupação irregular, onde muitas famílias de baixa renda sobrevivem com infra-estrutura inadequada (ROSSINI, 2005).

Considera-se, ainda, que o insucesso inerente ao tratamento que é dado à maioria dessas áreas de ocupação irregular é decorrente da desconsideração da existência do

usuário e a restrição das propostas à aplicação rígida da legislação vigente. Estas falhas poderiam ser amenizadas através da participação da comunidade nas decisões relativas ao projeto de urbanização e da proposição de uma legislação específica para essas áreas de interesse social, com parâmetros legais não menos ideais para o desenvolvimento qualitativo da área.

Com o objetivo de aprofundar as questões anteriormente expostas, para este estudo foi selecionada a Vila Aparício de Moraes, situada no município de Santa Maria-RS e resultante da ocupação ilegal de uma área que pertencia aos servidores públicos da UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). A população reside no local há quinze anos e ainda convivem com as precárias condições de habitabilidade.

A precariedade configura-se tanto pela condição de rusticidade das moradias como pelas condições ambientais geradas pela inexistência de urbanização e pela indisponibilidade de infra-estrutura urbana adequada.

A área de estudo possui limitadores espaciais significativos e que, em alguns casos, representam situações de risco para a população, como: a proximidade à linha férrea RFFSA ao norte; a proximidade a mananciais que se conectam ao rio Vacacaí-Mirim – um dos principais rios da cidade –, um córrego canalizado, cuja execução desconsiderou a topografia, deixando parte da canalização de concreto aflorar ao solo; e, por fim, uma rede de alta tensão sobre o campo de futebol e algumas residências. Todos estes elementos remetem a legislações específicas que definem faixas *non aedificandi* e áreas de preservação que limitam a expansão e dificultam os projetos de reurbanização.

Neste sentido, é de grande importância o estudo de formas de intervenção em áreas já ocupadas, que considerem, quando possível, os investimentos anteriores realizados pelos moradores e o traçado viário existente, que minimizem o número de demolições de casas, e, principalmente, que considerem o usuário; o que resultará em um projeto de urbanização condizente com a realidade local e com as necessidades dos moradores.

A escolha do estudo de caso deve-se à facilidade de acesso aos dados da área através da participação em trabalhos acadêmicos realizados durante a graduação.

1.3 Questões da pesquisa

Diante da realidade exposta, faz-se necessária a indagação quanto a duas questões relevantes:

1.3.1 Diante das limitações físico-ambientais, legais e econômicas, como qualificar os assentamentos espontâneos de população de baixa renda de forma compatível com a realidade local e a necessidade dos moradores?

1.3.2 Quais estratégias de qualificação podem ser aplicadas nesse tipo de assentamento?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Qualificar assentamentos espontâneos de população de baixa renda de forma compatível com a realidade local e a necessidade dos moradores.

1.4.2 Objetivos específicos

- Identificar no embasamento teórico, conceitos, elementos e práticas que possam contribuir para a delimitação do tema de pesquisa;
- Analisar projetos de urbanização de interesse social, buscando os elementos positivos e negativos de cada experiência;
- Compreender a relação dos moradores com a identidade comunitária do local, buscando identificar os elementos de estruturação do espaço urbano;
- Identificar estratégias de qualificação para a Vila Aparício de Moraes como referência para assentamentos espontâneos de população de baixa renda.

1.5 Métodos utilizados

A adequação da qualidade espacial às necessidades humanas sempre foi considerada um desafio para os arquitetos e planejadores urbanos, principalmente em projetos destinados à população de baixa renda, cujos recursos econômicos e físicos são extremamente limitados.

Pensando nisso, a pesquisa buscou trabalhar em uma escala mais humana, tendo em vista a identificação dos principais problemas e potenciais da área através da associação entre o parecer do pesquisador e o olhar do morador.

As visitas à área de estudo foram realizadas durante o dia, tendo em vista a insegurança constatada no local.

A equipe de levantamento de campo era formada pelo pesquisador e um assistente, com material para realizar anotações, bem como equipamento para registro fotográfico. Enquanto o pesquisador realizava as perguntas de maneira informal, o assistente realizava o registro fotográfico, devidamente autorizado por cada morador abordado.

Como os assistentes variaram durante a pesquisa, percebeu-se que o grau de colaboração dos moradores variou de acordo com a aceitação que sentiam em relação aos pesquisadores. Este foi um ponto importante que interferiu diretamente na velocidade de coleta dos dados durante as entrevistas.

O desenvolvimento desta dissertação ocorreu de acordo com as seguintes etapas:

1.5.1 Revisão bibliográfica

Em um primeiro momento, foi elaborada uma **revisão bibliográfica** dos assuntos relevantes para a compreensão do estudo de caso, dos quais os temas estavam relacionados à *crise habitacional*, à *ocupação espontânea do solo urbano*, a *projetos de urbanização de favelas* e à *legislação urbana*. O aprofundamento desses assuntos buscou a compreensão das principais necessidades dos moradores em áreas de ocupações espontâneas e das possibilidades legais de intervenção, tendo em vista a qualificação de tais áreas.

1.5.2 Estudo de caso

A compreensão do processo histórico de consolidação da área ocorreu através do **levantamento documental** composto de: fotografias, mapas cadastrais, levantamentos físico-ambientais e sócio-econômicos.

Através do **registro fotográfico**, foram realizados dois tipos de leitura da Vila: a **Leitura Espacial** e a **Leitura Visual**. Esse método correspondeu à análise técnica da paisagem e representa o olhar imparcial do pesquisador.

A **Leitura Espacial** identifica os elementos significativos no espaço coletivo, com a respectiva localização no âmbito da Vila e representa a união das imagens e das informações relativas à vivência pessoal do pesquisador durante a pesquisa de campo.

Cada Leitura Espacial apresenta uma seqüência numerada de fotos das fachadas de cada via e numeradas em um mapa onde consta a localização da rua dentro da Vila, bem como a identificação dos elementos significativos e pontos focais – considerados espaços atrativos de pessoas. Também acompanha uma ficha de caracterização da rua, onde são descritas as dimensões, a legenda de identificação de presença de pessoas no que se refere ao uso da rua como espaço de convívio, a localização de pontos focais, bem como dos elementos que facilitam e dificultam o convívio social.

A Leitura Visual consiste no registro e seleção de imagens que possibilitam a caracterização de cada via, tendo em vista a identificação de sua vocação como espaço coletivo de convívio social.

As fotografias elaboradas durante essa etapa também auxiliaram o processo de interpretação das fotos aéreas, bem como a compreensão da área como um todo. O cruzamento entre as informações obtidas através das fotos aéreas e as do registro fotográfico contemporâneo possibilitou a elaboração de um mapa atualizado.

A visão do morador sobre o local de moradia foi captada através de um roteiro de **entrevista semi-estruturada**. Essa etapa foi testada através de um **piloto de pesquisa**.

1.5.2.1 Piloto de pesquisa

O piloto de pesquisa teve por objetivo o estabelecimento do contato inicial com os moradores, bem como testar a aplicabilidade do **roteiro piloto** (Apêndice 1), avaliando o tempo de duração de cada entrevista, as deficiências e a posterior revisão do processo.

A aplicação das entrevistas foi acompanhada de **foto** da casa. A foto da fachada foi utilizada para identificar a condição da edificação e sua potencial interferência na paisagem urbana criada.

A associação do discurso do morador à realidade percebida visou relacionar as informações obtidas durante a entrevista à situação presenciada pelo pesquisador, bem como a observação do modo de apropriação dos espaços pelos moradores, no que diz respeito a usos e funções.

O piloto foi aplicado em uma amostra aleatória de cinco famílias de um total de 118 famílias. As famílias pesquisadas estão localizadas na rua principal da vila: Rua Nércio de Oliveira (Apêndices 2 e 3).

1.5.2.2 Revisão do roteiro

A aplicação do piloto foi essencial para estabelecer o entrosamento entre o pesquisador e o usuário. Ao fim da pesquisa piloto, algumas estratégias foram modificadas:

- A FOTO da fachada passa a ser acompanhada de descrições relativas à UTILIZAÇÃO DO LOTE. A importância do item LOCALIZAÇÃO DA CASA deve-se à necessidade de se localizar espacialmente o morador entrevistado, visando a compreensão do espaço e a das áreas ocupadas de acordo com o uso e o tempo. O item HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO aborda questões relativas à origem dos moradores, ao motivo de mudança e ao ano de chegada à vila. Esse item permite identificar os moradores que deram início ao processo de ocupação da área, sendo possível extrair desses moradores mais antigos relatos genuínos sobre a história da vila.
- Os itens relativos à CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR englobaram todos os moradores do domicílio e se referiam ao número de moradores por domicílio, à faixa etária dos moradores e às atividades de renda familiar. A questão sobre a atividade de renda da família passou a incluir as atividades de todos os membros familiares e não mais apenas do entrevistado. Foi percebido, durante a aplicação do piloto, que alguns dos entrevistados não possuíam nenhuma atividade rentável, enquanto que os outros moradores da casa sim, configurando-se, portanto, como uma falha corrigida do piloto.
- Para maior compreensão do item ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS, percebeu-se a necessidade de subdivisão nas seguintes atividades humanas: TRABALHO, EDUCAÇÃO, SAÚDE, COMÉRCIO e LAZER. Esses itens visam verificar o acesso dos moradores da vila a serviços básicos, avaliando especificamente a proximidade ou não do local onde o serviço é disponibilizado à vila. Esses itens servem para verificar o grau de integração ou de segregação da vila com o bairro. Entretanto, não constituiu objeto de estudo a avaliação da qualidade dos serviços prestados.
- Durante a aplicação do piloto ficou claro que as relações comunitárias são preponderantes na vida diária dos moradores, por essa razão, foi acrescentado um novo item: CENTRO COMUNITÁRIO, que verifica a participação dos moradores nas atividades disponibilizadas pelo Centro Comunitário próximo à vila.

- O item denominado A VIDA DENTRO DA VILA aborda as questões sobre os problemas existentes na vila segundo a percepção do morador, bem como a satisfação do morador em relação moradia na vila, as relações com os vizinhos e uma sugestão em relação a algo que ele julgue como uma necessidade dentro da vila.
- O item OBSERVAÇÕES busca registrar qualquer elemento que possa relativizar as respostas dadas, explicitando a real condição do dado levantado e auxiliando na compreensão do processo histórico de ocupação da vila. Outra função desse campo é o registro das atividades executadas pelo entrevistado no momento da abordagem, que podem condicionar a análise final dos dados.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo 2 trata das origens da produção informal do espaço urbano no Brasil. O histórico é introduzido pela Revolução Industrial, mas tem como principal foco as conseqüências desse surto industrial no país e as ações significativas utilizadas na época para solucionar os problemas urbanos e sociais decorrentes.

O item intitulado como *A questão da informalidade* trata de conceitos atrelados às questões legais e à intencionalidade da ocupação, considerados importantes para a compreensão do processo de produção do espaço pela população de baixa renda.

Já o item *Formas de provisão de moradia da população de baixa renda* trata das alternativas habitacionais no Brasil, das suas características, vantagens e desvantagens.

O item *Políticas de atuação em favelas* trata das formas de atuação em favelas que se inicia pela erradicação, com tendência higienista, até chegar ao conceito de urbanização de favelas, que busca respeitar a trama urbana e social existente.

Por fim, o capítulo trata de *Experiências significativas de atuação em favelas* onde são estudados três programas considerados como referências no Brasil: o Programa Ribeira Azul (BA), o Programa Favela Bairro (RJ) e o Programa de Recuperação da Bacia do Guarapiranga (SP). Através desse estudo, busca-se a identificação de características e problemas semelhantes aos existentes na Vila Aparício de Moraes e tais problemas foram solucionados por cada programa.

A abordagem desses assuntos serviu de base para a compreensão da realidade dos moradores da Vila Aparício de Moraes e possibilitou a identificação de estratégias de qualificação para assentamentos espontâneos com população de baixa renda.

2.1 A produção informal do espaço urbano no Brasil

No final do século XVIII, com o início da Revolução Industrial, intensifica-se o processo de migração do homem do campo em busca de melhores condições de vida na cidade e a incapacidade urbana de absorver a população migrante produz cenários de extrema desigualdade social, de intensa degradação ambiental e de desvalorização humana.

No Brasil, a indústria teve seu primeiro surto de crescimento no final do século XIX e, mesmo antes disso, o país já apresentava alertas quanto às precárias condições de moradia de um enorme contingente de imigrantes e escravos libertos, o que despertou no governo a necessidade de se solucionar o grave problema de insalubridade urbana.

No período entre 1902 e 1906, as campanhas sanitárias de Oswaldo Cruz e a remodelação do espaço urbano de Pereira Passos, no Rio de Janeiro, demonstraram o caráter essencialmente higienista das intervenções que visavam erradicar as precárias moradias e as ruas estreitas para transformá-las em largas avenidas, mais ventiladas e salubres. Assim, de acordo com Conde e Magalhães (2004, p.42):

A cidade assistiu, pela primeira vez, à implantação de uma política urbanística, cujo caráter sistemático e abrangente gerou enormes repercussões sociais. A realização de obras, sobretudo a abertura de ruas, implicou, por exemplo, a demolição de milhares de casas, o conseqüente surgimento de uma multidão de desabrigados, a escassez de ofertas de moradias e o aumento expressivo do preço dos aluguéis. Tal quadro obrigou grande parte da população a dividir o mesmo teto com outras famílias ou a mudar-se para o subúrbio, ao norte da cidade.

As primeiras favelas surgiram da rápida ocupação dos morros – Providência, São Carlos e Santo Antônio – e logo depois se propagaram para os bairros mais ricos como saída para a população pobre, que necessitava morar próximo ao local de trabalho. (CONDE; MAGALHÃES, 2004).

Na década de 40, a crise habitacional vigente, vinculada à desestruturação do mercado rentista e à incapacidade do Estado em financiar ou promover a produção de moradia em larga escala, originou a construção de casas à margem da cidade formal. Este processo foi denominado por Bonduki (1998, p.281) de “auto-emprego da moradia popular”, baseado no “trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução”. Tal processo é caracterizado pela construção de casas pelos próprios proprietários e moradores, que obtêm seus terrenos através da compra ou da ocupação e, sem apoio técnico, foram responsáveis pela definição do “projeto”, compra do material e agenciamento da mão de obra gratuita ou remunerada informalmente.

Para Bonduki (1998), até meados da década de 20, não constituía uma alternativa viável a produção de moradias. Fato que ele justifica pelas seguintes razões: a produção significativa de moradias de aluguel; a existência de financiamento e esquemas de vendas a prestação com as devidas garantias jurídicas; a inexistência de transporte coletivo ligando as zonas suburbanas e rurais às áreas centrais; o certo controle (ou receio de controle) do

poder público sobre o processo de construção; as longas jornadas de trabalho e a ausência, entre os trabalhadores, de tradição desse tipo de empreendimento.

Diante das dificuldades sociais e econômicas, estas construções sem apoio técnico, provocaram o aparecimento de tipos precários de habitação, com padrões deficientes de higiene e construção e, na maioria dos casos, com organização territorial ditada ao acaso. Estas seriam mais tarde as favelas. Independente da denominação popular de cada região, malocas, invasões, mocambos, tinham como constante a evidência da precariedade e da miséria (REIS FILHO, 2004).

A favela foi tratada como um problema a ser erradicado por muito tempo, mas, a partir da década de 60, de acordo com Bueno (2000), alguns estudiosos começam a aceitar as favelas como uma forma legítima de provisão de habitação. Entretanto, esta não será a postura oficial, pois a política habitacional do regime militar continuará limitando-se à sua erradicação.

Apesar da queda da contribuição da emigração do campo ao crescimento da população urbana na década de 60, a demanda por novas moradias continua em alta. Esta demanda, associada ao fato de que a participação dos financiamentos na produção habitacional caiu à metade da média dos últimos sessenta anos. Assim, mesmo com a estabilidade demográfica, a cidade continuará crescendo, pois o fator da nucleação familiar – casal e filhos – permanecerá muito forte (MAGALHÃES, 2006).

Segundo Bueno (2000), a partir dos anos 70, o crescimento das favelas é vertiginoso nas grandes cidades brasileiras, fato que mostrou a urgência de ações de maior abrangência social, neste sentido, surgiram muitas soluções criativas e apropriadas (em maior ou menor grau) para a consolidação das favelas como espaço urbano habitável.

Do final do século XX até os dias atuais, os assentamentos informais expandiram-se e passaram a constituir a imensa maioria das habitações populares no Brasil.

Hoje, o fenômeno das favelas constitui o “calcanhar-de-aquiles do urbanismo contemporâneo” (REIS FILHO, 2004, p.70). As favelas continuam a expandir-se à margem da cidade formal, em consequência da ausência de políticas públicas de democratização do acesso à habitação. De acordo com Magalhães (2006, p.86):

(...) o brasileiro não se limitou a aguardar as iniciativas governamentais. Precisando de casa, sem financiamento, sem oferta adequada a suas necessidades e

possibilidades, foi o produtor autônomo de sua moradia. Construiu segundo a condição possível. Na precariedade óbvia.

Segundo Conde; Magalhães (2004, p.42), “as favelas surgiram pela força de sobrevivência. Com grande rapidez, moradias miseráveis foram surgindo ao redor de áreas urbanizadas, apesar do descaso do Estado, mas, sobretudo, em consequência dele”.

O fenômeno da produção informal do espaço urbano, especificamente a favela, ainda representa uma das principais alternativas de habitação para a grande maioria da população de baixa renda.

A Vila Aparício de Moraes insere-se no contexto do auto-emprego da moradia popular, que se baseia no trinômio loteamento periférico, casa própria e autoconstrução, conceituado por Bonduki. O setor urbano em que se insere esta comunidade caracteriza-se como favela, composta de um aglomerado de moradias precárias, implantadas em área com infra-estrutura deficiente, cuja quantidade e qualidade de espaços públicos e equipamentos sociais é inexpressiva e inadequada para atender às necessidades dos moradores.

2.1.1 A questão da informalidade

O processo de urbanização no Brasil apresenta-se como “uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente”. (MARICATO, 2001, p. 39). Na maior parte das cidades brasileiras, o número de imóveis ilegais é tão grande que a cidade legal tende a espaço de minoria.

A compreensão do processo de produção do espaço urbano pela população de baixa renda relaciona-se diretamente a alguns conceitos atrelados às questões legais e à intencionalidade da ocupação. Faz-se necessária a conceituação dos seguintes opostos: *legal/ilegal*, *formal/informal*, *regular/irregular* e *espontânea/planejada*. Tais termos, combinados em diferentes arranjos, permitem a classificação das mais diversas formas de assentamentos humanos.

A cidade *legal* ou *formal* é aquela produzida por agentes formais, ou seja, o mercado imobiliário formal ou o poder público. O espaço resultante advém de um projeto de urbanização completa, que atende à ordem urbanística e a todos os itens de consumo coletivo. Em contraposição, a cidade *ilegal* ou *informal* caracteriza-se pela falta de titulação da propriedade, pelo responsável por lotear a área e/ou do agente imobiliário, responsável

pela comercialização dos lotes. Não havendo a titulação, os compradores do lote não são seus proprietários legais, mesmo tendo pagado por eles (FERNANDES, 2006).

Além disso, a cidade informal caracteriza-se como uma área composta de edificações precárias, em construção permanente e desassistida, lotes mínimos, ruas estreitas e pouco delineadas, ocupações com escassez de áreas públicas e de espaços abertos, carentes de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, sujeitas a situações de risco e altíssimas densidades (SOUZA et al, 2005). A idéia de cidade formal está baseada no oposto de tais características, que a diferencia qualitativamente na paisagem urbana através de áreas melhores dotadas de infra-estrutura, equipamentos e serviços.

O conceito de *regular* relaciona-se diretamente ao cumprimento da legislação urbanística vigente, que caracteriza os loteamentos irregulares pelo não cumprimento da Lei nº. 6.766/1979 (Lei de Parcelamento do Solo), que determinam os serviços de infra-estrutura necessários à implantação do loteamento.

Pode ocorrer uma situação onde a urbanização é legal, mas irregular, quando a população adquire legalmente através da compra lotes que desrespeitam as leis de parcelamento do solo e não atendem aos padrões de fornecimento de serviços.

No caso dos loteamentos irregulares, o baixo custo dos lotes está relacionado às condições mínimas de urbanização. Já no processo de produção ilegal, a ausência de custo, no caso de invasão, ou o baixo custo dos lotes, deve-se às condições de difícil acesso e o total desprovimento de infra-estrutura.

A definição de *espontâneo* ou *planejado* refere-se à intencionalidade da ação, ou seja, a existência de um projeto precedente que estabeleça todas as diretrizes de ocupação e funcionamento da área a ser urbanizada.

Os problemas urbanos conseqüentes da ocupação sem planejamento relacionam-se principalmente a: desarticulação do sistema viário, dificultando o acesso dos principais serviços urbanos – transporte público, coleta de lixo, bombeiros, dentre outros; degradação ambiental – problemas de erosão, alagamentos, comprometimento de mananciais e do lençol freático; ausência de espaços públicos para implantação de equipamentos coletivos – de saúde, educação, lazer e segurança; riscos de acidentes e incêndios advindos das ligações clandestinas de energia elétrica; aumento dos custos de urbanização; entre outros. Estes problemas não dizem respeito apenas aos moradores locais, mas se estendem à população de toda a cidade.

Mesmo com todos os problemas já citados, segundo Costa (2006, p.146), “quando transformadas em movimentos sociais, podem transformar situações não legais ou irregulares em direitos coletivamente adquiridos ou pelo menos reconhecidos”.

Em relação à Vila Aparício de Moraes, o processo de ocupação urbana caracteriza-se como: *informal* – não produzida por agentes formais; *ilegal* – oriunda da invasão de uma propriedade privada; *irregular* – por não atender à legislação vigente e, *espontânea* – por não advir de projeto e ser construída sem orientação técnica. Cabe ressaltar que, em especial, a condição de ilegalidade aumenta o clima de tensão e desconfiança entre moradores, em relação aos visitantes que tentam se aproximar da área, dificultando a realização da pesquisa.

2.1.2 Formas de provisão de moradia da população de baixa renda

De acordo com os dados do IBGE, os domicílios em aglomerados subnormais – que correspondem ao conceito de favela – constituem 3,7% dos domicílios brasileiros.

O déficit habitacional engloba os domicílios improvisados, rústicos, que se reduzem a cômodos ou que apresentam coabitação familiar – isto é, são domicílios que precisam ser repostos; destes, 28,9% localizam-se nas regiões metropolitanas. Por outro lado, os domicílios inadequados não precisam necessariamente ser repostos, exigindo apenas melhorias. Dos domicílios urbanos localizados em aglomerados subnormais: 3,9% estão em situação de inadequação fundiária² – domicílios cujos moradores declaram ter a posse do imóvel, mas não a titulação do terreno; 10,5% apresentam adensamento excessivo - domicílios com mais de três moradores por dormitório; existem ainda 31,2% de domicílios com carência de infra-estrutura e 3,7% de domicílios sem banheiro³ (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006).

A decisão da população de baixa renda sobre a forma de provisão habitacional resulta do equacionamento entre os seguintes condicionantes: o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade da moradia, a distância em relação ao local de trabalho e a própria segurança. Para alguns moradores, a proximidade ao local de trabalho compensa a péssima qualidade de moradia, para outros, um terreno obtido de forma gratuita compensa a longa distância até o trabalho. Entretanto, é de senso comum que a pior situação configura-se quando o local é de baixa qualidade, tem alto custo e inexistente garantia de posse.

² O problema da ilegalidade da posse da terra representa 24,8% dos domicílios nos aglomerados subnormais, em quase sua totalidade, localizados em regiões metropolitanas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006).

³ Os dados não podem ser somados, pois podem se referir ao mesmo domicílio.

Segundo Souza (2003, p.21), a cidade é um espaço de concentração de oportunidades de satisfação de necessidades básicas materiais – como saúde e moradia –, e imateriais – como cultura e educação, onde as pessoas se organizam e interagem baseadas em interesses diversos, formando grupos de afinidade, que se definem territorialmente com base em identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar.

As famílias de baixo poder aquisitivo tentam se aproximar do local de trabalho ou das principais concentrações de vagas de emprego que, em geral, localizam-se no centro da cidade. Acabam residindo em imóveis de dimensões mínimas e de má qualidade, onde a princípio podem pagar o aluguel. Entretanto, o excessivo ônus do aluguel e a não garantia de posse posterior instigam a população a procurar novas alternativas, já que “a casa alugada não é vista como uma solução habitacional satisfatória” (VALLADARES, 1980, p.75),

Após a conquista da segurança do emprego, prepondera a necessidade de se obter a casa própria. A partir dessa necessidade, Davis (2006) aponta duas alternativas: a ocupação de terras públicas ou a compra de terreno em um loteamento informal.

Considerar o custo gratuito da ocupação de terras públicas não passa de uma ilusão, já que a comunidade paga um altíssimo custo pelo transporte e pela ausência de infraestrutura urbana. Além do mais, a maioria está inserida em áreas de preservação ambiental – áreas de mananciais ou de encostas – ou de risco para a população. Assim, somando os custos, a obtenção de um terreno por ocupação não é necessariamente mais barata que a compra. Mas o principal atrativo é a possibilidade de melhorar as condições de moradia paulatinamente, o que leva à diluição dos custos no tempo.

A escassez de terras baratas na periferia da cidade e o aumento das exigências legais para a aprovação dos projetos – principalmente obras de infra-estrutura - acarretam a elevação do custo dos lotes em loteamentos informais e dificultam a aquisição pelas camadas menos favorecidas (VALLADARES, 1980). Mesmo com as condições precárias que estes loteamentos oferecem, os lotes são considerados como áreas seguras, que costumam ser atendidos por serviços públicos, depois de considerável mobilização das comunidades e negociações políticas.

A favela⁴ caracteriza-se por áreas densamente povoadas, carentes de serviços de saneamento básico e cuja propriedade do lote não é legalizada. Concentra habitações precárias, distribuídas desordenadamente, em áreas públicas ou privadas, e podem ser classificadas, ainda, de acordo com: a localização (núcleo metropolitano ou periferia) e a forma de obtenção (compra, locação e ocupação).

Cada forma de provisão de moradia implica em diferentes formas de arranjo desses elementos que podem ser visualizados no quadro 1.

CLASSIFICAÇÃO DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	NÚCLEO METROPOLITANO	PERIFERIA
Formal	<ul style="list-style-type: none"> • cortiços; • casarões antigos; • edifícios construídos para os pobres. 	<ul style="list-style-type: none"> • aluguel particular.
	<ul style="list-style-type: none"> • moradias públicas para aluguel. 	
	<ul style="list-style-type: none"> • pensões, hospedarias, abrigos etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • moradias públicas para aluguel.
Informal	<ul style="list-style-type: none"> • invasões: <ul style="list-style-type: none"> - autorizadas; - não autorizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • loteamentos clandestinos: <ul style="list-style-type: none"> - ocupados pelos proprietários; - sub-locados.
	<ul style="list-style-type: none"> • moradores de rua. 	<ul style="list-style-type: none"> • invasões: <ul style="list-style-type: none"> - autorizadas (inclusive lotes urbanizados); - não autorizadas.

Quadro 1 - Classificação das Favelas.
Fonte: Adaptação do Quadro 2.1 de DAVIS, 2006, p.41.

É importante ressaltar a existência de um mercado da habitação paralelo ao mercado formal onde casas construídas pelos próprios moradores são vendidas e alugadas sem a menor consideração das leis que regem a cidade formal. Esse processo tem sido uma alternativa para a população de baixa renda de gerarem renda com o seu patrimônio, seja ele formal ou informal.

De acordo com Bueno (2000), a criação de uma favela ocorre sempre de maneira coletiva. Os moradores colocam-se como coletividade para se defender do proprietário e assim, surgem os termos: comunidade, núcleo habitacional ou assentamento. Apesar de não ser possível apoiar ou incentivar a ocupação como forma de provisão de moradia digna, a ocupação de terra urbana é parte preponderante do processo de urbanização brasileira atualmente.

⁴ De acordo com Valladares (2000), o termo favela origina-se do Morro da Favella, até então denominado Morro da Providência, e passa emprestar o seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no Rio de Janeiro. Na segunda metade do século XX, a palavra favela passa a ser utilizada não mais em referência exclusiva ao Morro da Favella, mas para designar aglomerações da população de baixa renda, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas.

É necessário que se faça um esclarecimento em relação aos termos favela e invasão. O termo favela faz referência às condições de precariedade das construções e do saneamento do espaço urbano onde ela se insere. Já o termo invasão refere-se à irregularidade fundiária de uma ocupação. Assim, um terreno invadido pode se tornar uma favela mediante o desenvolvimento por auto-emprego popular. A favela, que pode ter sido fruto de uma invasão, ao ganhar regularidade fundiária, deixa de ser uma invasão e torna-se apenas favela (FERNANDES, 2004).

No contexto da Vila Aparício de Moraes, os moradores buscaram atender suas necessidades de moradia através da ocupação não autorizada de uma propriedade privada. A opção foi justificada pelos moradores em alternativa às precárias condições de suas antigas casas, como fuga às condições de coabitação familiar e ao alto custo despendido em moradias de aluguel.

2.1.3 Políticas de atuação em favelas

A descoberta da estreita relação da qualidade da habitação à vida dos usuários enfatizou a necessidade de purificar as cidades, visando tornar a casa do trabalhador urbano um espaço desejável. Com base nessa constatação, surgem as primeiras tentativas de solucionar os problemas das cidades, de caráter essencialmente higienista, originalmente voltados a solucionar os problemas relacionados à água e ao esgoto (CARPINTÉRO, 1997).

No Brasil, já havia tentativas de solucionar os problemas da habitação, ocorridas antes do século XX. Em 1893, conforme Conde e Magalhães (2004), houve a destruição de um dos maiores cortiços cariocas, o Cabeça de Porco, erguido no sopé do Morro da Providência, que impressionou pela violência com que se deu a expulsão dos moradores e pelo fato de que a maior parte deles usou restos da própria demolição para erguer barracos no morro. E já no início do século XX, as campanhas sanitárias expulsaram os pobres do centro da cidade para a periferia e morros vazios, através da demolição das moradias, que representavam locais insalubres.

Existiram esforços no sentido de solucionar as carências habitacionais e de qualificar as áreas já ocupadas, através de propostas que aliavam os núcleos residenciais a áreas verdes, criando novas formas de ocupação voltadas à população de baixa renda, baseadas no conceito de Cidade Jardim⁵. Mas, apesar da incorporação dos aspectos positivos das cidades-jardim, quase sempre os loteamentos urbanos tidos como populares constituíram

⁵ O conceito de Cidade Jardim refere-se ao modelo urbanístico concebido pelo inglês *Ebenezer Howard* no final do século XIX, cuja concepção baseava-se no meio-termo entre a cidade e o campo.

uma reinterpretação dos velhos esquemas tradicionais e transformaram os novos bairros em sucessões infindáveis de quadriculados de lotes tão exíguos que pré-determinavam a disposição geral dos edifícios. Além disso, as casas de tipo popular eram construídas aos poucos, pelos proprietários, freqüentemente com o auxílio de vizinhos e amigos sob a forma de mutirão. (REIS FILHO, 2004).

Segundo Freitas (2001), a aplicação do conceito de Cidade Jardim no Brasil foi destinada basicamente às ocupações de elite social, apenas por meio de ações da iniciativa privada, corrompendo a proposta original.

A princípio, as políticas de atuação nas favelas brasileiras tendiam à erradicação, com base na tendência sanitária, cuja ação baseava-se na destruição das moradias consideradas insalubres e na realocação dos moradores para conjuntos habitacionais construídos na periferia das cidades. Entretanto, ao longo dos anos, essa política foi se mostrando ineficiente, já que muitos dos moradores realocados abandonavam a nova moradia e constituíam novas favelas. Conforme Bueno (2000), a partir dos anos 30, há uma evolução das tendências de erradicação, remoção ou desfavelamento para a reurbanização e, mais recentemente, para a urbanização.

No caso da erradicação, realizava-se a substituição da favela e a remoção da população para as periferias das cidades, segundo a lógica de soluções projetuais do BNH (Banco Nacional da Habitação). Já a reurbanização, consistia na substituição integral da favela e a posterior reconstituição no mesmo lugar, segundo um padrão urbanístico e arquitetônico dominante (BUENO, 2000).

De acordo com Conde e Magalhães (2004, p.52):

As velhas propostas de erradicação das favelas com o deslocamento e reassentamento das comunidades em áreas distantes demandavam um altíssimo custo social, rompendo relações socioeconômicas, familiares e de amizade, como também apresentavam um elevado custo econômico, visto que, muitas vezes, tudo tinha de ser construído a partir do nada, exigindo gastos elevados com habitação, estabelecimento de serviços, pavimentação e assim por diante.

O conceito de urbanização de favelas representa uma tendência contemporânea onde são criadas propostas de qualificação do espaço, considerando as características do ambiente construído, em respeito aos investimentos já realizados pelos moradores e às relações sociais já estabelecidas, e as necessidades da população residente. Tais propostas buscam a implantação de infra-estrutura urbana adequada aliada ao mínimo de remoções

ou realocações de famílias moradoras, baseadas na análise das situações que apresentam algum risco de vida para os moradores ou de acordo com condições específicas necessárias à implementação do projeto.

Nos anos 60, tenta-se produzir uma política habitacional, representada pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação). A idéia do SFH era de minimizar os investimentos a fundo perdido, criando uma base sustentável para o financiamento e impedindo a descapitalização do sistema. O modelo se baseava no financiamento ao produtor e não ao usuário final (FREITAS, 2004). Nesta época, o BNH (Banco Nacional de Habitação) produziu conjuntos habitacionais populares em larga escala nas periferias das cidades brasileiras. Entretanto, o modelo não conseguiu responder às necessidades crescentes das populações de baixa renda e só se viabilizou economicamente para as camadas de renda média e alta da população. Além disso, as principais críticas a esses empreendimentos estão relacionadas à precária inserção urbana dos conjuntos, à monotonia relacionada à padronização das casas de má qualidade construtiva e à segregação social dos moradores em relação ao restante da cidade. Assim, de acordo com Bonduki (1998, p.320):

Quando o BNH buscou reduzir o custo da moradia para tentar atender a uma população que vinha se empobrecendo, ao invés de alterar o processo de gestão e produção que encarecia o produto final, apoiando iniciativas que a população já vinha promovendo, optou por rebaixar a qualidade da construção e tamanho da unidade, financiando moradias cada vez menores, mais precárias e distantes (...).

Em 1968, fracassa a política do BNH, que passa a atuar como financiador de grandes obras de infra-estrutura, sendo finalmente extinto em 1986. (FREITAS, 2004).

Em 1979, o PROMORAR (Programa de Erradicação de Sub-habitação), criado pelo Governo Federal e que recebeu empréstimos do Banco Mundial, foi o único programa até então voltado às favelas e possibilitava a permanência da população em área anteriormente habitada com a regularização da posse de terra e a substituição de barracos por casas de alvenaria na mesma área de moradia (FERNANDES, 2004).

Entretanto, de acordo com Picarelli (1986), o PROMORAR, financiado pelo BNH, era destinado à população com até três salários mínimos, onde era oferecido um embrião de 23 m² de construção em um terreno de 75m². O projeto não levava em conta as necessidades de população. Além disso, a sua execução, realizada por empreiteiras, era de péssima qualidade técnica, o que propiciou o surgimento de problemas nos primeiros anos de uso e até mesmo antes de sua utilização.

A partir dos anos 80, o novo tratamento que é dado à questão da urbanização de favelas aponta para a manutenção das características do parcelamento do solo e das unidades habitacionais existentes, aliado à implantação de infra-estrutura. Constata-se, também, que as soluções iam além da intervenção física – saneamento, moradia e infra-estrutura –, e que o sucesso da urbanização dependia da participação da população envolvida. De acordo com Bueno (2000, p.191):

Nos anos 80, muitas prefeituras passaram a atuar de forma sistemática na consolidação de favelas, seja através de obras, seja através da aprovação de legislação para regularização, ou mesmo pela simples mudança de postura, de não mais tentar remover os barracos ou impedir a ligação de água e luz.

A grande mudança na política de atuação nas favelas nos anos 80 é consolidada nos anos 90. Acredita-se na integração total das moradias da favela à infra-estrutura urbana, mesmo que não haja legislação urbana favorável à regularização fundiária ou urbanística das favelas e independente da condição legal dos assentamentos. (BUENO, 2000).

A partir da Constituição Federal de 1988, são revistos, criados e propostos diversos instrumentos e instâncias de regulação, voltados para dar legitimidade e segurança às formas de posse e ocupação do espaço urbano advindas da necessidade de moradia. Tais mudanças têm por objetivo dar condições ao poder público para investir nessas áreas visando a melhoria das condições de salubridade e habitabilidade e, quando possível, aproximando-as jurídica e urbanisticamente das porções de tecido urbano formal (COSTA, 2006).

De acordo com Fernandes (2004), ao longo da década de 90, observa-se o início de um novo consenso por parte de governos, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e organismos multilaterais de apoio acerca da resolução do problema das populações pobres e faveladas, onde as soluções apontam para a necessidade de aliar ao planejamento e às obras de urbanização, programas sociais – como educação básica, capacitação profissional e conscientização ambiental –, além do fortalecimento da organização comunitária, tendo em vista a utilização e a potencialização do capital social.

Segundo Davis (2006), a conjuntura atual da sociedade brasileira apresenta aspectos positivos relacionados ao movimento pela reforma urbana, pois reúne entidades profissionais, acadêmicas, de pesquisa, ONGs, funcionários públicos, além das entidades nacionais que lutam pela moradia. Esse movimento social conquistou a aprovação de importantes leis como: o Estatuto da Cidade (Lei n.10.257, em 10/7/2001), a Lei do Fundo

Nacional de Moradia Social (Lei n.11.124, em 16/6/2005) e conquistou ainda a criação do Ministério das Cidades, uma reivindicação que vinha sendo feita havia mais de dez anos.

O Estatuto da Cidade (2001) instituiu vários instrumentos que visam combater a especulação imobiliária, além de criar mecanismos para garantir a participação popular no processo de planejamento e gestão do espaço, para que sejam alcançados os objetivos da política urbana⁶ de garantir o pleno desenvolvimento da função social da propriedade e de dar condições dignas de vida urbana a todos os cidadãos.

Além disso, a possibilidade de criação das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), através do plano diretor, representou o reconhecimento dos assentamentos precários, com população de baixa renda, como parte da cidade formal, bem como a necessidade de se estabelecer leis específicas condizentes com a realidade dos menos favorecidos.

O crescimento acelerado das favelas consagra propostas baseadas no interesse em manter a população no local de residência. Esse interesse social traz consigo a necessidade de ações apoiadas em pesquisas sócio-econômicas e levantamentos físicos, onde é indicada a diversidade de usos de solo – residencial, comercial e misto -, que demonstram o nível de integração dos moradores com o local onde residem e da área em relação à cidade.

O estudo das experiências em urbanização de favelas mostra haver uma busca por programas de urbanização e regularização fundiária estruturados em torno de dois objetivos principais: o reconhecimento da posse para os ocupantes das favelas e a integração sócio-espaçial de tais áreas com a cidade. Mesmo com todas as limitações, as práticas contemporâneas tendem ao sucesso quando são baseadas na compreensão de um contexto real e consolidado.

Em relação às questões legais de regularização fundiária das favelas, há três opções: a transferência de títulos individuais de propriedade plena; a usucapião urbana garantida constitucionalmente, quando o terreno é propriedade privada; ou, a outorga de títulos de concessão de direito real de uso aos ocupantes, quando se trata de terreno público.⁷

Entretanto, sabe-se que o reconhecimento do direito de posse dos ocupantes e a conseqüente atribuição de títulos de propriedade podem garantir a segurança individual da posse, mas, não inibem o processo de expansão da cidade informal. Em geral, após a

⁶ Artigo 182 da Constituição Federal de 1988, regulamentada pela Lei nº 10.257/2001.

⁷ Novo Código Civil, regulamentado pela Lei nº 10.406/2002.

aquisição do título de propriedade e a valorização da área por conta da urbanização, os moradores são estimulados à venda de seus imóveis, que acabam retornando às periferias precárias e reiniciando o processo de ocupação ilegal. O fracasso das iniciativas também se deve à inexistência de articulação com outras políticas de suporte.

Embasado no que foi exposto, acredita-se que a política contemporânea de urbanização de favelas pode ser considerada como a atuação de maior eficiência em relação às políticas anteriores, pois busca considerar em suas propostas às pré-existências – físicas, econômicas, sociais e culturais –, em respeito aos investimentos já realizados pelos moradores, bem como às relações sociais existentes.

2.1.4 Considerações acerca do sub-capítulo

O processo de formação da maioria das cidades brasileiras ocorreu de forma segmentada, onde os espaços projetados foram destinados à população de renda mais alta e o que sobrou, a periferia, findou por ser ocupado pela população de baixa renda. Tal processo definiu gradativamente a separação entre a cidade formal e a cidade informal, que reflete e intensifica as desigualdades sociais. Segundo Souza (2003, p.68), “quase sempre existiram grupos que, devido a sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viver em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infraestrutura, mais insalubres)”.

Atualmente os espaços informalmente produzidos estão cada vez mais consolidados e densificados; fato que aponta para a inviabilidade das remoções, exceto nos casos de risco⁸ e o desafio de propostas de qualificação dessas áreas baseadas nas condições existentes.

Em relação às três políticas de atuação em favelas apresentadas -erradicação, reurbanização e urbanização de favelas- a urbanização mostrou-se uma tentativa de atuação de menor impacto, sobretudo, quando considera as relações sociais e os esforços já investidos pelos moradores em tentativas de melhorar o espaço que habitam. Já a política de erradicação das favelas mostrou-se ineficiente e o seu insucesso está relacionado à remoção dos moradores para as periferias das cidades, a quebra da rede de relações de vizinhança e a dificuldade de apropriação dos espaços padronizados produzidos pelo Estado; estes são os principais fatores que propiciam a degradação e o abandono dos espaços e conseqüentemente dão origem às novas ocupações.

⁸ Considera-se como risco os casos onde há possibilidade de desmoronamento, inundação, contaminação, bem como os casos de proximidade a linhas férreas ou redes de alta tensão.

O maior conhecimento e consideração da realidade sócio-econômica da população bem como dos condicionantes do meio físico têm sido grandes aliados para o sucesso das intervenções em favelas. De acordo com Santos (2005, p.9), “as demandas atuais, além de infra-estrutura e melhoria da edificação, apontam para a melhoria do ambiente coletivo, exigindo estudos e definições para cada caso, processos em que o papel do arquiteto é de fundamental importância”.

No trabalho intitulado *Novas alternativas: projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro*, realizado pela Secretaria Municipal de Habitação e Prefeitura do Rio de Janeiro, em 2003, são apresentadas propostas de reciclagem de edifícios degradados para fins habitacionais, partindo do conceito de reabilitação urbana⁹ – estratégia de gestão urbana – que procura requalificar a cidade a partir de intervenções múltiplas destinadas a valorizar suas potencialidades sociais, econômicas e funcionais com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações residentes. Tal conceito exige o melhoramento das condições físicas do sítio construído através da sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estrutura, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da cidade a que dizem respeito.

O conceito de reabilitação urbana aproxima-se do conceito de urbanização de favelas, quando se compara as ações e os objetivos das duas políticas de atuação. Ambos tratam da qualificação de um setor urbano para fins especificamente habitacionais, tendo como única diferença a questão da informalidade do espaço presente no caso das favelas.

No contexto da Vila Aparício de Moraes, que possui características típicas de um setor urbano informal – onde coexistem a ilegalidade, a irregularidade e a espontaneidade da ocupação –, a população reside a quinze anos no local, tempo suficiente para a consolidação da área e para o estabelecimento de uma trama de relações econômicas, sociais, culturais e comunitárias, acredita-se que a política de atuação a ser adotada na área, deva considerar o conceito contemporâneo de urbanização de favelas.

⁹ Cabe diferenciar os seguintes conceitos: revitalização urbana, renovação urbana, requalificação urbana e reabilitação urbana. De acordo com Goulart (2005), o termo revitalização urbana refere-se à recuperação de áreas urbanas degradadas. O termo renovação urbana diferencia-se por um processo de substituição das formas urbanas existentes por outras mais modernas. A requalificação engloba processos de alteração da área urbana com o fim de conferir-lhe nova função (ou novas funções) diferente(s) daquela(s) pré-existente(s). A reabilitação urbana constitui um processo integrado de recuperação de uma área urbana que se pretende salvaguardar, implicando o restauro de edifícios e a revitalização do tecido econômico e social, no sentido de tornar a área atrativa e dinâmica, com boas condições de habitabilidade.

2.2 Experiências Significativas de Atuação em Favelas

A expansão da ocupação informal do espaço urbano e as precárias formas de provisão de moradias oriundas desse processo, no Brasil, têm gerado discussões em relação ao conceito de déficit habitacional, não mais compreendido como um problema relacionado à necessidade de produção de novas habitações, mas como um problema relacionado às condições de habitabilidade, que está intimamente relacionado às condições de moradia e à disponibilidade de infra-estrutura urbana.

Também relacionada à cidade informal, está a discussão sobre urbanizar ou não as áreas produzidas informalmente, especialmente aquelas oriundas de ocupação ilegal. Se por um lado, a urbanização da favela pode parecer um incentivo a este tipo de ocupação ilegal, por outro, segundo Magalhães (2002, p. 85): “o grande risco é justamente a não-urbanização”. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de integrar as favelas às cidades. Bonduki (1997) confirma a necessidade de se assumir a realidade da produção doméstica e da cidade real e buscar recuperar ou investir no melhoramento de áreas já ocupadas.

Baseado no que foi exposto anteriormente, foram selecionadas três experiências significativas de urbanização de favelas: o Programa Ribeira Azul no Estado da Bahia, o Programa Favela Bairro no Estado do Rio de Janeiro e o Programa de Recuperação da Bacia do Guarapiranga no Estado de São Paulo. Os três programas são referências em atuação de favelas e o estudo de tais experiências serviu de base para a compreensão do estudo de caso, bem como para a identificação de estratégias de qualificação de assentamentos espontâneos de população de baixa renda.

2.2.1 Programa Ribeira Azul¹⁰

A cidade de Salvador possui 2,4 milhões de habitantes, que representa a terceira maior população do país (Censo 2000 do IBGE). Naquele ano, também foi constatado que cerca de 600 mil pessoas viviam em 357 favelas e/ou ocupações, correspondendo a 25% da população total da cidade (FERNANDES, 2004). Passados sete anos, os dados de um censo atualizado certamente mostrariam índices muito superiores àqueles apresentados.

¹⁰ O programa recebeu o Prêmio CAIXA - Melhores Práticas em Gestão Local, Edição 2005/2006, e foi considerado modelo de combate à pobreza no mundo pelos principais parceiros internacionais, entre eles o governo da Itália, o Banco Mundial e o programa *Citties Alliance*, além de ONGs como a italiana AVSI, uma das mais atuantes na área.

A grande área urbana localizada na chamada cidade baixa inclui as conhecidas palafitas¹¹. Com a consolidação da ocupação, a área foi rebatizada pela população como Alagados.

Alagados possui um alto nível de degradação urbana e ambiental. Abriga cerca 33 mil famílias das quais mais de três mil vivem em palafitas ocupando a baía. Caracteriza-se como um sistema urbano muito diferenciado da cidade formal, onde há uma grande concentração de vulnerabilidades sociais, como o baixo nível de escolaridade, desemprego, informalidade no trabalho, proliferação de doenças infecto-contagiosas e elevados índices de violência. Concentra-se nessa área 15% da população pobre da cidade, que vive, portanto, com uma renda inferior à linha da pobreza (NOVARA, 2003).

De acordo com Fernandes (2004), as primeiras ocupações ocorreram há mais de 50 anos. Apesar das intervenções da HAMESA (Habitação e Melhoramentos Urbanos S/A), realizadas no final da década de 70 e o início da década de 80, o que se observou na década que se seguiu foi que as palafitas se multiplicaram com novas invasões, formando “Novos Alagados”.

As ocupações de Alagados ocorreram em terras que pertencem à União. Os contatos iniciais entre o poder público e os moradores materializaram-se através das propostas de demolição das habitações. Mesmo com ameaças de demolição, os moradores continuaram a expansão e a permanência das precárias habitações significava a garantia da residência na área. (SANTOS, 2005).

A indefinição legal quanto à situação fundiária da área contribuiu para a lentidão na aplicação de reformas e urbanização por parte dos órgãos públicos. Sendo assim, a própria população foi responsável pelas melhorias e de acordo com Santos (2005), até o início da década de 70, os aterramentos eram quase exclusivamente realizados pelos moradores.

Em 1967, foi criada uma comissão estadual, cujo objetivo era promover transformações efetivas em Alagados. Nesse período foi realizado o recobrimento aerofotogramétrico de Salvador e a elaboração do Plano de Recuperação dos Alagados, concluído em 1969 (SANTOS, 2005). A partir daí, foi instituída a CEPRAL (Comissão Executiva do Plano de Recuperação dos Alagados) que desenvolveu o zoneamento da área, dividindo em setores, com ações de recuperação por setor. Entretanto, essa forma de intervenção mostrou-se ineficaz, pois durante a urbanização de um setor, continuava a ocorrer invasões de outros.

¹¹ Palafitas são construções realizadas sob pilotis utilizadas em áreas alagadiças. No caso de Alagados, são moradias insalubres construídas precariamente com restos de madeira e instaladas acima da linha do mar.

Em 1973, foi criada a AMESA (Alagados Melhoramentos S.A.), responsável pela primeira intervenção consolidada na área (SANTOS, 2005).

A partir de 1993, conforme Fernandes (2004), o Governo do Estado da Bahia por meio da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia) e a parceria com organismos internacionais, passou a desenvolver ações contínuas na região visando a remoção das palafitas e o reassentamento dos moradores para casas com infra-estrutura urbana nas proximidades.

Em 1999, o Programa Ribeira Azul foi finalmente criado pela CONDER, com vistas à urbanização das favelas. A área de atuação do programa corresponde às comunidades de Alagados, Península do Joanes (Outros Alagados) e Novos Alagados (Figura 1).

De acordo com Fernandes (2004), a área total de intervenção é de 4 Km², que corresponde a 1,3% da área do município de Salvador e busca beneficiar 150.000 pessoas correspondendo a 42.500 domicílios - sendo 2.500 destes em palafitas e 40.000 em áreas adjacentes, o que representa 25% do total da população favelada da cidade.

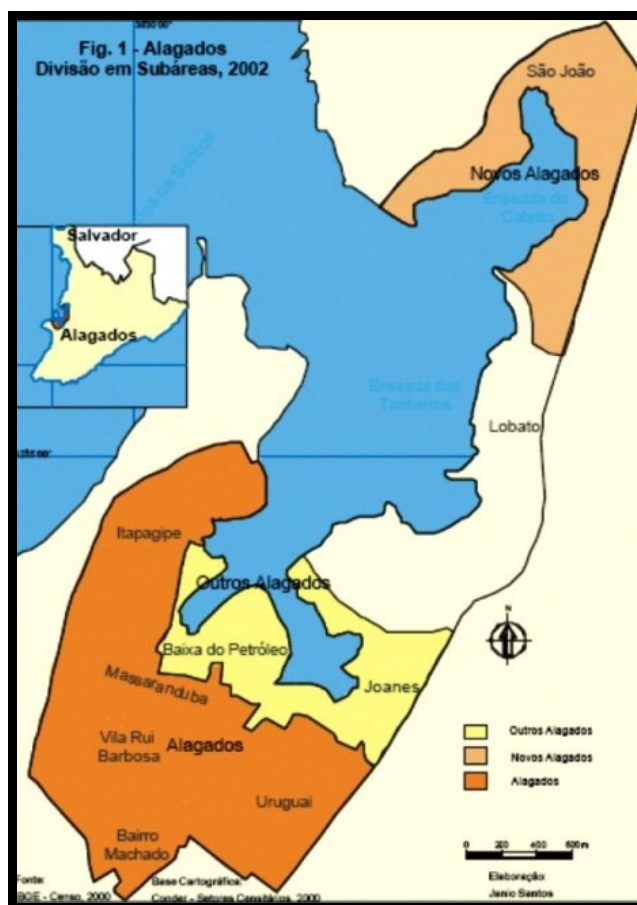


Figura 1 – Alagados e suas subdivisões. Fonte: SANTOS (2005).

Em Alagados, as ações podem ser divididas em quatro linhas de condução:

1. *Recuperação física do espaço urbano*: implantação de infra-estrutura básica; melhorias habitacionais; com erradicação das palafitas e produção de novas unidades habitacionais para as famílias remanejadas e implantação, reforma e ampliação de equipamentos sociais.

2. *Desenvolvimento sócio-ambiental*: mobilização e fortalecimento da organização comunitária; programas de educação básica e de geração de trabalho e renda e às ações de educação ambiental junto à comunidade visando a conservação do manguezal.

3. *Arranjo institucional*: estabelecimento de parcerias com órgãos da esfera pública e agências financiadoras internacionais, permitindo a ampliação do quadro de benefícios e criando mecanismos de desenvolvimento local.

4. *Regularização fundiária*: Principal mecanismo de proteção contra especulação urbana pós-intervenção.

O Programa Ribeira Azul apresentou como características positivas, um exaustivo levantamento dos anseios dos moradores, buscando as opiniões sobre como e onde desejavam ser reassentados, assim como a participação da comunidade em todas as etapas de concepção, planejamento e execução das ações.

De acordo com Novara (2003), em 2003, apenas 3% das famílias não residiam mais na mesma comunidade, o que representa um baixo índice se comparado com os valores médios que indicam uma taxa de abandono superior aos 20% das famílias removidas. Este dado indica que a maioria das famílias reconheceu que a melhoria global da qualidade de vida do assentamento representa um bem superior à disponibilidade de liquidez imediata que a venda da casa pode produzir.

Atualmente, apesar das intervenções realizadas na região de Alagados, sabe-se que ainda existem muitos moradores morando em palafitas¹². No polígono de intervenção social de Alagados, existem creche, escolas, saneamento básico, energia elétrica e regularização fundiária de terras, que acabam promovendo condições de negócios nos terrenos.

2.2.2 Programa Favela-Bairro

O município do Rio de Janeiro, com uma população de pouco mais de 6 milhões de habitantes, corresponde à segunda maior região metropolitana do país. O crescimento

¹² No artigo da Tribuna da Bahia, publicado em 17 de abril de 2006, consta que de 3.500 palafitas existentes dez anos atrás, falta a erradicação de cerca de 800.

demográfico relacionado à pobreza urbana e à ausência de alternativas habitacionais marcou o longo processo de ocupações ilegais de terras públicas e privadas e a convivência sempre conflituosa entre a cidade formal e informal. De acordo com Abiko e Silva (2003, p.5), “dados recentes apontam para a existência de mais de 1 milhão de pessoas vivendo em favelas cariocas”.

O Programa Favela-Bairro (Figura 2) inicia-se em 1993, quando aproximadamente 18% da população moravam em favelas. Nesta época, já existiam 573 favelas, com mais de um século de vida, que já não podiam ser tratadas como um fenômeno transitório (CONDE; MAGALHÃES, 2004).

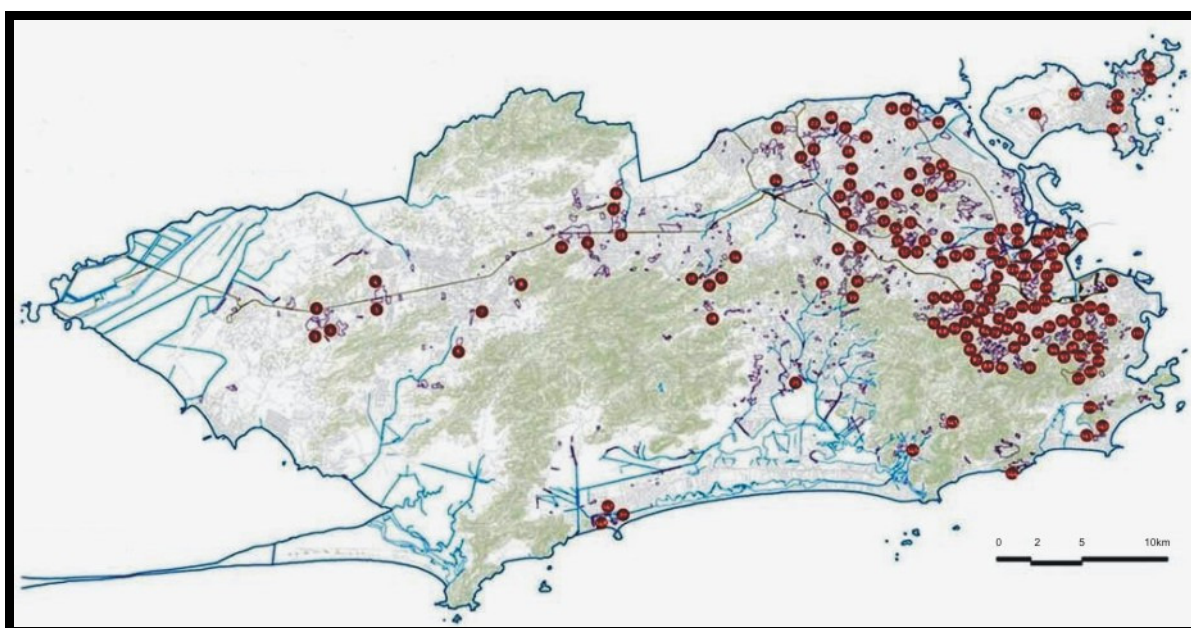


Figura 2 – Localização das intervenções do Favela Bairro, Iplan Rio – 1996 e 1997.
Fonte: CONDE; MAGALHÃES (2004).

O programa tinha por objetivo a conversão das favelas em bairros, através da implantação de infra-estrutura e serviços básicos, mas considerando a morfologia urbana pré-existente, buscando maior interligação com os bairros do entorno.

O programa estabelece quatro linhas de atuação:

1. *Implantação dos serviços urbanos;*
2. *Instalação de equipamentos comunitários;*
3. *Construção de um sistema de transporte e acessos;*
4. *Qualificação das unidades habitacionais e*

5. Incentivo à formação de uma identidade coletiva.

Segundo Conde e Magalhães (2004), o grande desafio foi determinar um conjunto de elementos para o projeto, a partir das expectativas pré-existentes. Os parâmetros de consenso identificados foram: o dimensionamento mínimo para ruas e calçadas, as soluções de coleta e tratamento do lixo, o sistema de drenagem e a implantação das praças de convívio. (CONDE; MAGALHÃES; 2004).

A experiência Favela Bairro apresenta como aspecto positivo o redesenho das favelas, visando a criação de espaços públicos de qualidade, tendo em vista o fortalecimento da identidade coletiva e a participação da comunidade.

O programa buscou a criação de espaços que não fossem apenas múltiplos, mas democráticos e que possibilitassem o convívio e o diálogo entre os diferentes valores. De acordo com Conde e Magalhães (2004, p.38), “a busca por tais espaços é uma questão central nos dias de hoje: o trânsito franco de cores, formas, idéias e representações é, cada vez mais, condição *sine qua non* para a sobrevivência nas cidades”.

Apesar dos problemas sociais ou de violência urbana não terem sido plenamente resolvidos, foram criados ambientes mais favoráveis às relações cotidianas que superam o atendimento às necessidades básicas e que são fruto da participação da comunidade no processo de transformação do espaço.

O grande desafio ainda refere-se ao acompanhamento e ao controle da expansão das áreas beneficiadas pelo programa. Pensando nisto, os POUOS (Postos de Orientação Urbanística e Social) foram instalados nas comunidades em fase inicial da obra de intervenção; integrados por equipes de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e agentes comunitários, atuam na orientação dos moradores sobre a importância da preservação dos espaços públicos e dos equipamentos implantados. Além da função de orientar as novas construções ou ampliações, há a função de fiscalização, monitorando o crescimento da favela e o surgimento de invasões (SECRETARIA MUNICIPAL DO HABITAT; PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2003).

Como ponto negativo, os principais problemas detectados, conforme Vieira (2007), estão relacionados às falhas na execução dos projetos, à utilização de material de baixa qualidade e a precariedade ou, em alguns casos, a ausência de infra-estrutura e saneamento básico. Tais problemas têm deteriorado parte dos sistemas de infra-estrutura implantados, os espaços públicos de lazer e os equipamentos sociais.

2.2.3 Programa de Recuperação da Bacia de Guarapiranga¹³

A Bacia Hidrográfica do Guarapiranga (Figura 3) estende-se por 643 Km², ao sul da Região Metropolitana de São Paulo (FRANÇA, 2000).

Em 1991, a área abrigava cerca de 550 mil pessoas, concentrada em áreas de baixo padrão habitacional. A represa abastece uma população estimada em 3 milhões de habitantes, dos quais 18% eram residentes em favelas (YAMAZAKI et al., 1997).

O perfil econômico da região, de acordo com França (2000, p.26), “caracteriza-a como uma das mais pobres de São Paulo (...) onde se verifica que aproximadamente 70% das famílias recebem até cinco salários mínimos”. Caracteriza assim um quadro de pobreza social que é agravado pela necessidade de preservação ambiental da área.



Figura 3 – Bacia do Guarapiranga.
Fonte: SANTOS (2005).

Na década de 60, a malha urbana inicia sua expansão sem que a infra-estrutura acompanhe a demanda criada, trazendo graves conseqüências ambientais para os recursos hídricos da bacia. Os moradores foram atraídos pela demanda de mão-de-obra para as atividades de porto desenvolvidas em áreas próximas, no setor industrial, e, depois, nos setores de serviços e imobiliários.

Na década de 70, o poder público estadual elaborou legislação para a proteção dos recursos hídricos propondo uma rígida regulação da ocupação e uso do solo. Conforme Abiko e Silva (2003), passados mais de 20 anos, apesar dos resultados positivos dessas medidas – a não verticalização e a não instalação de indústrias –, a falta de fiscalização facilitou a ocupação descontrolada da área.

O agravamento desta situação deu origem ao Programa de Saneamento Ambiental da Bacia do Guarapiranga, que tinha como meta central, a recuperação das águas do manancial, e como meta complementar a melhoria da qualidade de vida da população residente.

¹³ O Programa de Recuperação da Bacia do Guarapiranga foi considerado uma experiência bem-sucedida apresentada na Conferência do Habitat II – 2ª. Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, realizada em Istambul em 1996 (BONDUKI, 1997).

Tal programa foi dividido em cinco subprogramas (YAMAZAKI et al., 1997):

1. *Serviços de água e esgoto;*
2. *Coleta e disposição final do lixo;*
3. *Recuperação urbana;*
4. *Proteção ambiental das margens da represa e*
5. *Gestão da bacia.*

A ação de urbanização de favelas, inserida no subprograma 3, responde por parcela significativa do plano de recuperação de Guarapiranga e inclui as seguintes intervenções, de acordo com Yamazaki et al. (1997):

- Implantação de sistema de redes de coleta de esgoto domiciliar;
- Restauração de sistema viário principal com pavimentação e implantação de sistema de drenagem superficial das vias, garantindo trajetos e acesso fácil para os caminhões de coleta de lixo;
- Eliminação das áreas de risco com obras de consolidação geotécnica ou a remoção/readequação de moradias;
- Melhoria das condições de acesso às moradias, pela execução de pisos, rampas e escadas.
- Determinação das atribuições e execução das obras necessárias e equipamentos de interesse comum, controlando novas ocupações.
- Eliminação de habitações com alto índice de insalubridade, quer pela precariedade quer pela localização.

A necessidade de conscientização da população em relação aos benefícios do programa deu origem ao processo de discussão com a comunidade. Tal discussão tinha por objetivo a sensibilização em relação à intervenção e o esclarecimento sobre princípios de organização do espaço urbano, que habilitaria a comunidade a participar da construção e, posterior gestão, dos espaços criados. Este processo serviu para conscientizar os moradores também a participarem da preservação do manancial.

A elevação da qualidade das águas da bacia está diretamente relacionada à melhoria da qualidade de vida dos moradores. Os projetos desenvolvidos, através de ações de ordem física, visavam atingir objetivos de ordem ambiental por meio da participação dos próprios moradores ao longo do processo de intervenção.

2.2.4 Considerações acerca do sub-capítulo

Das experiências apresentadas, a incompatibilidade ao uso residencial, seja pela concentração de atividades industriais e comerciais, seja pela proximidade a áreas de mananciais – situações que apresentam risco à saúde pública, não representou empecilho aos moradores das favelas atraídos pelas oportunidades de emprego e por expectativas de melhores condições de vida.

Entretanto, o processo de ocupação sem planejamento criou um cenário urbano caótico, onde a ausência de infra-estrutura agravava os problemas ambientais, afetando diretamente a qualidade de vida dos moradores.

Os setores urbanos, onde atuaram os programas apresentados, possuem como característica comum o forte caráter de segregação¹⁴ do espaço, com o isolamento da comunidade em relação ao resto da cidade, bem como o agravamento das condições ambientais, por conta da ausência de planejamento e de infra-estrutura.

Em se tratando dos problemas de drenagem do solo¹⁵, característicos de áreas próximas a mananciais, quando em terrenos de baixa declividade, propiciam o alagamento das unidades residenciais em períodos chuvosos, assim como ocorre na Vila Aparício de Moraes.

As experiências em urbanização de favelas mostram a necessidade de remoção de um número significativo de casas localizadas em áreas de risco, bem como para viabilizar o plano de intervenção, seja para a transformação do sistema viário, tornando-o mais acessível através da abertura de ruas, pavimentação e criação de alternativas de acesso aos pedestres (rampas e escadas, nos casos de terrenos de grande declividade), seja para a criação de espaços livres e a implantação de equipamentos coletivos para o convívio social.

¹⁴ Separação espacial entre ricos e pobres ou entre segmentos sociais (SOUZA, 2003).

¹⁵ Refere-se à dificuldade de escoamento das águas em terrenos encharcados.

Tal processo mostrou evidente a necessidade de discussão com a comunidade em todas as etapas da intervenção, visando à conscientização em relação aos benefícios da proposta, a minimização dos impactos sobre as famílias reassentadas e possibilitar a participação dos moradores na concepção do projeto de urbanização.

Além disso, o esclarecimento em relação aos princípios de organização do espaço habilitou a comunidade a participar do processo de construção, e posterior gestão, do espaço. A sensibilização da comunidade foi essencial para garantir a preservação dos investimentos realizados. De acordo com Bezerra (2002), tanto em empreendimentos de novos conjuntos habitacionais como nos casos de urbanização de favelas, a importância dos componentes sociais baseia-se na premissa de que qualquer processo de urbanização, se não for integrado a ações de promoção social tendem a ter resultados de seus investimentos reduzidos ou até mesmo anulados.

As ações ligadas à qualificação dos espaços públicos mostram que as transformações não são apenas de ordem física, mas de ordem social. Além da integração físico-social, o fortalecimento da identidade local, através da criação de uma rede de espaços referenciais, relaciona-se à sustentabilidade dos espaços pós-intervenção. Aponta-se, assim, a existência de estreita relação entre a vitalidade dos espaços públicos, especialmente em áreas de interesse social, e a sustentabilidade dos mesmos. De acordo com Rogers (1987), a diminuição da vitalidade dos espaços públicos¹⁶, acarreta a diminuição da participação da vida urbana, e, conseqüentemente do controle natural ou espontâneo das ruas, fato que aumenta a percepção dos espaços como realmente perigosos.

A inadequação dos projetos de interesse social traz conseqüências negativas para o ambiente, afetando diretamente os moradores. Neste sentido, o conhecimento das necessidades dos usuários tem sido considerado a chave para a elaboração de projetos que conduzam ao aumento do grau de satisfação dos moradores com as suas moradias.

Através do estudo das diretrizes e ações dos três programas tratados (Apêndice A), foi possível identificar aquelas que poderiam efetivamente ser aplicadas à Vila Aparício de Moraes, mostrado no *Quadro de convergências dos programas com a Vila* (Quadro 2).

¹⁶ O conceito de vitalidade está relacionado às atividades sociais, culturais e de lazer que se desenvolvem nos espaços públicos.

PROGRAMA		PROBLEMAS identificados semelhantes aos encontrados na Vila		AÇÕES utilizadas pelo programa que poderiam ser aplicadas na Vila
Programa Ribeira Azul (BA)	MORFOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> Baixo padrão habitacional; Ausência ou deficiência de infra-estrutura; Expansão urbana em áreas de mananciais; Degradação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de infra-estrutura básica (drenagem, pavimentação, rede de esgoto, rede de abastecimento de água, rede de energia elétrica, abertura do sistema viário). 	
		<ul style="list-style-type: none"> Equipamentos sociais insuficientes. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação, reforma e ampliação dos equipamentos sociais. 	
		<ul style="list-style-type: none"> Habitações precárias localizadas em áreas alagadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Remoção de moradias em áreas de risco; Produção de novas unidades habitacionais; Reassentamento das famílias em áreas próximas às antigas moradias. 	
	CONTEXTO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> População de baixa renda com baixo nível de escolaridade 	<ul style="list-style-type: none"> Ações de mobilização e fortalecimento da organização comunitária; Estímulo à implantação de cooperativas dos moradores. 	
	CONTEXTO LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação urbana ilegal. 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização fundiária. 	
Programa Favela Bairro (RJ)	MORFOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> Situações de risco <ul style="list-style-type: none"> Margens de mananciais. Proximidade às linhas de alta tensão. Proximidade à linha férrea. 	<ul style="list-style-type: none"> Remoção de moradias em áreas de risco; Produção de novas unidades habitacionais; Reassentamento das famílias em áreas próximas às antigas moradias. 	
			<ul style="list-style-type: none"> Baixo padrão habitacional; Ausência ou deficiência de infra-estrutura; Degradação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de infra-estrutura básica (drenagem, pavimentação, rede de esgoto, rede de abastecimento de água, rede de energia elétrica, abertura do sistema viário).
			<ul style="list-style-type: none"> Segregação física; Sistema viário desordenado; Ausência de hierarquia viária; Ruas estreitas, dificuldade de acesso à área. 	<ul style="list-style-type: none"> Interligação mais ampla às estruturas dos bairros do entorno; Remodelação do sistema viário, tendo em vista a melhoria de acessos e a hierarquização.
		<ul style="list-style-type: none"> Ausência de espaços públicos e equipamentos de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação, reforma e ampliação dos equipamentos sociais: creches; campo de esportes e praças. 	
		CONTEXTO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> Ausência de identidade e de referenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> Facilitação da organização comunitária; Incentivo à formação de uma identidade coletiva.
		CONTEXTO LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação urbana ilegal. 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização fundiária.
Programa de Recuperação da Bacia do Guarapiranga (SP)	MORFOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> Baixo padrão habitacional. Ausência ou deficiência de infra-estrutura. Expansão urbana nas áreas de mananciais. Degradação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação de infra-estrutura básica (drenagem, pavimentação, rede de esgoto, rede de abastecimento de água, rede de energia elétrica, abertura do sistema viário); Recuperação ambiental da área e das águas do manancial; Recuperação das faixas de domínio público. 	
		<ul style="list-style-type: none"> Segregação física; Sistema viário desordenado; Ausência de hierarquia viária; Ruas estreitas, dificuldade de acesso à área. 	<ul style="list-style-type: none"> Interligação mais ampla às estruturas dos bairros do entorno; Remodelação do sistema viário, tendo em vista a melhoria de acessos e a hierarquização. 	
		<ul style="list-style-type: none"> Ausência de espaços públicos e equipamentos de qualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Implantação, reforma e ampliação dos equipamentos sociais: creches; campo de esportes e praças. 	
		CONTEXTO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> População de baixa renda com baixo nível de escolaridade; Segregação social. 	<ul style="list-style-type: none"> Facilitação da organização comunitária; Incentivo à formação de uma identidade coletiva;
		CONTEXTO LEGAL	<ul style="list-style-type: none"> Ocupação urbana ilegal. 	<ul style="list-style-type: none"> Regularização fundiária.

Quadro 2 - Quadro de convergências dos programas com a Vila.

3. ESTUDO DE CASO: VILA APARÍCIO DE MORAIS

A compreensão do estudo de caso inicia-se pelo entendimento do *Processo histórico de consolidação*, onde são apresentadas as condições geográficas e históricas que caracterizam o município onde se insere a Vila Aparício de Morais.

O estudo relativo ao *Estágio de consolidação das unidades como indicador do grau de consolidação do assentamento* ocorreu do cruzamento entre o tempo de moradia no local e o tipo de material das casas. A importância desse item refere-se à necessidade de se identificar as áreas mais consolidadas do setor urbano para auxiliar a proposição de estratégias de qualificação de menos impactante e mais condizente com a realidade.

Como se trata de uma ocupação ilegal e irregular, também se faz necessária a análise do *Impacto da legislação sobre o processo de urbanização da Vila*, para que se analisem as reais possibilidades de intervenção.

Posteriormente, estuda-se *A visão do morador*. Através do relato dos moradores mais antigos, foi construído o histórico de ocupação da Vila, que foi intitulado como *A intencionalidade do processo de ocupação espontânea*. Tal estudo mostrou ter havido certa organização dos próprios moradores no processo de ocupação da área, apesar dessa área ser caracterizada como ocupação espontânea, sem planejamento e orientação técnica de um profissional especializado. A *Caracterização da população* ocorre da aplicação de um roteiro de entrevista semi-estruturada (Apêndices G e H).

Por fim, o item que trata da *Leitura Espacial* representa a análise técnica da paisagem e representa o olhar imparcial do pesquisador. Esta análise subdividiu-se em *Morfologia¹⁷ geral da Vila* e *Caracterização geral do espaço público*. A análise do espaço público é complementada pela *Leitura Visual*, que consiste na caracterização de cada via, tendo em vista a identificação de sua vocação como espaço coletivo de convívio social.

A associação entre o discurso dos moradores e a realidade presenciada pelo pesquisador, foi realizada através da relação entre as informações obtidas durante as entrevistas e a situação presenciada *in loco*, bem como a observação do modo de apropriação dos espaços pelos moradores, no que diz respeito a usos e funções.

¹⁷ “A morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura” (LAMAS, 2004, p.37).

3.1 Processo histórico de consolidação

A Vila Aparício de Moraes está inserida no município de Santa Maria, na região central do estado do Rio Grande do Sul, distante aproximadamente 290 quilômetros¹⁸ de Porto Alegre (Figura 4). De acordo com o IBGE, a cidade tem área de 1.780 Km² e uma população estimada em 270 mil habitantes¹⁹.

A população caracteriza-se por um grande contingente de estudantes universitários, profissionais ligados às universidades e militares; ambos oriundos das mais diversas regiões do país. Além do destaque como pólo de ensino e militar, a cidade também tem importante papel no setor agropecuário e de prestação de serviços da região centro-oeste do estado.

O município nasceu de um acampamento militar em 1797, durante os trabalhos para a demarcação do Tratado de Tordesilhas, desenvolvendo-se rapidamente por sua posição estratégica e pela implantação de rede ferroviária (MARCHIORI; NOAL FILHO, 1997). Atualmente, ainda há sinais daquela época, como as estações férreas e a presença da linha férrea, que passa ao norte da Vila e que hoje é utilizada somente para o transporte de cargas.

A paisagem natural é marcada pelos perfis sinuosos das montanhas da Serra Geral, com grande potencial paisagístico (Figura 5). O clima é subtropical com temperatura média



Figura 4 – Localização do Município de Santa Maria. Fonte: Adaptado do Mapa Rodoviário do Ministério dos Transportes.



Figura 5 – Relação da cidade com o entorno natural. Fonte: COLVERO (2003).

¹⁸ Dado do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁹ Estimativa da população realizada em 01 de julho de 2006.

anual em torno de 19,5°C e que se caracteriza pelas altas temperaturas durante o verão e o inverno rigoroso com temperaturas muito baixas.

De acordo com Botega (2004), o processo de urbanização do município de Santa Maria foi intensificado a partir dos anos 50, quando a industrialização acentuou o êxodo rural. A partir de 1960, as ocupações ilegais passaram a compor este processo e atualmente apresentam-se como áreas consolidadas na cidade. O Quadro 3 lista as ocupações ilegais ocorridas no período com destaque para a Vila Aparício de Moraes.

Ano de ocupação	Área de ocupação ilegal	Localização no município de Santa Maria
1960	Vila Nossa Senhora do Trabalho	Zona Norte
1964	Vila Esperança	Zona Sudeste
1966	Vila Bilibio	Zona Leste
1970	Vila Nossa Senhora Aparecida	Zona Nordeste
	Vila Brasília	Zona Norte
	Vila Brasil	Zona Leste
1975	Vila Cerrito	Zona Leste
1976	Vila Renascença	Zona Oeste
1977	Vila Rossi (Área verde)	Zona Oeste
1980	Vila Bela Vista (Rua Canário)	Zona Nordeste
	Vila Nossa Senhora Conceição	Zona Norte
	“Estrada da Picadinha”	Zona Oeste
1982	Vila Jardim	Zona Leste
1988	Vila Lídia (Margem do Arroio Cadena)	Zona Oeste
1989	Vila Arco-Íris (Área Verde)	Zona Oeste
1991	Vila Ecologia	Zona Oeste
	Fazenda Santa Marta	Zona Oeste
1993	Vila Aparício de Moraes	Zona Leste
1997	Vila Presidente Vargas	Zona Leste
1998	Vila Lorenzi	Zona Sul
1999	Vila Kennedy	Zona Norte
	Km 2	Zona Norte
2001	Km 3	Zona Leste

Quadro 3 – Ocupações ilegais em Santa Maria-RS.
Fonte: Adaptada de Pinheiro, 2002, p. 46.

A Vila Aparício de Moraes insere-se no contexto apresentado, em terreno que pertencia ao Sindicato dos Servidores da UFSM. Em 1997, houve uma negociação entre os moradores e o poder público para a legalização fundiária. Entretanto, ainda não há uma solução legal definitiva para o caso.

O assentamento localiza-se no Bairro Camobi, zona leste do perímetro urbano do município e tem como principal acesso a RS-509. Neste sentido, é importante destacar que

a expansão da cidade ocorreu exatamente ao longo desta via e esteve diretamente relacionado à implantação do campus da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e da Base Aérea – BASM. Apesar da existência de outros sentidos de expansão, este é o que teve maior destaque (Figura 6).

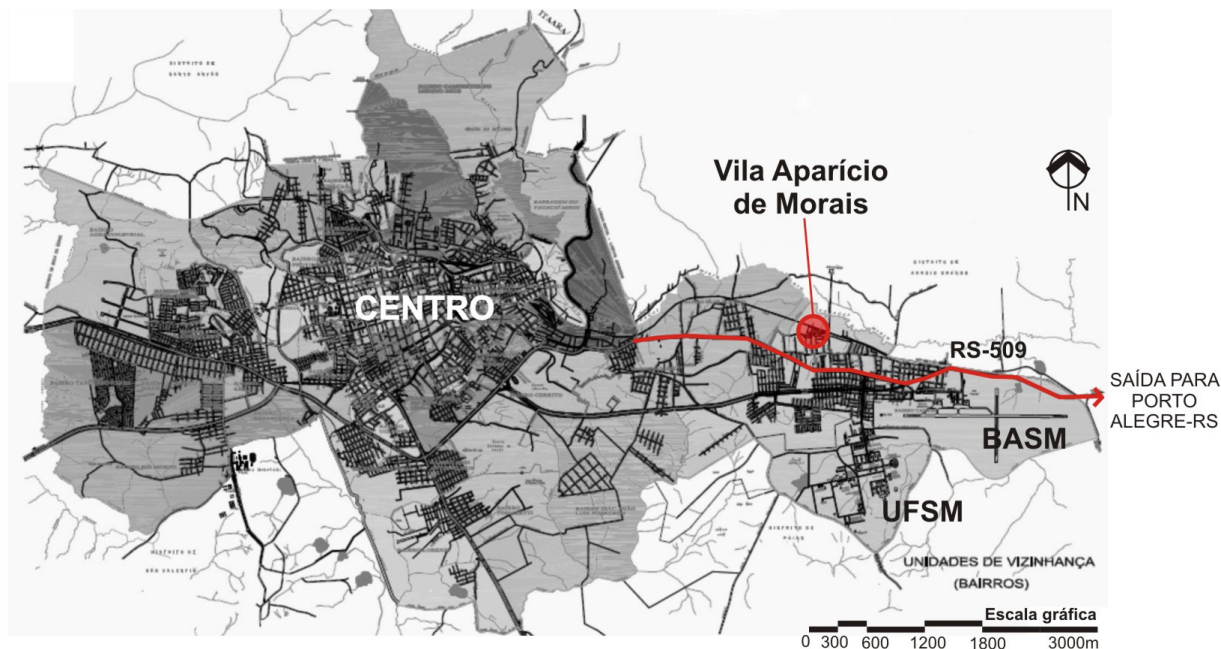


Figura 6 – Localização da Vila Aparício de Morais.
Fonte: Adaptação do Mapa da Prefeitura de Santa Maria, 2006.

Atualmente a vila é definida como Zona de Interesse para Urbanização Social, segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Ambiental do município (2006). Apesar disso, os investimentos públicos na área foram mínimos e as melhorias, em grande parte, são resultados dos esforços exclusivos dos moradores.

A Vila abrange uma área aproximada de 50 ha, abrigando cerca de 120 famílias e uma população estimada em 420 habitantes. Como dito, situa-se às margens da linha férrea e está próxima ao Rio Vacacaí-Mirim, conforme Figura 7.

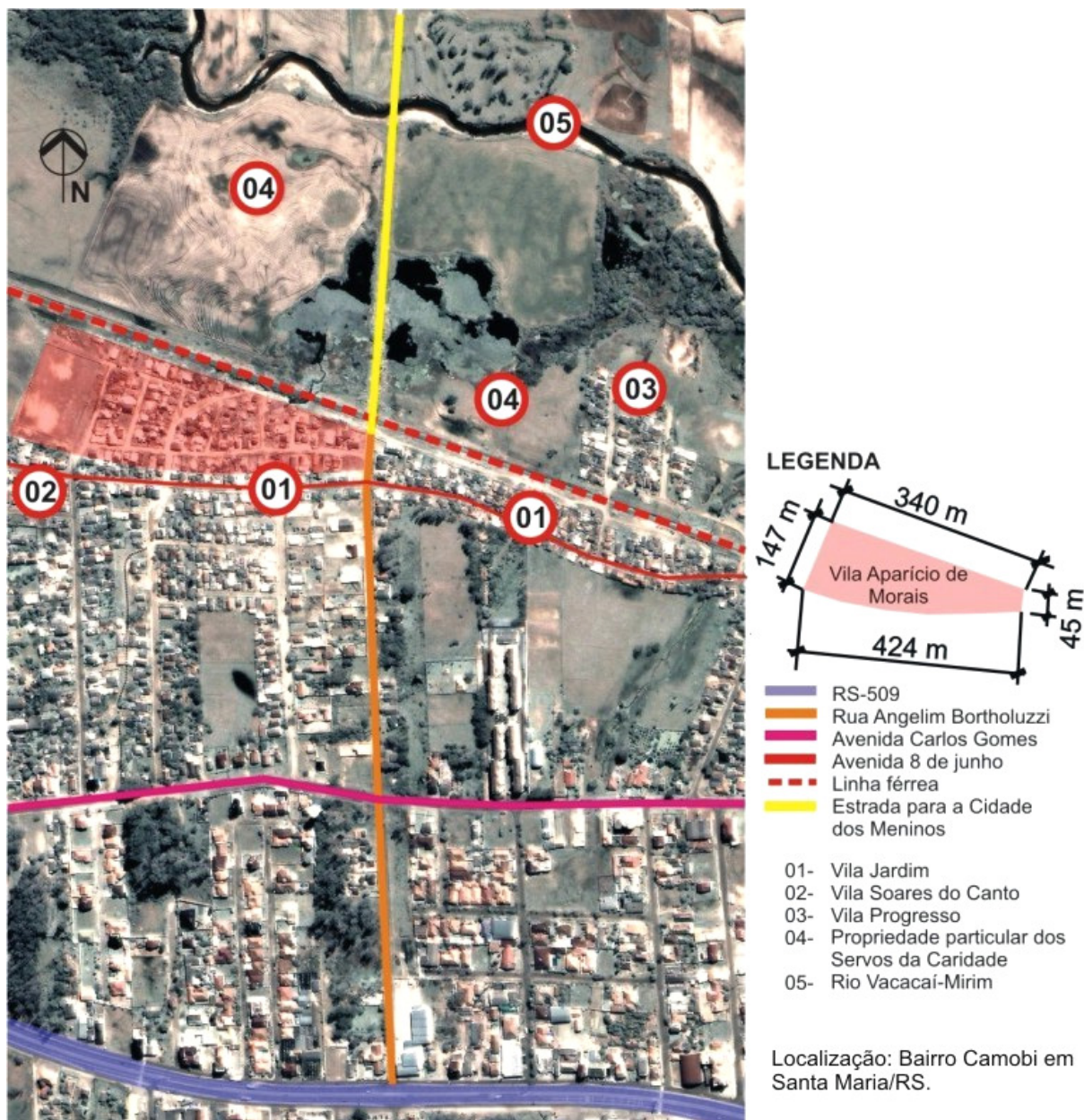


Figura 7 – Contextualização da Vila Aparício de Morais com o entorno imediato.
 Fonte: Carta aerofotogramétrica, INPE - UFSM, 2000.

Através da análise das imagens aéreas registradas em 1992 e em 2003, Figura 8 a e b, percebe-se que antes da existência da Vila Aparício de Morais, existiam na área: Vila Jardim, Vila Progresso e Vila Soares do Canto. Significa dizer que o setor urbano em questão já estava consolidado como área de ocupação ilegal.

Observa-se que a ocupação da área ocorreu inicialmente ao longo da Avenida 8 de Junho, com a formação da Vila Jardim. Segundo relato dos moradores mais antigos da área, “antigamente” sobre a Avenida 8 de Junho corria a linha férrea, que foi transportada para o local onde se encontra atualmente, apesar da estranheza do fato.



Figura 8 – Evolução do setor urbano: em 1992 (a) e após onze anos (b).
 Fonte: BASM, 1992 (a) e 2003 (b).

A transposição da linha férrea criou alguns vazios urbanos. Esses espaços, em geral ociosos, se mostraram perfeitos para a ocupação espontânea de populações em busca de moradia.

De acordo com PINHEIRO (2002), na década de 1970, algumas famílias começaram a ocupar ilegalmente as proximidades da via de acesso à Cidade dos Meninos²⁰ em área pertencente à Rede Ferroviária Federal (RFFSA) (Figura 9). Tal processo de ocupação se intensificou em 1982. Os moradores eram em sua maioria agricultores expulsos do campo,

²⁰ Conforme relatos dos moradores mais antigos, a Cidade dos Meninos, é gerida pela Sociedade Religiosa dos Servos de Caridade e acolhia meninos de baixa renda em regime de internato. A instituição possui uma infra-estrutura expressiva, composta de salas de aula, quadras esportivas e equipamentos de lazer. Entretanto, há cinco anos, a instituição faliu e atualmente se encontra desativada, sendo disponibilizada ao público apenas a infra-estrutura externa do conjunto construído, bastante procurada pela população das imediações.

operários da construção civil, de olarias ou trabalhadores eventuais. A ocupação da Vila Aparício de Moraes, só ocorreu em 1993, por cerca de 100 famílias.

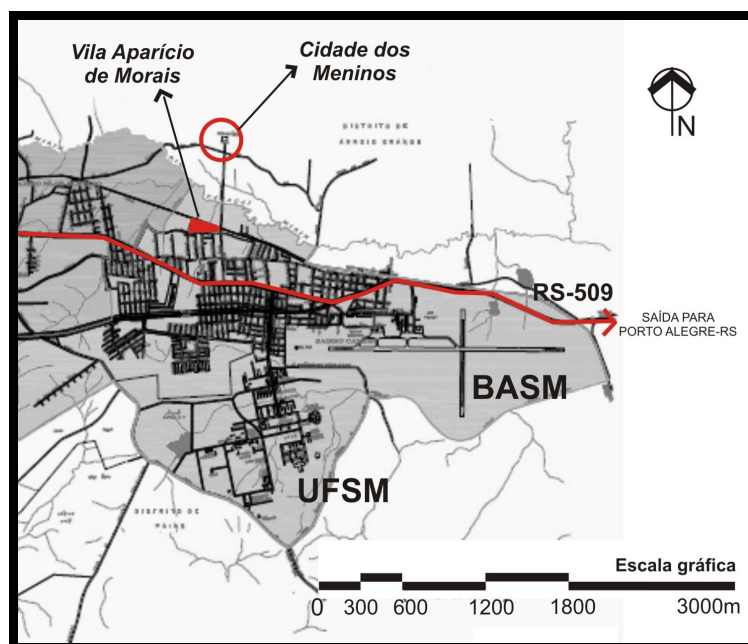


Figura 9 – Localização da Cidade dos Meninos.

Hoje a configuração da Vila permanece quase inalterada. A população residente conta com famílias recém-chegadas, porém parte significativa da população reside desde o início, o que pode significar uma vontade expressa de permanência no local.

3.1.1 O estágio de evolução das unidades como indicador do grau de consolidação do assentamento

A construção de casas em assentamentos de população de baixa renda apresenta-se como um processo que demanda maior tempo do que as casas construídas por agentes formais. Muitas vezes a conclusão de uma casa demora mais de 10 anos. Estão em constante evolução.

Apesar de haver um belo e conservado exemplar de conjunto habitacional em madeira no município de Lages-SC e construído em 1953²¹, hoje, observa-se que praticamente não existe tradição de construção em madeira no Brasil. Nesse sentido, as casas em madeira construídas pela população de baixa renda, em geral, têm aspecto precário e caráter provisório. Ou seja, a população constrói em madeira até que se possa construir uma casa de “material”, denominação vulgar para alvenaria.

²¹ Grupo de Estudos da Habitação – GHAB/ UFSC.

Assim, pode-se dizer que a evolução da casa, ou melhor, a qualificação da casa, está intimamente relacionada à melhoria das condições financeiras dos proprietários e ao tempo de moradia no local.

A constante melhoria da casa mostra que a família proprietária tem intenção de permanecer no local onde reside. Oposto a isto, a qualificação da casa seria deixada em segundo plano, por ser considerado um espaço de transição, provisório, enquanto não for possível ter acesso a opção melhor de moradia.

Partindo dessa lógica, tem-se que os moradores mais antigos teriam as casas mais consolidadas, e, provavelmente maiores que as dos moradores recém-chegados. Assim, através do mapeamento dos moradores mais antigos dentro da área de estudo, seria possível identificar as áreas mais consolidadas. Assim, foi realizado o mapeamento das casas conforme o tipo de material utilizado e, a partir das entrevistas, também foi elaborado um mapa com a localização das famílias segundo o tempo de moradia. O cruzamento desses dois mapas (Figura 10) permitiu a visualização da área sob o ponto de vista do grau de consolidação dos espaços, podendo auxiliar na tomada de decisões em relação à urbanização e conseqüente qualificação da área.

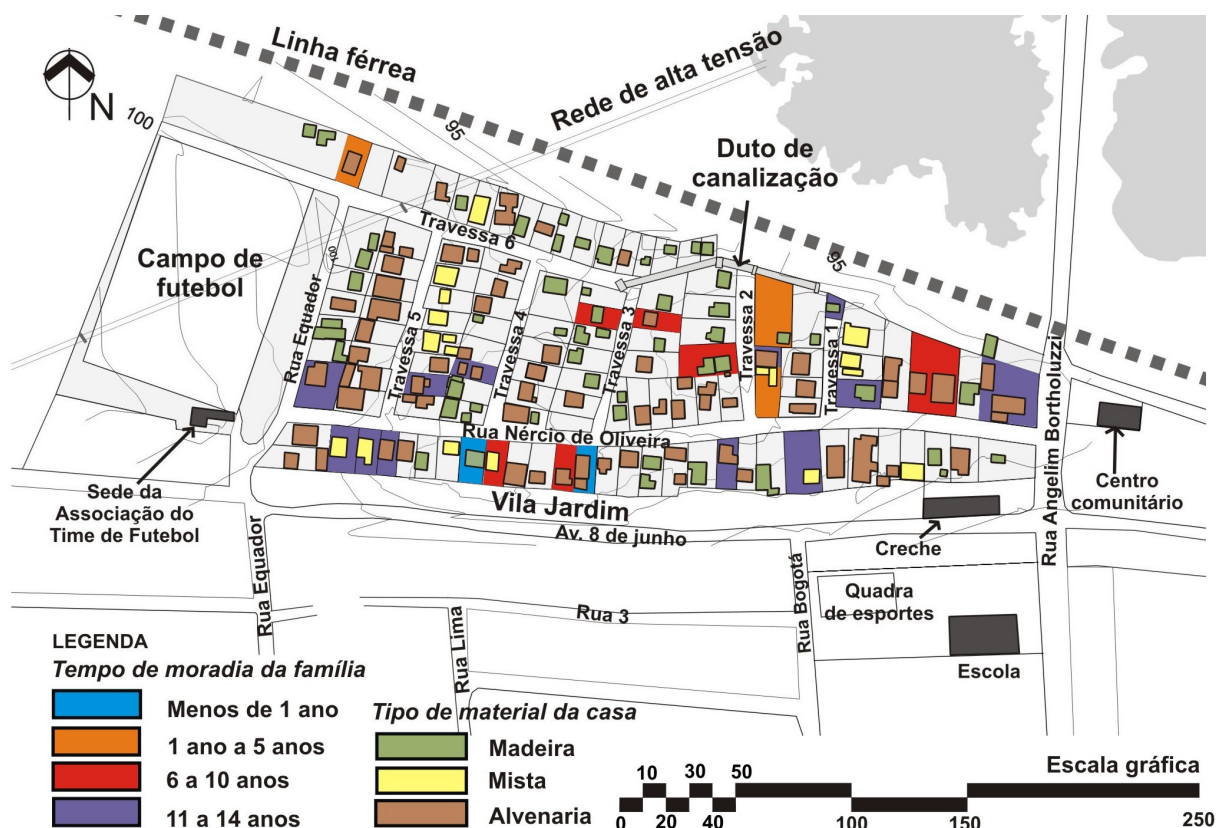


Figura 10 – Tempo de moradia x material de construção.

Como visto, no caso em estudo, fica confirmado que realmente os mais antigos moradores são aqueles que mais investiram e transformaram suas casas. Há poucas exceções como o caso do morador com menos de 1 ano em casa de alvenaria e que adquiriu a casa por compra ou aluguel ou um morador mais antigo que vive em casa de madeira por ter passado por uma separação familiar. Curioso dizer que o local de moradia desses antigos moradores (roxo no mapa) reforça o fenômeno descrito por SOMMER onde as lideranças costumam ocupar “a ponta da mesa”. Vale destacar que esses pontos estão exatamente demarcando as duas extremidades da Vila.

3.1.2 O impacto da legislação no processo de urbanização da Vila

A Lei 4.771/65 (Código Florestal) que definiria faixas de proteção ao longo de recursos hídricos não se aplica à Vila. Na leitura sistemática da Lei, não foi encontrada a definição da faixa de proteção para o caso específico (águas dormentes). Já o artigo 40 da Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo define uma faixa de 30 metros em relação a cada margem, sem, portanto, rebatimento no caso estudado, por não atingir zona ocupada.

A legislação urbanística e ambiental²² apresenta limitadores significativos para projetos de urbanização de favelas. O artigo 4º inciso III da Lei Federal 6.766/79 determina que ao longo das águas correntes, dormentes e linhas férreas, a reserva de uma faixa *non aedificandi* de 15 metros de cada lado. O artigo 43 de Uso e Ocupação do Solo do município também determina que ao longo das faixas de domínio público, rodovias, ferrovias, dutos e servidões de passagem de redes de alta tensão de energia elétrica, devem observar o mesmo distanciamento. No caso em estudo, a aplicação da legislação vigente atinge diretamente 16 lotes, indicando a necessidade de reassentamento de algumas famílias (Figura 11).

O Plano Diretor estabelece um lote com área mínima de 125 m² (ou 150m² para lotes de esquina), com testada mínima de 6 metros (ou 8 metros para lotes de esquina). Entretanto, é percebida na cidade a prática de testadas diferentes em loteamentos populares, elaborados com verbas do PAC²³. O estabelecido em lei é, entretanto, o referencial a ser utilizado por qualquer proposta de urbanização para o local. Também é importante destacar que, na Vila, há uma parcela significativa de lotes com área superior a 125m², o que indica para a possibilidade de desmembramento no caso da possibilidade de reassentamento de famílias.

²² Lei Federal 6.766/79 (Lei Federal de Parcelamento do Solo), Lei 4.771/65 (Código Florestal Federal).

²³ Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal.

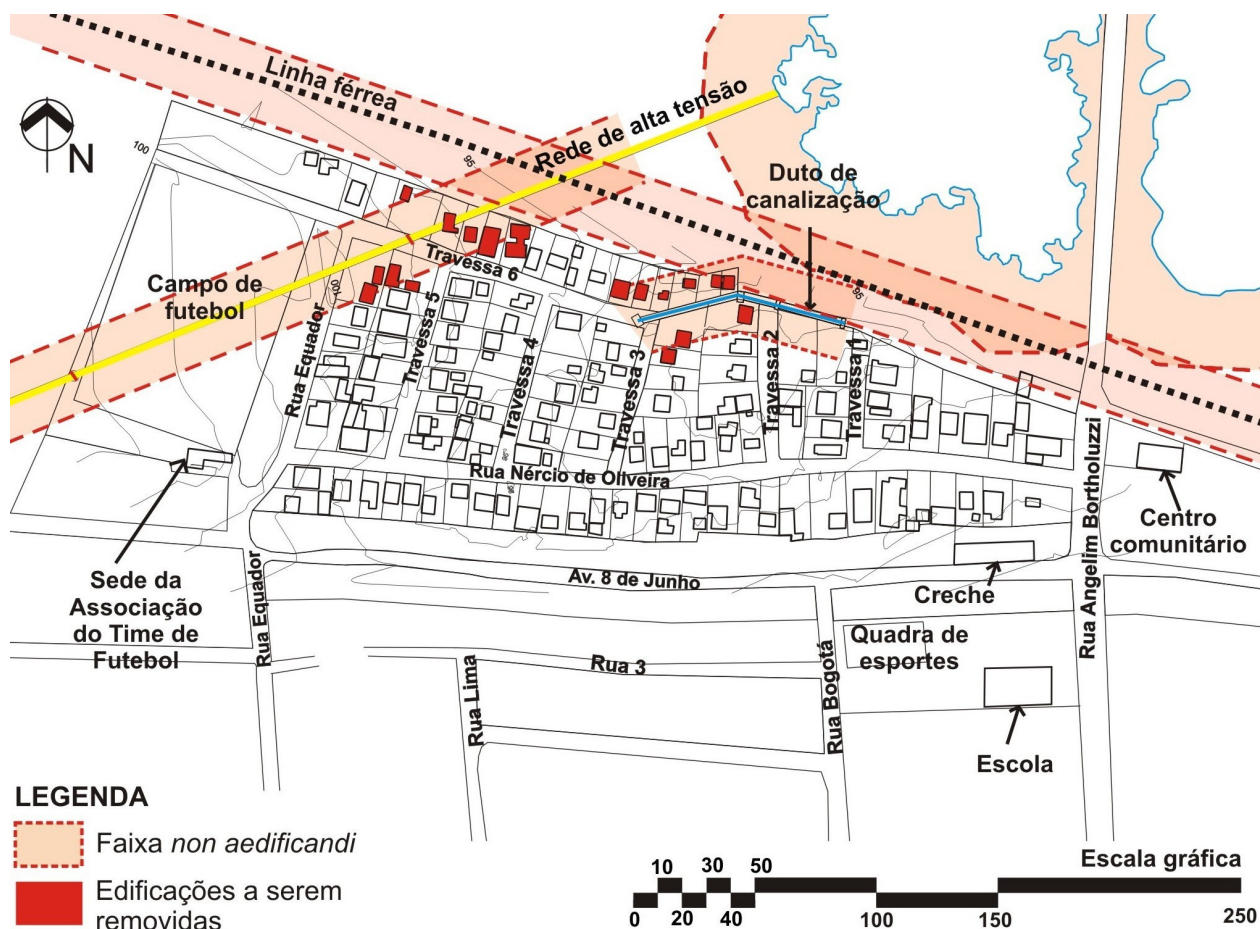


Figura 11 – Impacto da legislação: faixas *non aedificandi* e remoções.

Com relação ao sistema viário, a Lei Municipal de Uso e Ocupação do Solo define a largura viária mínima de 12 metros, contanto que a via tenha extensão inferior a 250 metros e que tenha acesso, pelas extremidades, por vias com largura superior a 15 metros.

No caso da Vila, nenhuma das vias atende a essa recomendação. Apesar disso, observa-se que em loteamentos de população de baixa renda consolidados, pode-se trabalhar com legislações específicas destinadas a AEIS²⁴, onde são admitidas dimensões menores, como será visto posteriormente.

3.2 A visão do morador

O contato com os moradores permitiu uma consciência maior sobre a realidade da vida comunitária no contexto tratado. Através da análise dos depoimentos, foi possível a caracterização da população residente, a identificação das expectativas dos moradores

²⁴ Área Especial de Interesse Social.

quanto à qualidade daquele setor urbano e a compreensão sobre o processo de formação do espaço urbano.

Através dos depoimentos dos moradores, também foi possível identificar a intencionalidade da ocupação e a construção do histórico da área, que aconteceu sob a influência de lideranças. Ou seja, algumas pessoas se destacaram dentro do grupo de moradores da Vila e foram respeitadas como líderes, por terem sido julgadas detentoras de um pouco mais de conhecimento do que a maioria. Tais líderes organizaram o movimento de ocupação da área, conforme contado no item que trata sobre *A Intencionalidade do processo de ocupação espontânea*.

3.2.1 A intencionalidade do processo de ocupação espontânea²⁵

Sobre o processo de ocupação, observa-se que a maioria dos moradores entrevistados são oriundos de bairros da própria cidade, alguns já moravam na Vila Jardim, especificamente na Avenida 8 de Junho.

Quanto ao processo de ocupação da Vila Jardim, área com maior tempo de consolidação em relação à Vila Aparício de Moraes, também resultado de uma ocupação ilegal. De acordo com o relato de um dos moradores:

Na verdade a primeira invasão foi a do Senhor Pedro, depois o prefeito Farret fez a usucapião da área (Vila Jardim). Aí o senhor Pedro pagou um advogado para legalizar a situação. Seu João comprou o terreno dos padres.

Os moradores começaram a invadir a área em busca de um imóvel próprio. De acordo com as entrevistas, observou-se que a maioria dos moradores da Vila morava próximo à área. As pessoas que vieram de outros bairros foram, provavelmente, avisadas por parentes que já moravam na área e perceberam o início do processo de ocupação. Já os moradores oriundos de outras cidades obtiveram o imóvel através da compra ou adquiriram imóveis por aluguel. Fato que pode ser ilustrado pelo trecho do depoimento de um dos moradores:

²⁵ Os nomes dos moradores utilizados nesse texto são fictícios e visam preservar a identidade dos mesmos. Os relatos aqui presentes foram coletados em Abril de 2007.

Eu trabalhei a vida toda e nunca tive nada. Quando começaram a invadir, eu achei que eu tivesse direito a ter um pedaço (da área) pra mim. Então, peguei o meu lote, da minha sogra e dos meus filhos.

Sobre a forma de organização com que se deu o processo, pode-se dizer que a invasão foi realizada de uma única vez e inicialmente de forma desorganizada. Mas, logo surgiram as lideranças, pessoas que foram respeitadas e se destacaram pelo maior nível de instrução em relação ao grupo. Um deles foi o João, que relata:

As pessoas começaram a invadir a área por toda a parte, sem a menor organização. Não ia ter espaço pra rua. Não ia ter espaço pra nada. Aí eu cheguei e organizei tudo. Tracei primeiro essa rua principal (a Rua Nércio de Oliveira), que delimitava uma faixa de lotes de 25 a 30 metros. Depois fui traçando as perpendiculares (As travessas). Quando a quadra começou a alargar, aí dividimos mais uma vez. Porque a gente sabe mais ou menos quanto tem que ter uma rua. A invasão foi liderada pelo Joaquim e por mim.

Um dos moradores mais antigos daquela região conta como surgiram as lideranças durante o processo de ocupação da área: “Respeitaram o João porque ele tinha maior conhecimento e que poderia ajudar”.

3.2.2 Caracterização da população

A caracterização da população ocorreu através da aplicação de entrevistas semi-estruturadas. Durante a realização das entrevistas buscou-se uma postura mais informal e uma linguagem próxima à falada pelo morador, de modo a facilitar a compreensão das questões apresentadas. A inexistência de questões pré-estabelecidas teve o objetivo de não induzir o morador à resposta. Tal prática permitiu maior aproximação do pesquisador com o morador e a obtenção de informações importantes e imprevisíveis, tal como dados relacionados ao histórico de ocupação da Vila.

Durante a pesquisa, foram elaboradas fichas de entrevistas, tendo em vista a sistematização das informações coletadas. O registro fotográfico aliado ao depoimento dos moradores, como recurso de memória em relação ao processo de coleta de informações, permitiu uma aproximação com a realidade da Vila. Dessa sistematização, foram produzidos os gráficos apresentados abaixo:

O gráfico 1 mostra que 43% dos moradores fazem parte da população ativa, ou seja, aqueles estão ou poderiam estar trabalhando em alguma atividade de renda. Deste mesmo gráfico, observa-se que 14% da população correspondem a uma faixa etária que está ou poderia estar no ensino superior e as outras porcentagens de jovens de 4 a 17 anos que estão em idade escolar. Apenas 9% são crianças com menos de 3 anos e 2% de moradores com mais de 60 anos.

A separação dos moradores por faixa etária está diretamente relacionada à identificação do potencial dos moradores, através da identificação daqueles que poderiam estar desenvolvendo uma atividade de renda, bem como daqueles moradores que estão em idade escolar. Também se pode utilizar esses dados para a proposição de espaços de lazer e de equipamentos comunitários, de acordo com as necessidades de cada grupo: crianças, adultos e idosos.

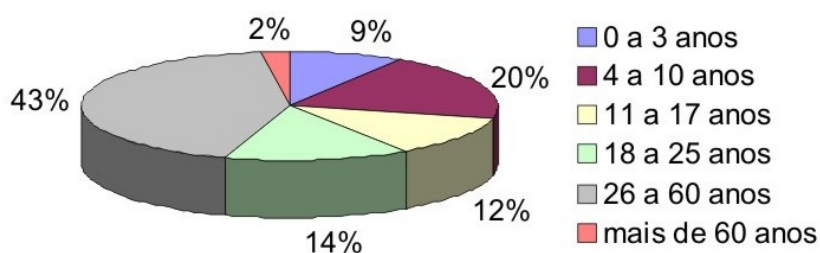
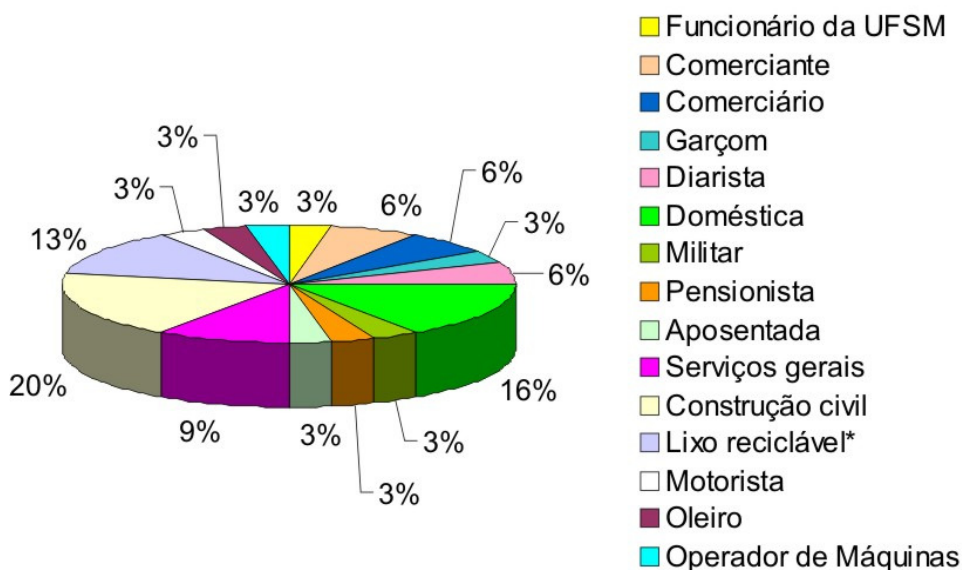


Gráfico 1 – Faixa etária dos moradores.

O gráfico 2 identifica as principais atividades de renda da população e mostra que há maior predominância das seguintes atividades: 20% da população está envolvida com a construção civil, 16% trabalha como doméstica, 13% trabalha com atividades de coleta, separação e venda de lixo reciclável e 9% trabalha como prestador de serviços gerais. Observa-se que nenhuma dessas atividades oferece estabilidade financeira. São raras as exceções de moradores que possuem emprego.



* Morador que obtém renda através da coleta e venda de lixo reciclável.

Gráfico 2 – Atividades de renda familiar.

Apesar da tendência cada vez maior das mulheres assumirem a posição de chefes de família, principalmente nesta faixa de renda, neste local foi identificada uma parcela significativa ainda representada pelos homens (Gráfico 3).

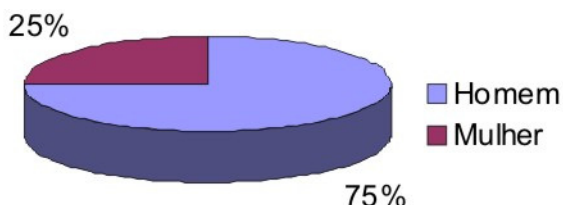


Gráfico 3 – Chefes de família.

A importância do gráfico 4 está relacionada à necessidade de identificar os moradores mais antigos da Vila, para posteriormente localizá-los espacialmente e assim, identificar as áreas mais consolidadas da Vila. Parte-se do princípio que os moradores que estão a mais tempo na Vila, já realizaram muitos investimentos em melhorias no local em que residem e já estabeleceram uma trama social sólida, composta das relações sociais entre parentes e vizinhos.

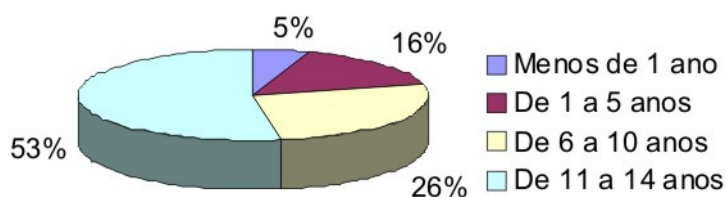


Gráfico 4 – Tempo de moradia no local.

O gráfico 4 mostra que 53% dos moradores possuem tempo de moradia no local entre 11 e 14 anos, que corresponde aos moradores mais antigos, e que 26% dos moradores possui tempo de moradia entre 6 e 10 anos. A soma dessas porcentagens corresponde a 79% da população que reside na área a pelo menos 6 anos. Ou seja, provavelmente, tais moradores não possuem intenção de sair do local onde residem e devem investir, de acordo com as suas condições financeiras, na melhoria gradativa de suas residências e lotes.

Como forma de identificar a proporção de moradores por metro quadrado de área construída nas unidades habitacionais, é importante considerar o tamanho dos lotes e das residências como mostrado abaixo:

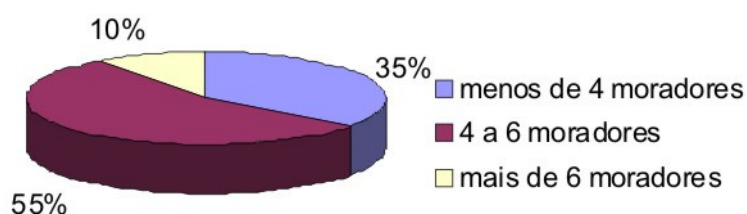


Gráfico 5 - Total de moradores por domicílio.

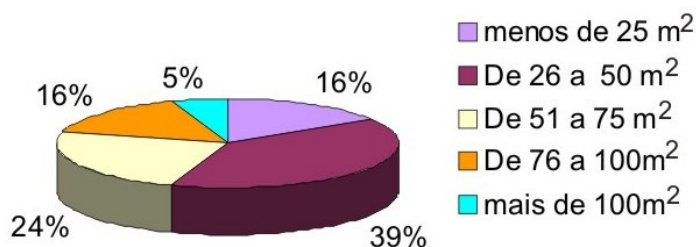


Gráfico 6 – Área das edificações.

No caso das edificações, observa-se que existe uma parcela significativa com mais de 100 m². Em contraposição, um número muito pequeno de unidades atinge 25m². (Gráfico 6).

O cruzamento entre os gráficos 5 e 6, onde consta o predomínio de casas com áreas entre 26 e 75m² e de uma parcela de famílias constituídas por 4 a 6 moradores, sugere um número significativo de moradores vivendo em casas com dimensões insuficientes para atender ao rol de necessidades existentes. É importante destacar que as famílias vivendo nessas condições, tendem a expandir suas atividades para fora da edificação, seja no lote ou na rua.

Com relação aos lotes, observou-se uma preponderância de áreas maiores do que 250 m², ou seja, o dobro do tamanho mínimo exigido pela legislação vigente (Gráfico 7).

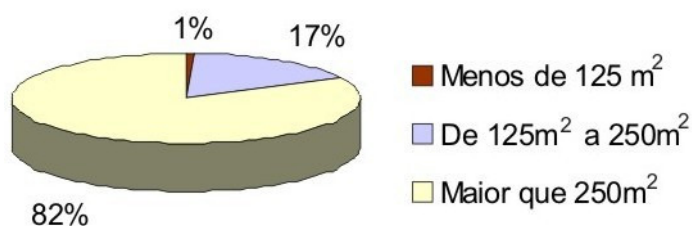


Gráfico 7 – Área dos lotes.

Como mostra o Gráfico 8, os moradores, como principal problema existente na vila, destacaram a presença de esgoto à céu aberto. Observa-se que outros problemas indicados foram relacionados à maior sensação de insegurança e poluição ambiental, tal como relatado pelos moradores.

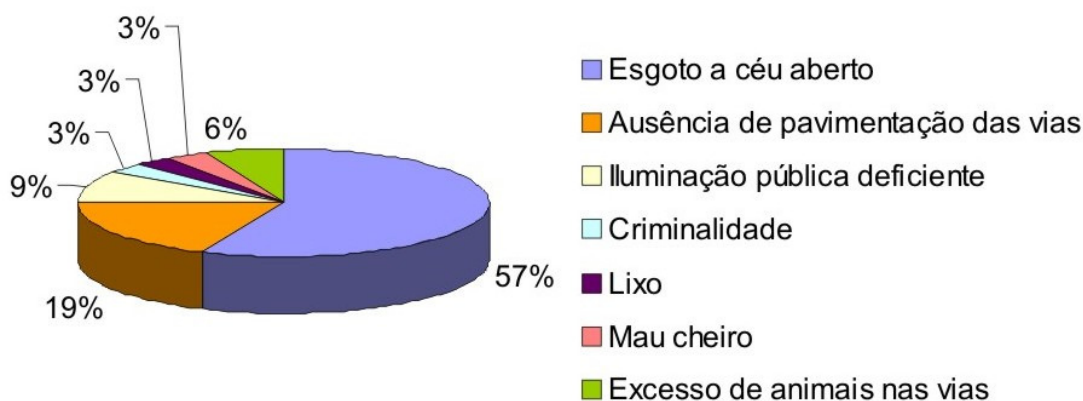


Gráfico 8 – Problemas encontrados na vila segundo opinião dos moradores.

Apesar dos problemas apontados, identificou-se que 85% dos moradores gostam de morar na vila (Gráfico 9).



Gráfico 9 - Satisfação do morador em relação à moradia na vila.

Com relação à vivência da população na área, outros gráficos foram produzidos e são relacionados abaixo:

O gráfico 10 indica que 90% dos moradores estão satisfeitos com as relações sociais estabelecidas entre seus vizinhos.

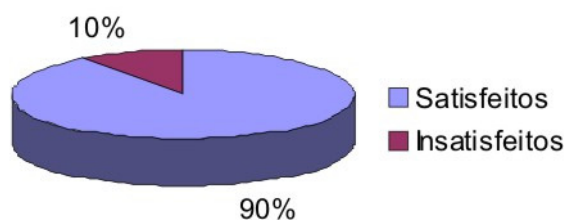


Gráfico 10 - Satisfação do morador em relação à vizinhança.

Os gráficos 9 e 10 mostram que, apesar das precárias condições existentes na área, a satisfação da população em relação ao espaço de moradia e a convivência com os vizinhos pode estar vinculada à trama social consolidada. Fato que reforça a idéia de que esta parcela da população não tem interesse em mudar-se da área e que, provavelmente, tem realizado investimentos em melhorias ao longo dos anos.

Vocês participam das atividades do centro comunitário?

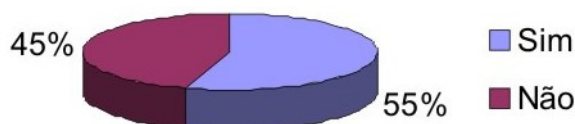


Gráfico 11 – Participação nas atividades do centro comunitário.

O gráfico 11 mostra que 55% dos moradores participam das atividades oferecidas pelo centro comunitário, dentre elas: aulas de artesanato, feiras de roupas a preços simbólicos, aulas de judô, cultos religiosos, distribuição de leite e remédios, palestras informativas de prevenção de doenças, dentre outras. A importância do gráfico 11 está baseada na importância do fortalecimento das relações comunitárias, principalmente em áreas onde reside a população de baixa renda. Muitas vezes as precárias condições de vida da população são minimizadas por essas atividades, que além da ajuda imediata, podem gerar formas alternativas de obtenção de renda, através das aulas que capacitam os moradores e trabalho, que poderia ser realizado na forma de cooperativa entre os moradores.

Quanto ao local de trabalho, foi considerado como “longe”, aquele onde o morador declarou utilizar algum meio de transporte, seja ele público ou privado. Nesse sentido, observou-se que a maioria dos moradores trabalha em locais próximos à Vila (Gráfico 12).

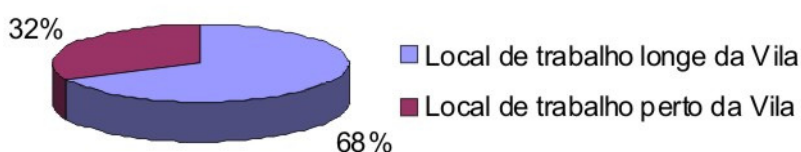


Gráfico 12 – Relação de local de trabalho com a moradia.

Quanto à escolaridade, só foi possível levantar dados referentes às crianças e adolescentes do bairro, todos não ultrapassando o primeiro grau. Em relação aos estabelecimentos de ensino citados, estes foram agrupados em duas categorias, que se distinguem pela localização maior ou menor do que 500 metros em relação à Vila, pois se considera tal distância como limite confortável para o deslocamento diário das faixas etárias em questão. Neste sentido, é importante destacar que há uma predominância do uso de escolas distantes a mais de 500m do local de moradia, conforme Gráfico 13.

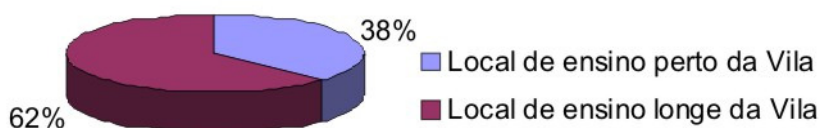


Gráfico 13 – Relação do local de ensino com a moradia.

Quanto à infra-estrutura de saúde, a maior parte da população utiliza a Unidade de Saúde de Camobi recentemente entregue à população e localizada muito próxima da comunidade. Equipamentos mais distantes são utilizados em menor escala (Gráfico 14).

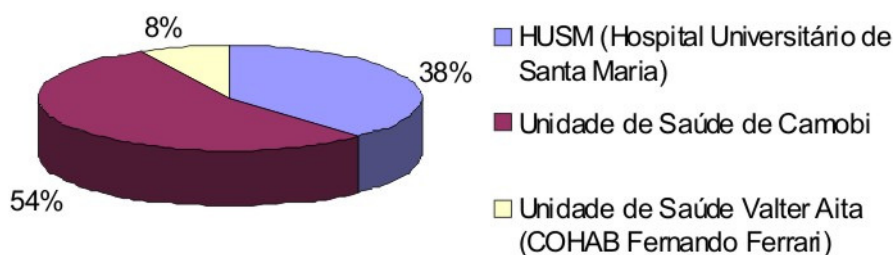


Gráfico 14 - Instituições de saúde utilizadas pelos moradores.

Quanto ao comércio, todos os estabelecimentos comerciais identificados localizam-se no bairro e nas áreas próximas à Vila (Gráfico 15 e 16).

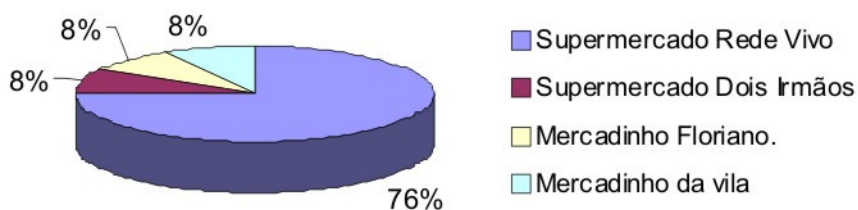


Gráfico 15 – Estabelecimentos comerciais utilizados pelos moradores.

Utilizam os mercadinhos existentes na Vila?

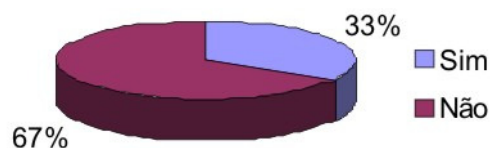


Gráfico 16 – Sobre a utilização do comércio de caráter local.

Observa-se que, apesar de haver uma maior representatividade de moradores que utilizam os grandes supermercados próximos à área – Rede Vivo e Dois Irmãos, quando foram perguntados sobre a utilização dos mercadinhos da Vila, 67% responderam que sim. A utilização do pequeno comércio local está relacionado ao atendimento das necessidades emergenciais do cotidiano e a facilidade quanto ao pagamento posterior da compra.

Quanto às atividades de lazer do adulto, observa-se que há uma preponderância de utilização da casa. Com exceção do jogo de futebol (10%) e do morador que relatou que costuma viajar como atividade de lazer (3%), observa-se que todas as outras atividades são realizadas dentro de casa ou do lote. Fato que justifica um olhar mais cuidadoso sobre as deficiências do espaço público, objeto desse trabalho (Gráfico 17).

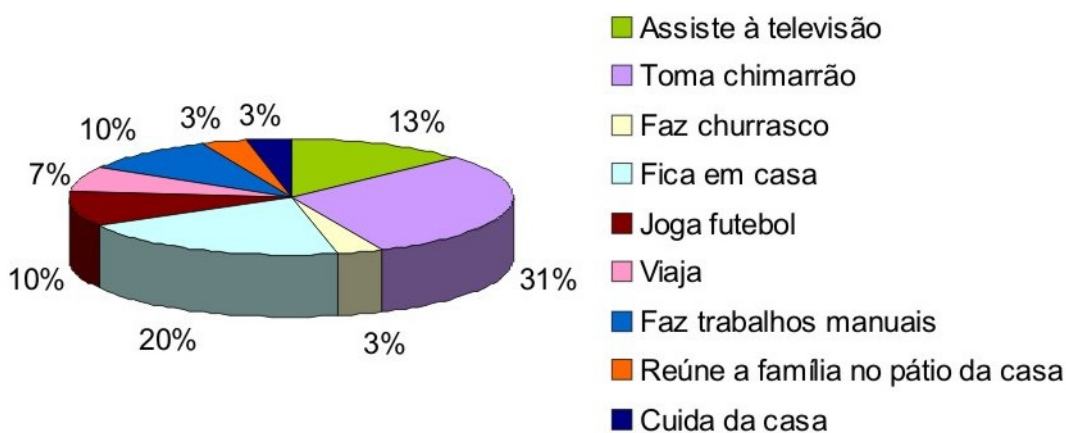


Gráfico 17 – Atividades de lazer do adulto.

Com relação às crianças, a situação se inverte, como maior preponderância das áreas abertas públicas e equipamentos comunitários (Gráfico 18). Observa-se que os espaços públicos seriam mais utilizados se houvessem condições adequadas para a realização das práticas de lazer já existentes.

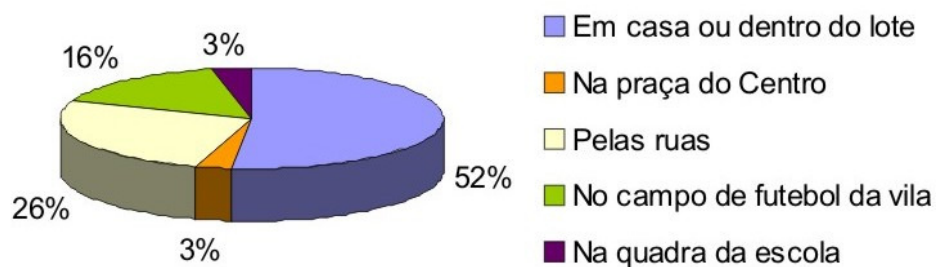


Gráfico 18 – Locais de lazer das crianças.

A partir das entrevistas, foi possível notar que muitos moradores possuem relações de parentesco, como por exemplo, uma moradora que mora ao lado da mãe (cor verde do mapa) ou na mesma rua que a mãe (cor laranja do mapa); uma moradora que mora na mesma rua que a mãe e a sogra (cor azul do mapa) e um morador que mora do lado da sogra (cor vermelha do mapa) (Figura 12). Se nos dermos conta que a identificação de 9 famílias em situação de parentesco, representa 45% da amostra total de entrevistas, pode-se dizer que no universo de 120 moradias existentes, podem existir aproximadamente 54 famílias com relações de parentesco, o que denota, provavelmente, uma estratégia familiar de ocupação da Vila.

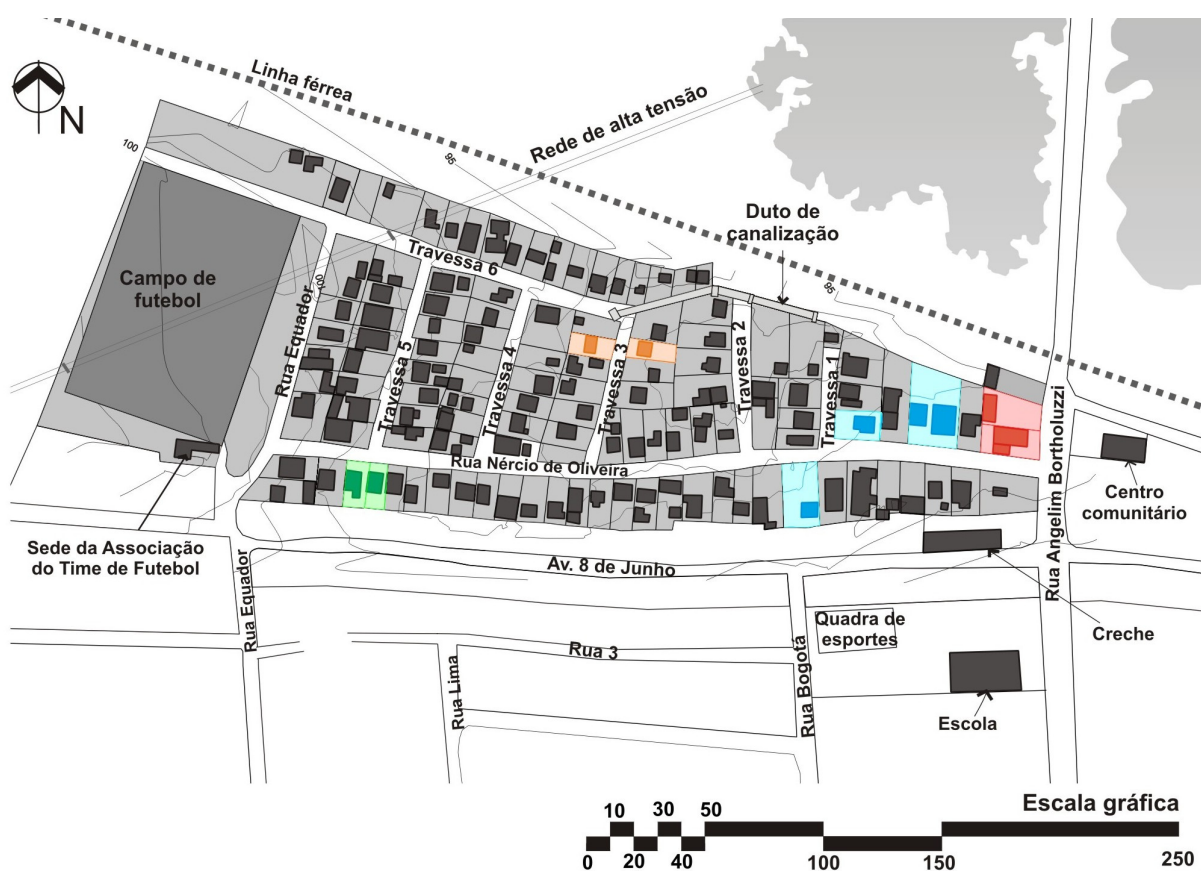


Figura 12 – Mapa com as relações de parentesco das famílias entrevistadas com cores identificando os lotes onde residem vizinhos que possuem algum parentesco.

A partir do tratamento dos dados acima, fica evidenciado um alto grau de satisfação, uma forte ligação entre a população e o local de moradia, justificando mais uma vez a necessidade de urbanização da área, tendo como referência a forma de apropriação e suas resultantes no traçado viário presente no local.

3.3 Leitura espacial

A leitura espacial inicia-se pela caracterização da vila, a partir de uma visão macro, que é detalhada no item que trata da morfologia geral da Vila. Posteriormente, o foco passa a ser a análise do espaço público, tendo em vista a importância do mesmo como espaço de convivência e fortalecimento das relações comunitárias, tão importantes para a população de baixa renda. Para isso, a análise aconteceu do geral, no item *Morfologia geral da Vila*, para o particular, detalhados nas pranchas de *Leitura espacial*. Ou seja, partiu-se da caracterização do espaço público para a caracterização de cada rua.

De acordo com Malard et al.(2002, p.251):

(...) quando há alguma dificuldade para a espacialização de uma atividade, e essa dificuldade é inerente à arquitetura do lugar, sua identificação é fácil, pois se estabelece um conflito entre o usuário e o objeto arquitetônico - defeituoso ou ausente - que se constitui no obstáculo ao pleno desenvolvimento da atividade. Com o objetivo de realizar a identificação de possíveis conflitos arquitetônicos.

As leituras espaciais (Pranchas 1 a 7) foram realizadas por meio de observações diretas visando à identificação de conflitos arquitetônicos, bem como dos elementos significativos no espaço coletivo da Vila e correspondem à vivência pessoal do pesquisador durante a pesquisa de campo.

Tais leituras são complementadas por leituras visuais (Leituras Visuais 1 a 7) de cada via, que correspondem a seleção de imagens registradas da Vila e que possibilitaram a caracterização de cada via em relação à vocação como espaço coletivo de convívio.

3.3.1 Morfologia geral da Vila

Apesar de partir de uma ocupação espontânea, a Vila Aparício de Moraes apresenta forma regular, provavelmente fruto de uma intencionalidade de ação, ou seja, uma tentativa

de organização do espaço, de acordo com o que é observado na cidade formal, mas que não se consolida de forma efetiva pelas condições precárias como foi construído.

Além disso, existem barreiras significativas que dificultam a expansão da área, representadas pela linha férrea, pela Vila Jardim, pela Rua Angelim Bortholuzzi e pelo campo de futebol (Figura 13).

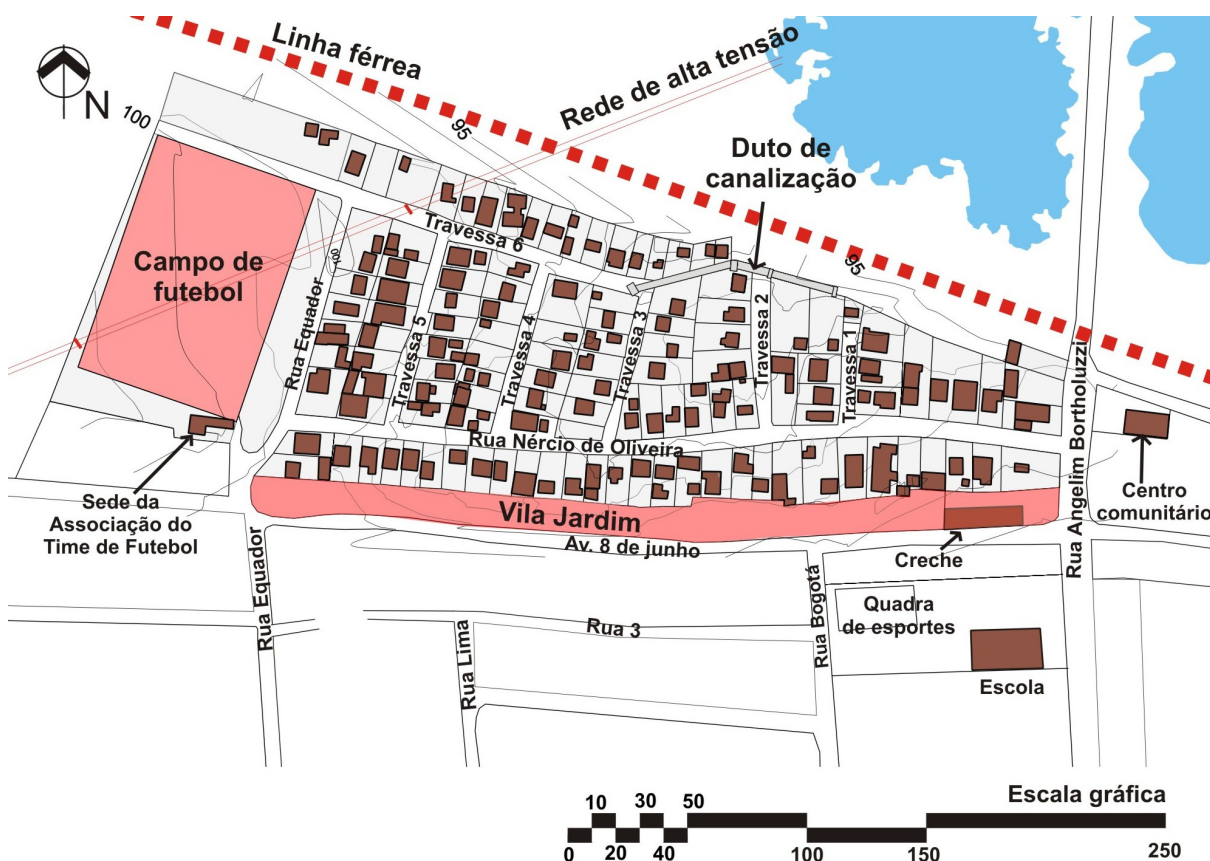


Figura 13 – Configuração urbana da vila e identificação das barreiras físicas de expansão.

A topografia é de baixa declividade. Tal característica aliada à proximidade aos mananciais dificulta a drenagem, constituindo um problema ambiental durante os períodos de chuva, quando há o transbordamento de esgotos a céu aberto e lixo que é arrastado na direção dos mananciais.

Todas as edificações da Vila possuem apenas um pavimento, havendo um destaque apenas para o gabarito do Centro de Triagem de Lixo, com mais de 4 metros (mesmo assim térreo). A ausência de diferenciação no gabarito e a topografia de baixa declividade dificultam a orientação espacial. Em contrapartida, os morros são elementos visuais significativos, que, embora não apresentem influência bioclimática direta na área de estudo, servem de referencial de valorização da paisagem (Figura 14).



Figura 14 – Relação visual do entorno.

Quanto à tipologia construtiva das edificações, todas são térreas, geralmente construídas em madeira e/ou alvenaria. Há um processo constante e gradativo de transformação das habitações, através de ampliações e melhorias em relação aos acabamentos. Apesar do predomínio do uso residencial e da rusticidade das edificações, a diferenciação espacial ocorre exatamente através da diversidade dos materiais e acabamentos. Assim como também pela variação de afastamentos da casa em relação à rua.

3.3.2 Caracterização do espaço público

A Vila atualmente está em péssimas condições ambientais. As ruas não contêm pavimentação e as casas não são atendidas por um sistema de esgoto. Também não há um sistema de drenagem das águas pluviais. Observa-se que há uma constante deterioração dos espaços por conta da presença de esgoto a céu aberto e de lixo por todas as ruas. A situação presente na Vila está discriminada no Quadro 4.

DADOS GERAIS SOBRE AS CONDIÇÕES DAS RUAS			
Tipo de infra-estrutura	Sim	Não	Situação atual
Há algum tipo de pavimentação?		X	Todas as vias internas da vila são de chão batido e não há passeios públicos.
Há rede de abastecimento de água?		X	Todas as casas são abastecidas por água.
Há rede pluvial?		X	Existe uma tubulação de canalização do córrego que recolhe a água das chuvas, esgoto e lixo e jogam nos mananciais próximos à vila (Figura 15).
Há serviço de coleta de lixo?	X		Embora a área seja atendida por serviços de coleta de lixo, observa-se que, em geral, há presença significativa de lixo espalhado nas ruas e nas áreas próximas aos mananciais (Figura 16). Isso pode significar precariedade do sistema de coleta ou falha da educação dos moradores.

Quadro 4 – Dados gerais sobre as condições das ruas internas da Vila.



Figura 15 – Situação da área próxima aos mananciais.



Figura 16 – Presença de lixo na Rua Equador próximo ao campo de futebol.

A malha viária da Vila caracteriza-se por uma estrutura em espinha de peixe com a Rua Angelim Bortholuzzi servindo as pequenas vias vicinais de menos de 100 metros de profundidade. A via principal apresenta características diferentes das vias internas, como a existência de pavimentação, calçadas, iluminação pública e a presença de equipamentos sociais (Figura 17).

A Vila possui como pontos focais, a Escola com ampla área livre e quadra de esportes; a Creche com equipamentos de lazer infantil e o Centro Comunitário, oferecendo uma série de atividades, como aulas de artesanato, esporte, distribuição de remédios e alimentos e reuniões. Todos esses equipamentos funcionam como pontos atrativos para os

moradores, que costumam utilizar as esquinas e as áreas próximas como pontos de encontro.

Além desses equipamentos, outros pontos com potencial atrativo são os postes de iluminação pública que estão distribuídos em quase todas as vias, exceto na Travessa 1. Atualmente a maioria desses postes possui lâmpadas quebradas, talvez dificultando a troca social, principalmente no horário noturno. Esta condição aumenta a sensação de insegurança dos moradores, que evitam transitar pelo bairro durante a noite. Outros equipamentos fora da Vila oferecem oportunidade de troca social.

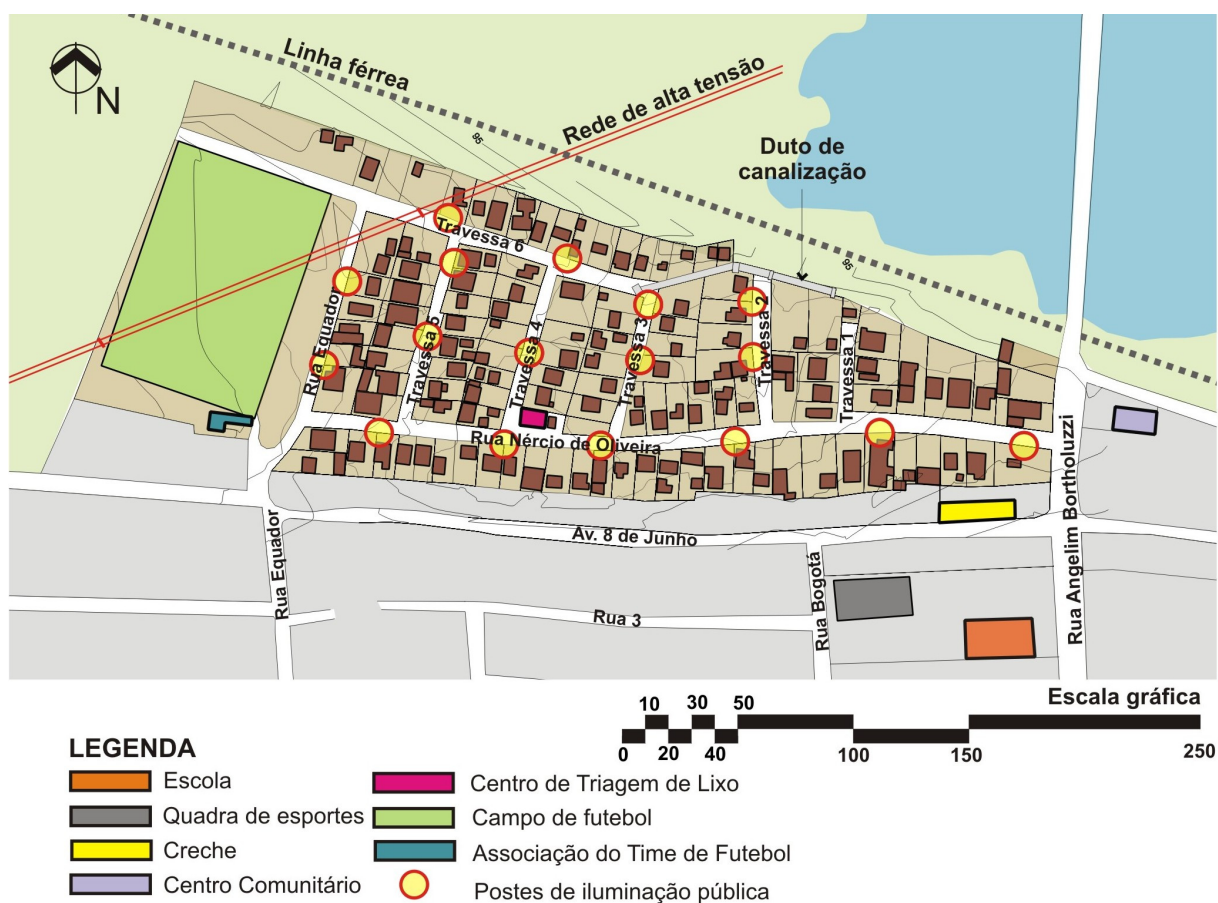


Figura 17 – Localização dos equipamentos e dos pontos de iluminação pública.

As ruas internas apresentam alguns pontos em comum, relativos ao tipo de pavimentação, e às condições de prestação de serviços básicos, já mencionado no Quadro 4. O detalhamento de cada uma das vias presentes na Vila é encontrado nas pranchas 1 a 7.

LEITURA ESPACIAL 01

Rua Angelim Bortholuzzi

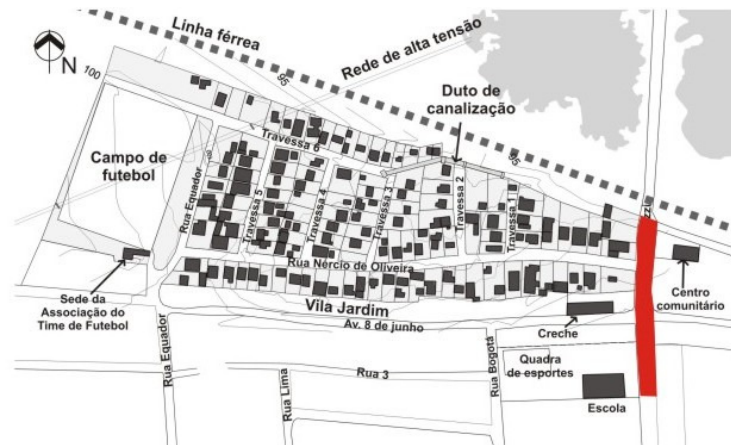


01 Escola de Ensino Fundamental Renato Nocchi Zimmermann

02 Av. 8 de junho Creche Vila Jardim

03 Rua Nércio de Oliveira

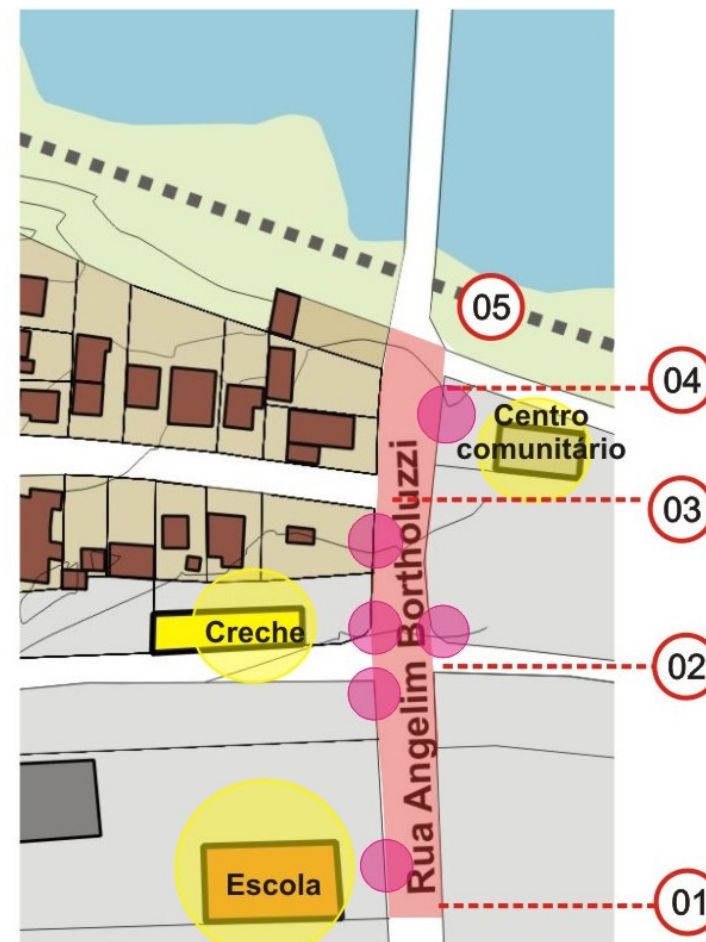
04 Linha férrea



LOCALIZAÇÃO DA RUA



05 Estrada que vai para a Cidade dos Meninos



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA RUA ANGELIM BORTHOLUZZI		
	A RUA	Caixa de rua com dimensão aproximada de 12 metros.
	USOS (presença de pessoas)	As pessoas costumam ocupar as áreas próximas aos equipamentos comunitários ou as esquinas das ruas.
	PONTOS FOCAIS	A Escola, a Creche e o Centro Comunitário.
BARREIRAS		
-		
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		Os cursos e as celebrações religiosas no Centro Comunitário, os jogos coletivos na quadra, as festas na Escola e a recreação infantil no playground da Creche.
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		A insegurança relacionada à própria travessa da rua, quando realizada por crianças. Ausência de passeios públicos, dificultando a permanência e a circulação na rua.



04 Linha férrea

03 Centro Comunitário

02 Av. 8 de Junho

01

LEITURA VISUAL

Rua Angelim Bortholuzzi



Escola Municipal de Ensino Fundamental Renato Nocchi Zimmermann com ampla área livre para lazer, onde são realizadas festas comunitárias, e quadra de esportes destinada às atividades esportivas dos alunos.



Av.8 de Junho:
Via com pavimentação e arborização diferenciada que dá qualidade espacial à rua, mas que dificulta a permeabilidade visual entre o público e privado.



Relação da linha férrea com a Vila.



Estrada de chão batido que vai para a Cidade dos Meninos - conitnuação da Rua Angelim Bortholuzzi.



Creche localizada na esquina com a Av. 8 de Junho, com playground para lazer infantil.

Centro comunitário: local de reunião de moradores daquela área, onde são realizadas reuniões, feiras de roupas a preços acessíveis, aulas de artesanato, cultos religiosos, palestras informativas sobre saúde e a distribuição de alimentos e remédios, através de programas específicos. Espaço que está sob responsabilidade de entidade religiosa.






LEITURA ESPACIAL

Rua Nércio de Oliveira 02



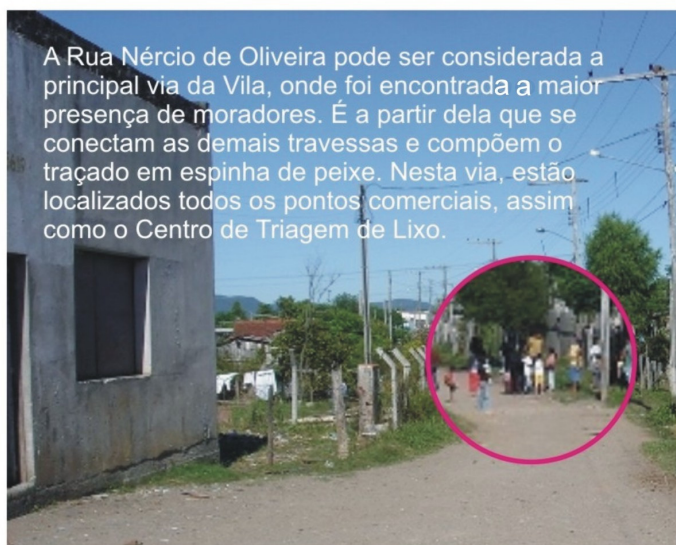
LOCALIZAÇÃO DA RUA



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA RUA NÉRCIO DE OLIVEIRA		
	A RUA	Caixa de rua com dimensões que variam 6 a 9 metros.
	USOS (presença de pessoas)	As pessoas costumam utilizar como pontos de encontro as proximidades dos estabelecimentos comerciais e do Centro de Triagem de Lixo.
	PONTOS FOCAIS	Os três estabelecimentos comerciais (dois mercadinhos e o Bar do Pandeiro) e o Centro de Triagem de lixo.
BARREIRAS		-
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		Ausência de barreiras.
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		Mau cheiro devido à presença de esgoto à céu aberto e lixo.

LEITURA VISUAL

Rua Nércio de Oliveira



A Rua Nércio de Oliveira pode ser considerada a principal via da Vila, onde foi encontrada a maior presença de moradores. É a partir dela que se conectam as demais travessas e compõem o traçado em espinha de peixe. Nesta via, estão localizados todos os pontos comerciais, assim como o Centro de Triagem de Lixo.



O Centro de Triagem constitui um importante equipamento vinculado a geração de renda e que também funciona como espaço de troca social. O trabalho de seleção e separação do lixo recebido é realizado essencialmente por mulheres que se reúnem uma vez por semana, momento este também utilizado para socialização entre as mesmas.



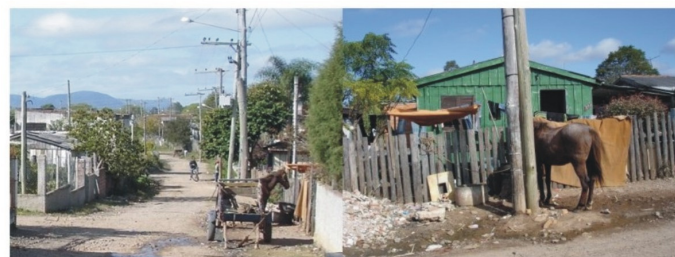
Crianças brincando na rua.



Estabelecimentos comerciais que funcionam como atrativos para os moradores.



A presença de esgoto à céu aberto e o lixo produzem um mau cheiro que dificulta o convívio social.



A presença de animais e carroças paradas na via está relacionada à atividade de renda de grande parte dos moradores relacionada à coleta de lixo reciclável.

LEITURA ESPACIAL

Travessas 1 e 2




03






LOCALIZAÇÃO DA RUA



LOCALIZAÇÃO DA RUA

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA TRAVESSA 1		
	A RUA	Caixa de rua com dimensão média de 6 metros.
	USOS (presença de pessoas)	Uso mais freqüente no fim da rua.
	PONTOS FOCAIS	-
BARREIRAS		-
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		Ausência de barreiras.
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		-

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA TRAVESSA 2		
	A RUA	Caixa de rua com dimensão média de 8 metros.
	USOS (presença de pessoas)	Não foi identificado uso em local específico da rua. As pessoas permanecem inseridas nos lotes.
	PONTOS FOCAIS	-
BARREIRAS		-
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		Ausência de barreiras.
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		Mau cheiro causado pela presença de esgoto à céu aberto e lixo.



LEITURA VISUAL

Travessa 1



LEITURA VISUAL

Travessa 2



A Travessa 2 é a via onde se concentram maior número de casas de madeira. Também pode ser considerada uma das ruas com maior permeabilidade visual entre as edificações, pois inexistem fechamentos ou os que existem permitem a visibilidade a relação entre o público (a rua) e o privado (o lote) e, conseqüentemente, possibilitando o domínio do espaço pelos moradores, aumentando a sensação de segurança, o que pode facilitar o convívio social.



Casas sem fechamento entre o lote e a rua.



Criança brincando no lote.



Duto de canalização acima da superfície localizado no final da rua.

Valeta de esgoto à céu aberto dificulta a passagem dos moradores para os lotes e produz um mau cheiro que dificulta o convívio social.

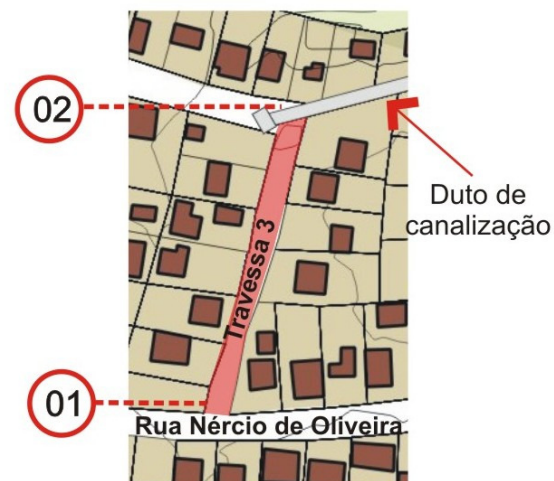
LEITURA ESPACIAL

Travessas 3 e 4

04






LOCALIZAÇÃO DA RUA






LOCALIZAÇÃO DA RUA



Centro de Triagem de Lixo

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA TRAVESSA 3		
	A RUA	Caixa de rua com dimensão média de 6 metros
	USOS (presença de pessoas)	As pessoas costumam ficar inseridas em seus lotes.
	PONTOS FOCAIS	-
BARREIRAS		Duto de canalização acima da superfície.
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		-
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		Presença de valetas de esgotos à céu aberto e o fechamento visual em relação aos vizinhos.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA TRAVESSA 4		
	A RUA	Caixa de rua com dimensão média de 6 metros
	USOS (presença de pessoas)	As pessoas utilizam a frente do lote como espaço de socialização.
	PONTOS FOCAIS	O Centro de Triagem de Lixo.
BARREIRAS		-
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		Atividades de separação do lixo reciclável. Ausência de barreiras.
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		-



LEITURA VISUAL

Travessa 3



A presença de esgoto à céu aberto e lixo são elementos que dificultam o convívio social.



Animais soltos na rua.

LEITURA VISUAL

Travessa 4



Apesar da existência de uma forte demarcação territorial através das cercas, estas não possuem altura suficiente, nem densidade, para bloquear a visão dos moradores. A configuração da rua ainda permite aos moradores o domínio visual das atividades que ocorrerem no espaço público.



Moradores reunidos, sentados à frente dos seus lotes. Carros estacionados na rua.

LEITURA ESPACIAL

Travessa 5

05



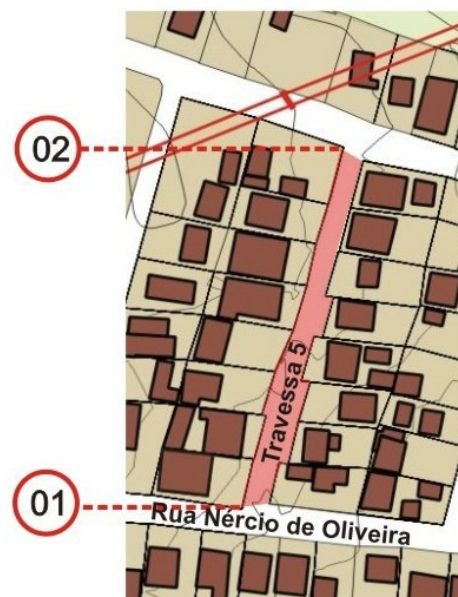
Travessa 6






Rua Nércio de Oliveira



LOCALIZAÇÃO DA RUA



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA TRAVESSA 5		
	A RUA	<i>Caixa de rua com dimensão média de 5 metros</i>
	USOS (presença de pessoas)	<i>De modo geral, as pessoas costumam ficar nos seus lotes.</i>
	PONTOS FOCAIS	-
BARREIRAS		-
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		<i>Ausência de barreiras.</i>
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		-

01



Rua Nércio de Oliveira

02



Travessa 6

LEITURA VISUAL

Travessa 5



A Travessa 5 apresenta-se como uma das ruas mais consolidadas na Vila. A maioria das edificações são construídas em alvenaria ou são mistas (alvenaria e madeira). Talvez essa configuração represente uma parcela da população que possui melhores condições de renda e maior tempo de residência no local.



Apesar da ausência de barreiras e de elementos que dificultem o convívio social, percebe-se que a rua não é muito utilizada pelos moradores como espaço de socialização. Fato este que pode ser justificado pela tendência que as pessoas têm de se voltarem cada vez mais para o espaço privado à medida em que há melhoria das condições econômicas.

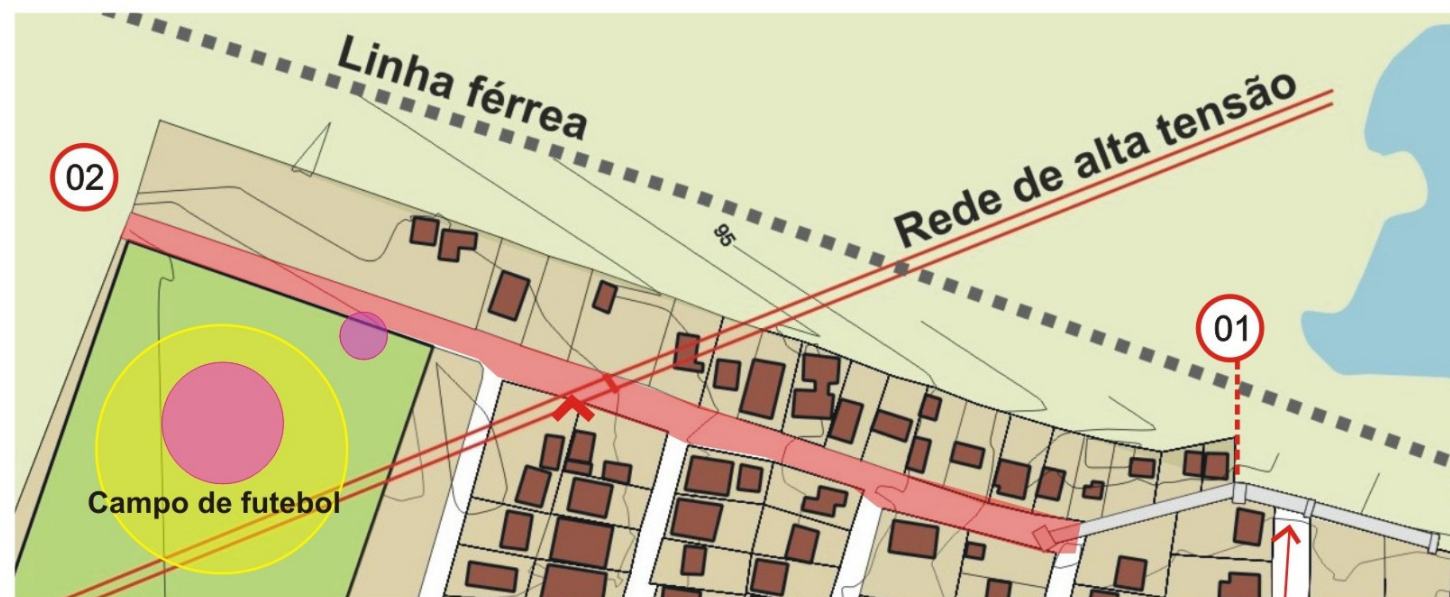


LOCALIZAÇÃO DA RUA

01



Duto de canalização



Duto de canalização



Poste da Rede de Alta Tensão






01



Esgoto à céu aberto

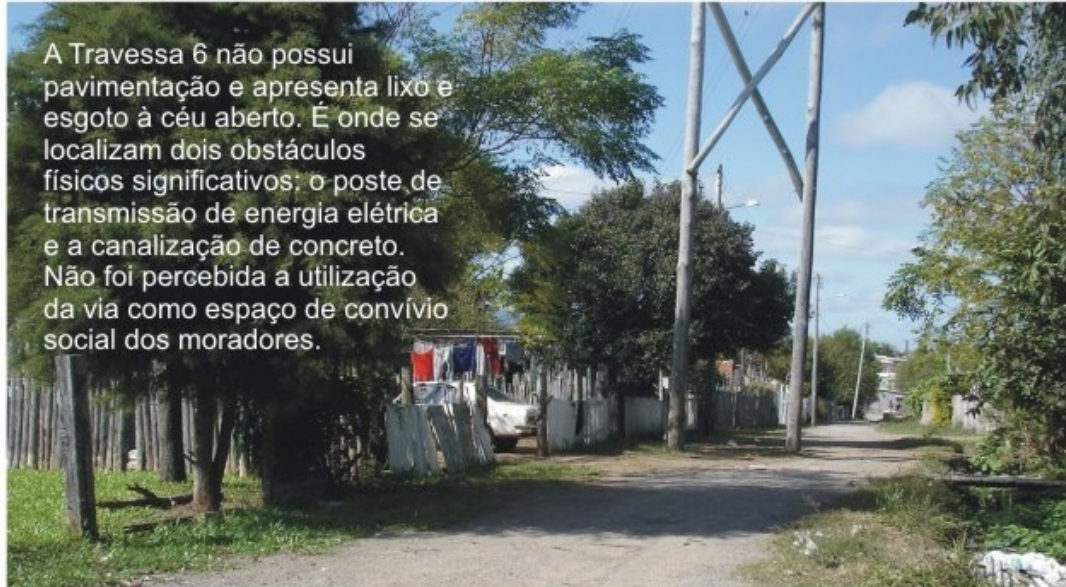


Esgoto à céu aberto e lixo

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA TRAVESSA 6		
	A RUA	Caixa de rua com dimensão média de 7 metros.
	USOS (presença de pessoas)	As pessoas costumam ficar inseridas em seus lotes.
	PONTOS FOCAIS	Campo de futebol.
BARREIRAS		Poste de transmissão de energia elétrica e duto de canalização acima da superfície.
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		-
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		Presença de valetas de esgotos à céu aberto, de lixo e do poste de transmissão de energia. Espaços desérticos que são utilizados como pontos de uso de drogas.

LEITURA VISUAL

Travessa 6



A valeta de esgoto funciona como obstáculo ao acesso de alguns moradores à rua. Além disso, a presença significativa de lixo na rua é considerada um dos elementos que dificulta o convívio social.



O duto de canalização aflora sobre a superfície, funcionando como continuação da Travessa 6 e sendo utilizado pelos moradores como mecanismo de passagem. Ao mesmo tempo, representa uma barreira física que impede a socialização de alguns moradores, cujas casas ficam abaixo do nível do duto.

LEITURA ESPACIAL

Rua Equador

07



Sede da Associação do time de futebol

Campo de futebol

Continuação da Travessa 6






LOCALIZAÇÃO DA RUA



02

01

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DA RUA EQUADOR		
	A RUA	Caixa de rua com dimensão média de 6 metros.
	USOS (presença de pessoas)	Os moradores costumam permanecer no interior do lote e áreas próximas ao campo de futebol. Mas o campo só é utilizado nos finais de semana.
	PONTOS FOCAIS	Campo de futebol e a Sede da Associação de Futebol.
BARREIRAS		-
ELEMENTOS QUE FACILITAM O CONVÍVIO SOCIAL		Jogos coletivos realizados no campo de futebol.
ELEMENTOS QUE DIFICULTAM O CONVÍVIO SOCIAL		Espaço desértico.



02

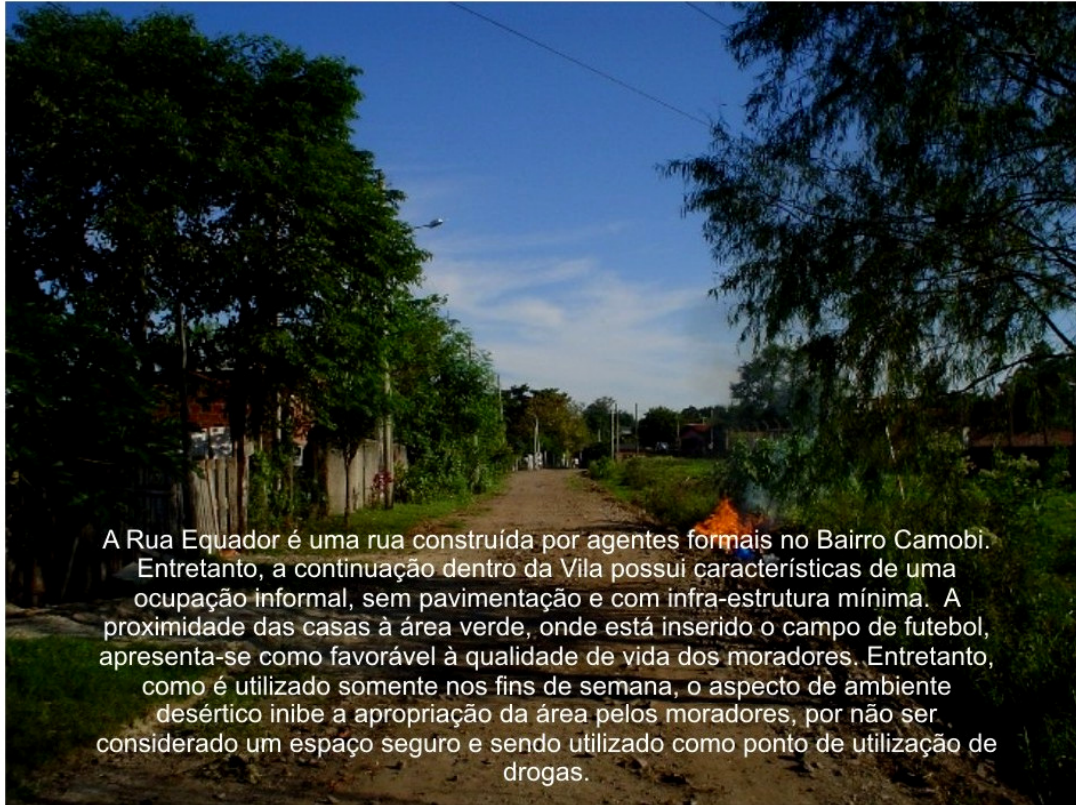
01

Travessa 6

Rua Nércio de Oliveira

LEITURA VISUAL

Rua Equador



A Rua Equador é uma rua construída por agentes formais no Bairro Camobi. Entretanto, a continuação dentro da Vila possui características de uma ocupação informal, sem pavimentação e com infra-estrutura mínima. A proximidade das casas à área verde, onde está inserido o campo de futebol, apresenta-se como favorável à qualidade de vida dos moradores. Entretanto, como é utilizado somente nos fins de semana, o aspecto de ambiente desértico inibe a apropriação da área pelos moradores, por não ser considerado um espaço seguro e sendo utilizado como ponto de utilização de drogas.



Sede da Associação do Time de Futebol (1) e o Portal de acesso ao Campo de Futebol Hawaí (2). O despejo de lixo nas ruas e proximidades do campo mostra o descaso de alguns moradores com o espaço público.



A Rua é formada por um lado ocupado pelas casas da Vila (3) e por outro onde se localiza o campo de futebol (4).

A leitura espacial permitiu mapear os espaços que são utilizados pelos moradores como espaços de convívio e lazer, mesmo que as condições físicas atuais não sejam ideais, como, por exemplo, as crianças que brincam nas ruas não pavimentadas da Vila, que por vezes encontram-se alagadas, sujas e com animais. A identificação e o mapeamento dos espaços de socialização possibilitaram o conhecimento aprofundado sobre o cotidiano na Vila. Este conhecimento aprofundado sobre o espaço em que se vai intervir é essencial para a realização de uma proposta coerente, tendo em vista o atendimento das necessidades dos usuários, no caso, os moradores da Vila.

Assim, a análise espacial possibilitou o conhecimento da área através da identificação das deficiências e das potencialidades da Vila e permitiu a proposição de estratégias de qualificação mais condizentes com a realidade local.

3.4 Identificação dos espaços de socialização

Os espaços públicos geralmente são considerados ideais para viabilizar a troca social, e, conseqüentemente, harmonizar a vida em comunidade.

Percebe-se, de modo geral, mas, especialmente, em assentamentos destinados à população de baixa renda, que a inexistência de espaços públicos de qualidade traz prejuízos às relações comunitárias e está diretamente relacionado aos altos índices de violência urbana, trazendo conseqüências diretas para a sustentabilidade dos espaços.

De acordo com Sommer (1973, pp.21-22):

Na sociedade humana, a elite social possui mais espaço, sob a forma de terrenos maiores, mais cômodos por casa, casa de férias. Além disso, tem maior mobilidade espacial e mais oportunidades para fugir quando as pessoas se tornam tensas, quando se sentem mal ou aborrecidas.

Nos casos dos assentamentos populares onde a casa já tem dimensões mínimas e muitas vezes insuficientes para o grande número de moradores, aumenta a importância dos espaços públicos, que podem servir como extensão da própria casa, propiciando espaços adequados para o lazer e para a fuga às tensões da vida diária. Por outro lado, a apropriação da rua aumentaria o controle natural dos espaços públicos, reduzindo a marginalidade.

Baseado nisso, foi realizada a identificação dos espaços de socialização na Vila. Inicialmente, foram levantados os pontos atrativos localizados na Vila ou em áreas próximas. Tais pontos foram identificados no Mapa de Usos, onde foram destacados os estabelecimentos comerciais e equipamentos comunitários, que funcionam como pontos de atração de pessoas devido às atividades que estão diretamente relacionadas aos seus usos, como: as atividades comerciais, educacionais ou de lazer.

MAPA DE USOS



No caso em estudo, existem alguns equipamentos comunitários que não pertencem à vila, mas que estão disponíveis à comunidade. São os equipamentos de lazer localizados na Escola Municipal e na Creche Vila Jardim, não disponibilizados ao público em geral (Figura 18 a e b).



(a)



(b)

Figura 18 – Crianças brincando na Escola Renato Nocchi Zimmermann (a) e crianças brincando na Creche Vila Jardim (b).

Também há o campo de futebol localizado no interior da vila. Este só é utilizado nos finais de semana. Observa-se que é essencialmente um território masculino. Em entrevistas, descobriu-se que algumas moradoras tinham costume de jogar futebol, mas alugavam a quadra existente na Cidade dos Meninos (Figura 19 a e b), já tratada no início deste capítulo.



(a)



(b)

Figura 19 – Campo de futebol (a) e Cidade dos Meninos (b).

Como existem poucos espaços de lazer, os moradores, em geral, utilizam os espaços do lote, principalmente para reunir a família para conversas e tomar chimarrão (Figura 20 a e b). Além disso, a preferência pela realização das atividades de convívio social nas áreas internas do lote também se deve à sensação de insegurança ao transitarem nas ruas; fato relatado principalmente por mulheres.



(a)



(b)

Figura 20 – Moradores conversando em área coberta da casa (a) e outros na área externa do lote (b).

A ausência de espaços públicos de qualidade transfere para a rua a função de local de socialização, o que pode ser visualizado nas pranchas por rua.

As crianças costumam brincar em toda extensão da Rua Nércio de Oliveira e se agrupam em pontos estratégicos, principalmente próximos a pontos comerciais (Figura 21 a e b). Por serem mais ativas, passam seu tempo livre brincando pelas ruas e transitando pelas casas dos vizinhos. No caso em que os pais preferem ter o controle visual sobre os filhos, o espaço de lazer restringe-se às áreas livres dentro dos lotes (Figura 22 a e b).



(a)



(b)

Figura 21 – Crianças reunidas (a) e entusiasmadas com a presença de um vendedor de doces (b) na Rua Nércio de Oliveira.



(a)



(b)

Figura 22 – Crianças brincando dentro do lote: algumas em áreas livres dos lotes de boa qualidade, amplas e com vegetação (a) e outras em espaços restritos e confusos (b).

Em alguns momentos, pode surgir uma incompatibilidade nos usos, quando ocorre tráfego de veículos consoante a atividades de lazer infanto-juvenil, mas esse tráfego não chega a trazer perigo, por conta das condições atuais da rua, impedindo que os veículos adquiram grande velocidade e produzindo muito ruído, que serve de alerta às crianças (Figura 23 a e b).

Os adolescentes costumam se reunir próximo ao Centro de triagem de lixo reciclável (Figuras 24). Já os adultos; há poucos que utilizam a rua como espaço social. Entretanto, os registros fotográficos mostram que na ausência de outros espaços de convívio social, a rua é efetivamente utilizada como extensão da casa (Figura 25 a e b). Também foram identificados outros lugares de uso potencial como o Bar do Pandeiro, utilizado preferencialmente pelos homens e no período noturno (Figura 26).

A insuficiência de espaços de interação social na área estimula a ocupação da rua como espaço de socialização. Entretanto, deve-se ressaltar que as ruas existentes estão em péssimas condições de higiene, sendo consideradas, portanto, inadequadas ao lazer (Figuras 27 a e b).



(a)



(b)

Figura 23 – Crianças brincando de ‘bolinha de gude’ (a) e o registro de situação de lazer com o trânsito de veículos (b) na Rua Nércio de Oliveira.



Figura 24 – Ponto de encontros de adolescentes próximo ao centro de triagem de lixo.



(a)



(b)

Figura 25 – Moradores conversando na Travessa 6 (a) e outros reunidos na Travessa 4(b).



Figura 26 – Bar do Pandeiro: ponto potencial de encontros de adultos, território masculino.



(a)



(b)

Figura 27 – Criança brincando na Rua Nércio de Oliveira (a) e outras em meio a restos de material de construção e lixo reciclável no final da Travessa 1 (b).

À primeira vista, a Vila mostrou-se aparentemente como espaço homogêneo de pobreza, sujeira e desorganização. Esta primeira impressão foi desfeita à medida que se realizou o estudo do espaço público, principalmente, quando se tratou especificamente de cada via. Percebeu-se que a Vila não era tão homogênea quanto parecia. Como acontece no restante da cidade, a Vila apresentava diferenças em cada via. Umas possuíam casas mais consolidadas, construídas em alvenaria e onde moravam os moradores mais antigos ou aqueles que possuíam melhores condições financeiras. Enquanto que outras vias possuíam casas em madeira ou de menor padrão construtivo que as outras e representavam os moradores mais recentes.

A análise de cada via também possibilitou a identificação da vocação de cada uma delas como espaço de convívio social ou não. Umas com maior vitalidade urbana em

relação a outras, fazendo-se necessária a identificação dos fatores que contribuem ou dificultam para que se efetivem a apropriação do espaço público pelos moradores.

Através da identificação dos espaços de socialização, é possível criar estratégias de qualificação mais condizentes com a realidade dos moradores.

3.5 Resultados do estudo de caso

A Vila Aparício de Moraes é resultado das condições sócio-econômicas e culturais dos seus moradores, que ocuparam, construíram suas casas e promoveram melhorias no local através de investimentos próprios, com pouca participação do poder público. Insere-se no contexto das ocupações ilegais que passaram a compor o processo de urbanização do município de Santa Maria na década de 60, conforme Botega (2004), e atualmente são áreas consolidadas da cidade.

O estudo sobre o impacto da legislação no processo de urbanização da Vila permitiu que fossem apontados os possíveis limitadores espaciais que influenciam na concepção da proposta de intervenção. Os primeiros limitadores estão relacionados à identificação das situações de risco, como a proximidade a rede de alta tensão, a linha férrea, ou de inadequação de uso, como a proximidade a canalização, mostrada nas pranchas de análise das vias, onde se verifica que as residências naquela área estão localizadas abaixo do nível do solo, possuindo uma péssima condição de habitabilidade. Tais situações são delimitadas por faixas *non aedificandi* específicas que reduzem e fragmentam ainda mais o espaço urbano a ser qualificado.

A simulação da aplicação das faixas *non aedificandi* mostrou a necessidade de remoções de famílias. Mesmo assim, através das entrevistas e da identificação de uma rede de vizinhos em uma trama social consolidada, possivelmente estabelecida por laços de família, mostrou que tal processo não pode ser realizado desconsiderando a rede existente. Fato que aponta para o reassentamento de famílias próximo ao antigo local de moradia.

Outros limitadores estão relacionados às dimensões mínimas estabelecidas pela legislação. Quanto à adequação à legislação urbanística e ambiental, observou-se que o processo de ocupação priorizou o espaço privado: os lotes com dimensões bem maiores do que as estabelecidas pelo Plano Diretor do Município; se contrapõem às ruas, cujas dimensões estão abaixo do que estabelece a legislação. Apesar disso, observa-se que, no caso de habitação de interesse social, podem ser consideradas dimensões reduzidas não menos ideais e que podem ser estudadas como específicas para cada caso.

O cruzamento entre o tempo de moradia das famílias e o tipo de material das casas, realizado no estudo a respeito do estágio de evolução das unidades como indicador do grau de consolidação do assentamento, confirmou que a qualificação da casa está intimamente ligada à melhoria das condições financeiras dos proprietários e ao tempo de moradia. E que esta constante melhoria demonstra a intenção em permanecer no local.

O contato mais próximo com os moradores, através da realização das entrevistas e dos levantamentos de campo, permitiu uma consciência maior sobre a realidade da Vila. Possibilitou também a construção do histórico de ocupação conforme relato dos moradores mais antigos e a identificação de uma intencionalidade de ação, diferente da pensada inicialmente, onde se sugeria uma ocupação espontânea, totalmente sem planejamento. O que foi observado foi que apesar da ausência de orientação técnica e apoio do poder público, houve certa organização por parte dos próprios moradores.

A realização das entrevistas mostrou que há situações em que o morador responde algo como necessário e deve ser avaliado pelo pesquisador como real necessidade ou sonho. Como exemplo disso, alguns moradores relataram o desejo da existência de um espaço de lazer para as crianças. Cabe ao arquiteto materializar a necessidade de acordo com a realidade sócio-econômica da população.

A separação dos moradores por faixa etária serve para auxiliar a proposição de espaços coletivos de convívio social mais condizente com as necessidades de cada grupo: crianças, adultos e idosos.

Observou-se também que aproximadamente 80% da população reside na área a pelo menos 6 anos, onde 53% representam os moradores mais antigos. Além disso, apesar de todos os problemas apontados pelos próprios moradores, observou-se que 85% dos moradores gostam de morar na Vila e que 90% estão satisfeitos com a convivência com os vizinhos pode estar vinculada à existência de uma trama social consolidada. Tais dados também mostram que esses moradores não possuem intenção de sair do local onde residem e devem continuar investindo gradativamente na melhoria de suas moradias. O que aponta a necessidade de uma intervenção menos impactante e que considere a configuração urbana e a trama social existentes.

As leituras espaciais serviram para mapear onde havia a presença das pessoas, os pontos onde havia atividades atrativas de pessoas, as barreiras, os elementos que facilitam e dificultam o convívio social. O mapeamento de tais elementos possibilitou a caracterização de cada rua. Cada análise foi complementada pela leitura visual que representou a caracterização de cada via em relação à vocação como espaço de convívio social.

Observou-se que as vias, que inicialmente, pareciam ser homogêneas, por suas precárias condições, apresentavam diferentes níveis de vitalidade urbana. Umas mais movimentadas, onde os moradores realmente as utilizavam e outras, onde os moradores tendiam a conviver em seus lotes.

A identificação dos espaços de socialização praticados espontaneamente pela população moradora pode indicar os pontos onde uma ação de urbanização certamente permitirá o incremento dessa troca social, razão maior deste trabalho.

4. ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO DA VILA APARÍCIO DE MORAIS

Neste capítulo, inicialmente, serão expostas as *Primeiras idéias* acerca da temática, que representam algumas considerações sobre o que foi estudado na fundamentação teórica e no estudo de caso. A partir dessas idéias, define-se a linha de ação a ser utilizada, no caso, a qualificação urbana. Este conceito foi considerado o mais adequado para a situação em questão.

Posteriormente, apresenta-se um estudo sobre a *Viabilidade de Urbanização da Vila*, que subdividi-se em duas partes: a primeira trata da *Alternativa para as remoções* e a segunda da *Alternativa para a ausência de espaços de socialização*. As possíveis remoções e a ausência de espaços de socialização foram consideradas como as ações que teriam maior impacto sobre a população no processo de urbanização da Vila.

Por fim, são realizadas as *Considerações finais* acerca do trabalho e são sugeridas *Sugestões para futuras pesquisas*.

4.1 Primeiras idéias

Durante a construção da fundamentação teórica, foram encontrados conceitos para caracterizar as ações de urbanização em favelas: erradicação, reurbanização e urbanização. Tais conceitos mostraram haver uma evolução na forma de atuação, que, inicialmente, tinha um caráter demolidor, isto é, as ações desconsideravam o traçado urbano existente que era destruído para que fosse construído um novo loteamento, totalmente novo, alheio às condições pré-existentes. Posteriormente, chegou a ações de preservação do espaço consolidado. Assim, a urbanização mostrou-se uma estratégia de atuação mais compatível com as necessidades contemporâneas, por ser considerada de menor impacto e, sobretudo, por considerar as relações sociais e os esforços já investidos pelos moradores.

Neste trabalho, o termo qualificação, compreendido como a ação que visa preservar ao máximo a configuração urbana (o traçado viário, o parcelamento do solo e as edificações) e a trama social, será utilizado para reforçar a busca da qualidade do assentamento através da criação de espaços públicos de convívio baseados na identificação das áreas de socialização existentes.

O redesenho dos espaços de convívio tem por objetivo a criação e o destaque de uma identidade coletiva como estímulo ao uso do espaço público para troca social. Tal estudo permitiu a compreensão de necessidades de moradia, que vão muito além das necessidades de infra-estrutura básica, sendo fundamental para a definição das estratégias de qualificação.

Por fim, o estudo reforça que a rua deve ser considerada como extensão da casa, e a sua qualificação e intensificação do uso visa o fortalecimento das relações comunitárias.

4.2 Viabilidade da Ação de Urbanização da Vila

Apesar de haver uma maior dificuldade na realização de intervenções em espaços pré-concebidos, diferentemente de se realizar um projeto a partir de uma área desocupada, parte-se do princípio que os espaços que são construídos pelos próprios moradores são criados segundo suas necessidades. O morador que se sente agente do lugar, tende a valorizá-lo e dificilmente o abandonará. Mais uma razão para respeitar e reforçar as hierarquias e as formas de ocupação já sedimentadas no local.

4.2.1 Alternativa para as remoções: o reassentamento próximo à antiga moradia

Considerando as restrições presentes na área, já descritas no capítulo 3, as estratégias de intervenção a serem lançadas nesse estudo, levaram em consideração, ainda, a potencial liberação de áreas a partir, por exemplo, de lotes com dimensões maiores que o mínimo estabelecido pela legislação urbanística municipal e outras áreas desocupadas.

A superposição das faixas *non aedificandi*, apesar de implicar no reassentamento de algumas famílias, traz necessariamente benefícios à qualidade de vida dos moradores como um todo, pois representa o resgate de áreas livres para uso da comunidade.

Nos casos onde existe a necessidade de reassentamento das habitações, duas questões foram consideradas: o estabelecimento de critérios de remoção e uma hierarquia de prioridades. Nesse sentido, observa-se que o reassentamento deve ser realizado preferencialmente em áreas próximas às antigas moradias, preservando as relações sociais pré-existentes. Outro critério importante diz respeito à precariedade das edificações, determinando obviamente que uma prioridade de ação sobre as mais precárias.

Aplicadas as restrições e os condicionantes já citados, ficou evidenciada a necessidade de reassentamento de 16 famílias. Entretanto, a Figura 28 destaca os espaços livres ou passíveis de nova utilização potencialmente existentes (fazem parte das estratégias o reparcelamento de lote existente e o aproveitamento de áreas sem uso evidenciado).



Figura 28 – Mapa com áreas passíveis de reparcelamento.

Diante da necessidade de realocação de algumas famílias, foi realizado um estudo para um novo parcelamento desses espaços, baseado nas dimensões mínimas estabelecidas pelo Plano Diretor do município de Santa Maria (Figura 29).

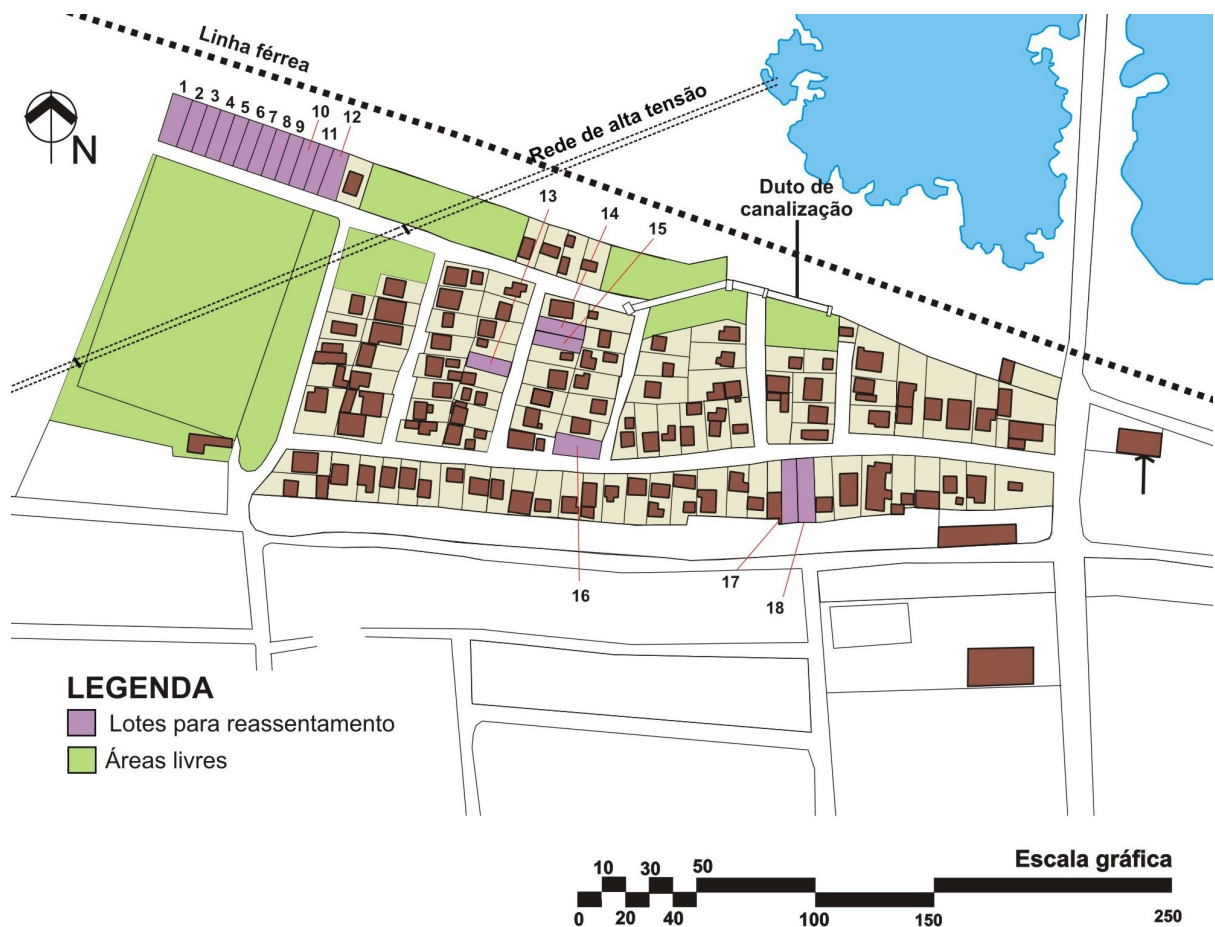


Figura 29 - Novo parcelamento.

O novo parcelamento apontou como possibilidade a criação de 18 lotes que atenderiam às necessidades de reassentamento. A remoção das casas localizadas nas áreas *non aedificandi* possibilitou o aumento das áreas livres, que poderiam ser utilizadas para a criação de áreas verdes e espaços de lazer e que, conseqüentemente, aumentariam significativamente a qualidade de vida dos moradores.

4.2.2 Alternativa para a ausência de espaços de socialização: a rua como espaço de troca social

Os assentamentos espontâneos de população de baixa renda apresentam um déficit tanto qualitativo como quantitativo de espaços públicos que propiciem a troca social. Apesar de serem tratados como espaços residuais, estes possuem grande importância principalmente para esta população, cujas casas com dimensões mínimas e, em muitos casos, insuficientes, indicam claramente a necessidade de expansão das atividades cotidianas para o exterior: o lote ou a rua. Tal fenômeno também foi identificado na Vila, já evidenciado no capítulo anterior.

Na insuficiência de espaços públicos, a rua é apropriada como área de convívio dos moradores. Nesse sentido, ressalta-se que a aplicação eficiente de recursos arquitetônicos pode estimular as relações sociais. Também se pode dizer que a qualificação das áreas públicas, tornando-as acessíveis a todos, também é uma estratégia para aumentar a sensação de pertencimento e, conseqüentemente, a responsabilidade dos moradores em relação à manutenção desses espaços.

A Figura 30 destaca as áreas livres potencialmente propícias à troca social, englobando áreas dentro das quadras e muitas das ruas, principalmente as Travessas 1 a 6, mais protegidas do eventual trânsito de veículo e que poderiam facilmente ser tratadas como calçadões, ou seja, passarem a apresentar o uso múltiplo, com o trânsito de pedestres e, eventualmente, de veículos.

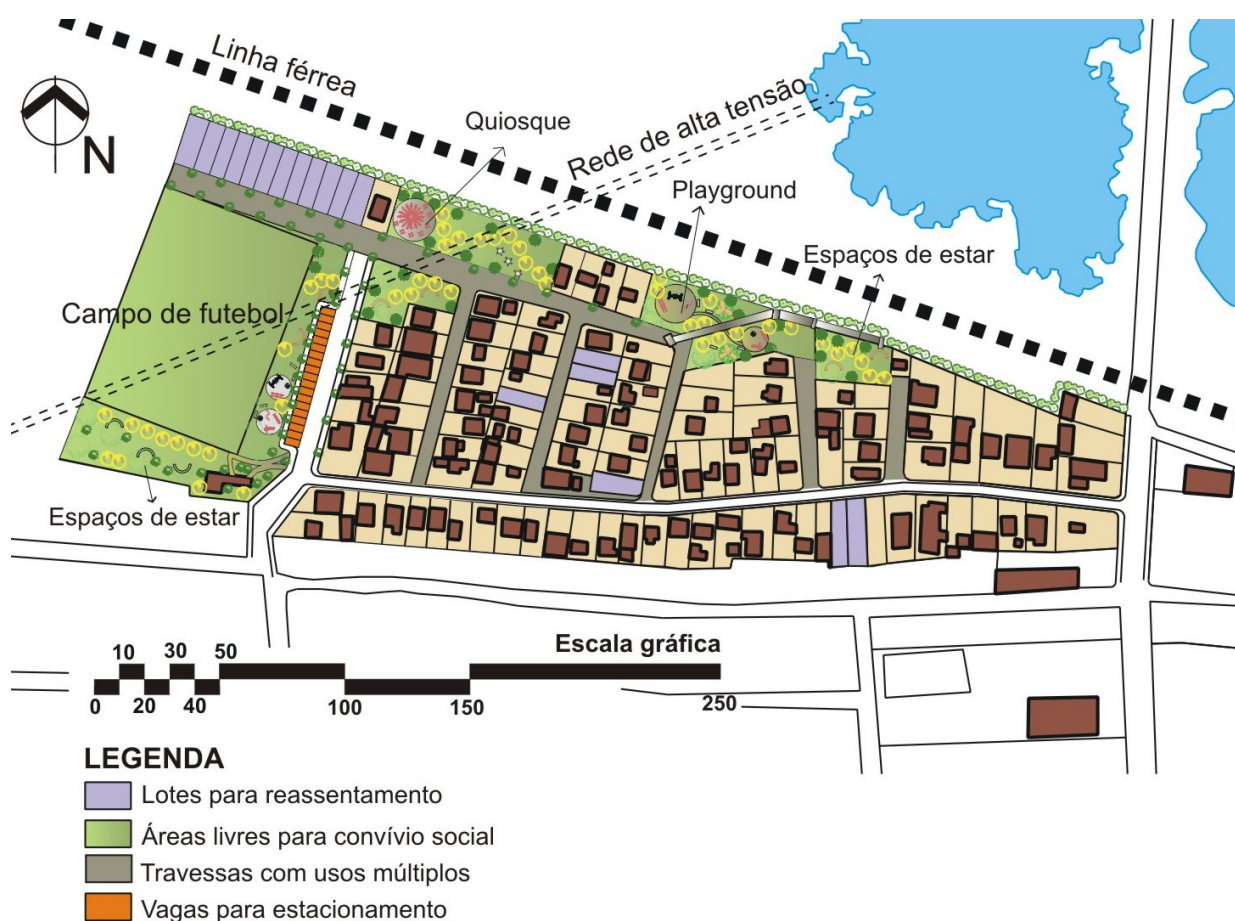


Figura 30 – Espaços livres de convívio social e a proposta de uso múltiplo para algumas vias.

A consolidação dos espaços já naturalmente apropriados representa um estímulo à conservação da trama social existente. Do mesmo modo que, a criação de espaços de convívio, de despedidas e de boas vindas, aumenta a hospitalidade do lugar.

4.3 Considerações finais

A Vila Aparício de Moraes representa um exemplo das muitas ocupações espontâneas de população baixa renda que existem atualmente no Brasil, muitas delas de caráter ilegal. Apesar da condição de ilegalidade, a expansão de ocupações sem planejamento, em condições ambientais degradantes, mostra urgência no tratamento dessas áreas.

Também se compreende como essencial o desenvolvimento de um trabalho social realizado juntamente com a intervenção física, reforçando os vínculos sociais com vistas à educação dos moradores em relação à conservação dos espaços urbanizados e à preservação das áreas de lazer.

A partir dos estudos realizados, a Vila deixou de ser compreendida como um assentamento ilegal e passou a ser vista como uma alternativa real de moradia, atendendo, de alguma maneira, às necessidades de seus moradores. Foi possível, ainda, compreender melhor as possibilidades de qualificação desses assentamentos espontâneos com população de baixa renda através de intervenções espaciais com menor impacto na reestruturação da configuração urbana presente. Isto é positivo visto a manutenção das relações de vizinhança e da rede social.

O embasamento teórico possibilitou uma maior compreensão do fenômeno da ocupação espontânea do espaço público. Entretanto, percebeu-se que a bibliografia praticamente restringia-se aos casos de São Paulo e Rio de Janeiro. Houve dificuldade em encontrar bibliografia sobre a ocupação espontânea de população de baixa renda em outras regiões brasileiras.

A análise das experiências, através da busca dos elementos positivos e negativos, bem como os que poderiam ser aplicados à Vila, mostrou haver poucos que realmente poderiam ser utilizados como referência para criação de estratégias de qualificação condizentes a realidade da Vila. Fato que comprova que, apesar das semelhanças relativas às condições econômicas e sociais, devem ser consideradas as especificidades de cada caso.

Também se percebeu que há uma necessidade de maior aprofundamento das questões sociais, tanto em relação à identificação das relações do usuário com o espaço como ao desenvolvimento de práticas sociais que viabilizem as intervenções urbanas propostas. Essa necessidade apontou para a criação de uma abordagem que foi aplicada no estudo de caso.

A partir do estudo de caso, pode-se compreender a relação dos moradores com a identidade comunitária do local, buscando identificar os elementos de estruturação do espaço urbano. Tal estudo permitiu a identificação de estratégias de qualificação para a Vila Aparício de Moraes, as quais podem ser utilizadas para outros assentamentos espontâneos de população de baixa renda.

Como resultado do estudo, também se propõe um roteiro para avaliação das áreas a serem urbanizadas, que deverá ser realizado antes da proposição do projeto de urbanização:

1. Identificar as áreas mais consolidadas do setor urbano, através do cruzamento entre o tempo de moradia no local das famílias e o estágio de evolução das unidades residenciais;
2. Conhecer os limitadores espaciais atrelados à aplicação da legislação urbanística e ambiental vigente;
3. Compreender a vocação de cada via como espaço de convívio social, através do mapeamento dos espaços utilizados pelos moradores, dos locais atrativos, das barreiras e dos elementos facilitadores ou limitadores, conforme realizado nas Leituras Espaciais e Visuais;
4. Localizar os espaços de socialização, ou seja, as áreas naturalmente utilizadas pelos moradores como espaço de convívio social para auxiliar em uma proposição mais condizente com a realidade;
5. Identificar as reais necessidades dos moradores indicadas pelo estudo prévio de caracterização da população, o que facilitará a proposição de espaços de lazer que atendam aos diversos grupos: crianças, adultos e idosos.
6. Traçar ações de urbanização que busquem a preservação da configuração urbana e da trama social existente, através da identificação de possibilidades de reassentamento das famílias na mesma área ou em áreas próximas ao setor urbano de origem.

Espera-se que esta pesquisa possa servir de subsídio para arquitetos e profissionais comprometidos com a intervenção em assentamentos espontâneos com população de baixa renda, através desta nova abordagem, visando a conciliação entre as questões legais e a preservação do espaço e da trama social estabelecida.

4.4 Sugestões para futuras pesquisas

Os objetivos propostos nesta dissertação foram satisfeitos de acordo com o tempo disponível. Entretanto, ainda existem alguns assuntos que merecem um maior aprofundamento. Nesse sentido, são apontadas recomendações para pesquisas futuras:

1. Aprofundar as questões dimensionais voltadas para a Habitação de Interesse Social, tanto no nível privado (a casa e o lote) como público (o sistema viário).
2. Investigar as questões de apropriação e simbólicas do espaço público em assentamentos espontâneos de população de baixa renda.
3. Verificar até que ponto a localização da casa no lote em relação ao espaço público (rua) influencia ou não nas questões de convívio social.
4. Investigar mais criteriosamente as restrições de uso para áreas sob redes de alta tensão ou de risco controlado, principalmente dentro de assentamentos com população de baixa renda já consolidados.
5. Estudar os dispositivos legais de controle da ocupação das periferias urbanas.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

Referências bibliográficas

ABIKO, Alex Kenya; SILVA, Jane de Souza. **Aspectos ambientais em favelas urbanizadas**: o caso da comunidade sete de setembro. In: III ENECS - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunicações Sustentáveis, 2003. São Carlos: Anais do III ENECS - Encontro Nacional sobre Edificações e Comunicações Sustentáveis, 2003.

BEZERRA, Ricardo Figueiredo. **Habitação e Meio Ambiente**: o Fator Humano – Algumas Hipóteses para Discussão. In: ZENHA, Ros Mari e FREITAS, Carlos Geraldo Luz de (coord.). Anais do Seminário de Avaliação de projetos IPT em habitação e meio ambiente: assentamentos urbanos precários. Publicação IPT 2783. São Paulo, 2002.

BONDUKI, Nabil (org.). **Habitat**: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. **Ocupação da Fazenda Santa Marta em Santa Maria-RS (1991-1993)**. Monografia de Pós-Graduação em História. Santa Maria: UFSM, 2004.

BRASIL. **Lei nº. 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

BRASIL. **Lei nº. 6.766**, de 19 de dezembro de 1979. Dispõe o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº.10.257**, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº.10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Novo Código Civil.

BRASIL. Senado Federal. Secretaria-Geral da Mesa. **Constituição Federal de 1988**.

BUENO, Laura M.M. **Projeto e favela**: metodologia para projetos de urbanização. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

COLVERO, Fabrício. **Astrofotografias & Telescópios - Santa Maria/RS**. Disponível em: <http://www.colvero.com/santamaria/index.htm>. Acesso em: 09 nov.2007.

CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sérgio. **Favela-Bairro**: uma outra história da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ViverCidades, 2004.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. **A “Cidade Ilegal”**: Notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). As Cidades das Cidades. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 197 p. – (Coleção IEAT). p.145-155.

DAER/ RS. **Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.daer.rs.gov.br/>>. Acesso em: 26 set. 2007.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo, Boitempo, 2006.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. **Agenda internacional de gestão urbana e o caso do programa Ribeira Azul**. Coleção Cadernos gestão pública e cidadania, v.9, n.39, Junho, 2004.

FERNANDES, Edésio. **Legalizando o ilegal**. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (org.). As Cidades das Cidades. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 197 p. – (Coleção IEAT). p.141-143.

FRANÇA, Elisabete (coord.). **Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo**. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.

FREITAS, Carlos Geraldo Luz de (coord.). **Habitação e meio ambiente: abordagem integrada em empreendimentos de interesse social**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT, 2001.

FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de. **Como qualificar conjuntos habitacionais populares**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2005**. Belo Horizonte, 2006.

GOULART, R. **Processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro e suas perspectivas**. Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (44). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-44.htm>>. Acesso em: 13 ago.2008.

IBAM. **Estudo de Avaliação da Experiência Brasileira sobre urbanização de Favelas e Regularização Fundiária**: produto 5: Relatórios Finais de Análise. IBAM, set. 2002a.

IBAM. **Estudo de Avaliação da Experiência Brasileira sobre urbanização de Favelas e Regularização Fundiária**: produto 6: Relatório Final: Consolidação das Análises. IBAM. Vol. 2, parte 2. out. 2002b.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 set. 2007.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Diagnóstico Socioambiental revela Guarapiranga cada vez mais degradada**. Notícia vinculada em 14/12/2005. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2167>>. Acesso em: 13 set. 2007.

LACERDA, Jozé Cândido de. **Favela-bairro**. Entrevista concedida a Érico Costa. São Paulo, Portal Vitruvius, Mai. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/entrevista/lacerda/lacerda.asp>>. Acesso em: 13 set. 2007.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e desenho da cidade**. Edição: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para ciência e tecnologia. Junho, 2004. 3ed.

MAGALHÃES, Sérgio. **Sobre a cidade**: habitação e democracia no rio de janeiro. São Paulo: Pro-Editores, 2002.

MAGALHÃES, Sérgio. **Sobre habitação de interesse social e a experiência do favela-bairro**. In: Caderno de conferências do II Congresso Brasileiro e I Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia - CTHAB. Florianópolis, 2006.

MALARD Maria Lucia; CONTI, Alfio; SOUZA, Renato César Ferreira de; CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. **Avaliação pós-ocupação, participação de usuário e melhoria da qualidade de projetos habitacionais para a população de baixa renda:** uma abordagem fenomenológica com o apoio do Estado. In: Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social / editado por Alex Kenya Abiko e Sheila Walbe Ornstein – São Paulo: FAUUSP, 2002. Coletânea Habitare / FINEP, 1)

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOVARA, Enrico. **Promover os talentos para reduzir a pobreza.** Estudos avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Sep 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

SANTOS, Janio. **Políticas públicas e ações populares:** o caso dos alagados – salvador/BA. Estudos Geográficos: Revista eletrônica de Geografia, Rio Claro, 3(1): 93-110, jan-jun - 2005 (ISSN 1678—698X). Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DO HABITAT. PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO, 2003. **Favela Bairro.** Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/habitat/>>. Acesso em: 15 set. 2007.

SOMMER, Robert. **Espaço pessoal:** as bases comportamentais de projetos e planejamentos. Tradução de: Dante Moreira Leite. São Paulo, EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

SOUZA, Angela Gordilho; CAÚLA, Adriana; ROLIM, Pedro (orgs.). **Mata escura:** plano de intervenção. Salvador: FAUFBA, LABHABITAR, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

PICARELLI, Marlene. **Habitação:** uma interrogação. São Paulo: FAUUSP, 1986. 175p.

PINHEIRO, Alessandra do Carmo. **Levantamento e análise do processo de ocupação irregular do solo urbano nos últimos 30 anos (1970 - 2000) em Santa Maria/RS.** Monografia de graduação. Santa Maria: UFSM/Curso de Geografia, 2002.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. **Novas alternativas:** projetos e propostas habitacionais para o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: A Prefeitura: A Secretaria, 2003.

ROSSINI, Cristiane Camillo. **A segregação na distribuição dos equipamentos de infraestrutura urbana, na cidade de Santa Maria/RS.** Florianópolis, 2005. (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTA MARIA. Lei Complementar 033, de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Lei de Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento, Perímetro Urbano e Sistema Viário de Santa Maria.

SANTA MARIA. Lei Complementar 034, de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental do Município de Santa Maria.

VALLADARES, Licia do Padro (org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca**: a produção anterior às ciências sociais. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.15, n.44, p.05-34, out 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 16 ago. 2008.

VIEIRA, Andréa Gouvêa. **Dossiê Favela Bairro**. Programa Favela Bairro I e II: uma visão construtiva de sua execução e manutenção, 2007. Disponível em: <http://www.andreagouveavieira.com.br/system/administrator/download.php?file=235086_dossie_bid_%20favela_bairro_%2028_07.pdf&send=download&upload_dir=1>. Acesso em: 13 set. 2007.

YAMAZAKI, Dirceu Rioji; FRANÇA, Elisabete; ARAÚJO, Ricardo; PINI, Paula. **Programa de saneamento ambiental da bacia Guarapiranga em São Paulo**. In: BONDUKI, Nabil (org.). Habitat: as práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

Bibliografia consultada

BASTOS, Paulo. **Urbanização de favelas**. Estudos avançados, 2003, vol.17, n.47, p.212-221. ISSN 0103-4014. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 22 nov. 2006.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria, 1797 - 1933**. Santa Maria: Edições UFSM, 1989.

CARPINTERÓ, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho**: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo 1917-1940). Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 1997.

DUARTE, Cristiane Rose; SILVA, Osvaldo Luiz e BRASILEIRO, Alice. (orgs.). **Favela, um bairro**: propostas metodológicas para intervenção pública no Rio de Janeiro. São Paulo, Pro-Editores, 1996.

FERRERO, Aurélio (coord.). **Habitat in riesgo**: experiencias latinoamericanas. Programa Iberoamericano de Ciencia e Tecnologia para el desarrollo CYTED, 2003.

FRANÇA, Elisabete; BAYEUX, Glória. Favelas *Upgrading*. **A cidade como integração dos bairros e espaço de habitação**. Arqutexto 027. São Paulo, Portal Vitruvius, Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**: municípios selecionados e microrregiões geográficas. 2.ed. Belo Horizonte, 2005.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio (orgs.). **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1997.

MARTUCCI, Ricardo. **Projeto tecnológico para edificações habitacionais**: utopia ou desafio? São Paulo: FAUUSP, 1990 (Tese de Doutorado).

MARTINEZ, Joan Villà. **Habitação popular**: novos desafios para o desenho urbano e para a arquitetura. In: Caderno de Conferências do II Congresso Brasileiro e I Congresso Ibero-Americano Habitação Social: Ciência e Tecnologia. Florianópolis, 2006.

MORAES, Luiz Roberto Santos; BORJA, Patrícia Campos Borja; STIFELMAN, Golde Maria; GUIMARÃES, Suely da Silva; SANTANA, Marcos Jorge Almeida; BARROS, Rubens José Ferreira; ANDRADE, Lícia Edna Zelly Matos. **Avaliação de ações integradas de saneamento ambiental e de moradia em área periurbana de Salvador (BA) - Projeto AISAM III**. In: Inserção Urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social / editado por Alex Kenya Abiko e Sheila Walbe Ornstein – São Paulo: FAUUSP, 2002. Coletânea Habitare / FINEP, 1).

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Loteamentos**: Manual de Recomendações para Elaboração de Projeto. São Paulo, IPT, 1986.

MORETTI, Ricardo de Sousa. **Normas urbanísticas para habitação de interesse social**: recomendações para elaboração. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, 1997.

PLANO DE REGULARIZAÇÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL - PREZEIS. Lei no 16.113/95.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ; AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. **Moradia social em áreas de mananciais**. São Paulo: Annablume, 2004 (Projeto GEPAM, 6).

SALOMON, Maria Helena Röhe. **Programa Favela-Bairro**: construir cidade onde havia casa. O caso de Vila Canoá. Arqtexto n. 064. Texto especial n. 331. São Paulo, Portal Vitruvius, Set. 2005. Disponível em:
<<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp331.asp>>. Acesso em: 13 set. 2007.

SANTA MARIA. Lei Complementar Municipal 032, de dezembro de 2005. **Código de Obras e Edificações de Santa Maria**.

TRIBUNA DA BAHIA/CIDADE. **Moradia digna substitui favelas**. 17 de abril de 2006. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/web/senador/cesarborges/noticias/arquivo/noticias/notjornais170406_004.htm>. Acesso em: 06 jun. 2007.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A – Caracterização dos programas de urbanização de favelas.

PROGRAMA	DIRETRIZES	AÇÕES	
Ribeira Azul Salvador - BA	Recuperação física do espaço urbano	Implantação de infra-estrutura básica (drenagem, pavimentação, esgoto, água, energia elétrica, abertura do sistema viário, construção da pista de borda para a contenção da expansão da ocupação).	
		Melhorias habitacionais.	
		Implantação, reforma e ampliação dos equipamentos sociais.	
	Desenvolvimento sócio-ambiental	Fortalecimento da organização comunitária.	
		Programas de educação básica, alfabetização de adultos, de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda.	
		Fortalecimento dos equipamentos sociais.	
Arranjo institucional			
Regularização fundiária			
Favela Bairro Rio de Janeiro – RJ	Implantação dos serviços urbanos	Implantação de redes de energia elétrica, iluminação pública, água, esgoto, drenagem e telefone.	
	Instalação de equipamentos necessários	Criação de espaços públicos bem projetados, escolas, campos de esportes, centros cívicos e de saúde e alguns elementos de alcance metropolitano.	
	Construção de um sistema adequado de acessos	Remodelação o sistema viário, pavimentação das ruas e criação de mecanismos que facilitem o acesso às favelas - ônibus e, se necessário, teleféricos para superar as difíceis condições topográficas dos locais.	
	Qualificação das unidades habitacionais	Relocação as casas que estão em áreas de risco.	
		Reforma e reconstrução de moradias, dotando-as de infra-estrutura.	
	Incentivo à formação de uma identidade coletiva	Criação da associação de moradores de bairro	
		Participação e conscientização da comunidade.	
Caracterização da demanda através dos moradores.			
Regularização fundiária			
Guarapiranga São Paulo - SP	Serviços de água e esgoto	Ampliação e melhoria dos sistemas urbanos.	
	Coleta e disposição final do lixo	Adequação e controle ambiental do sistema de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e aquisição de equipamentos de limpeza das áreas públicas para as Prefeituras Municipais.	
	Recuperação urbana	Urbanização de favelas	- Implantação de sistema de redes de coleta de esgoto em todas as unidades habitacionais;
			- Restauração de sistema viário principal, garantindo trajetos e acesso fácil para os caminhões de coleta de lixo, com pavimentação e implantação de sistema de drenagem superficial das vias;
			- Eliminação das áreas de risco, mediante obras de consolidação geotécnica ou a remoção/readequação de unidades habitacionais;
			- Melhoria das condições de acesso às unidades habitacionais, pela execução de pisos, rampas e escadas.
			- Determinação das atribuições e execução das obras necessárias e equipamentos públicos para a delimitação das áreas de uso comum previstas em projeto, isto é, todas as áreas contempladas têm uma destinação específica, de uso e interesse comum dos moradores, de modo a evitar novas invasões.
Remoção e reassentamento das famílias em áreas de risco ou sem esgotamento sanitário.			
Adequação de infra-estrutura viária e de drenagem em áreas urbanas degradadas.			
Proteção ambiental	Repovoamento vegetal das margens da represa e das faixas de domínio público, recuperação de matas e das faixas de domínio público, recuperação de matas ciliares e à arborização urbana e implantação de seis parques.		
Gestão da bacia	Elaboração de estudos visando à organização da gestão da Bacia, incluindo o Plano Diretor para o desenvolvimento e a proteção ambiental do seu território; educação ambiental e capacitação técnica para gestão, e operacionalização dessa questão por meio do reforço à fiscalização integrada e da criação de um sistema de informações gerenciadas pela bacia.		

Apêndice B – Mapa de localização das casas levantadas durante o piloto.



Apêndice C - Roteiro de entrevista piloto

FICHA DE ENTREVISTA _____ (número)	
Vila Aparício de Moraes, Santa Maria/RS _____ (mês)/2006	
<p style="text-align: center;">(FOTO DA CASA)</p> <p><i>Figura: Casa do(a) entrevistado(a) _____ (número).</i></p> <p><i>Fonte: acervo próprio, 2006.</i></p>	<p>1. LOCALIZAÇÃO DA CASA</p> <p>1.1. Endereço: Rua _____, nº. _____</p>
	<p>2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR</p> <p>2.1. Entrevistado(a)/ Idade: _____</p> <p>2.2. Atividade profissional do entrevistado: _____</p> <p>2.3. Outros moradores/ Idades: _____</p> <p>2.4. Número total de moradores da residência: _____</p>
<p>4. ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA FAMÍLIA</p> <p>4.1. EDUCAÇÃO: Onde os jovens estudam? _____</p> <p>4.2. SAÚDE: Onde procuram atendimento médico? _____</p> <p>4.3. COMÉRCIO: Onde compram? _____</p> <p>4.4. LAZER: O que vocês fazem nas horas livres? _____</p>	<p>3. HISTÓRICO FAMILIAR</p> <p>3.1. Origem da família: Onde vocês moravam antes de morar aqui? _____</p> <p>3.2. Tempo de moradia na vila: _____</p> <p>3.3. Motivo de mudança para a vila: _____</p> <p>5. PROBLEMAS DA VILA</p> <p>5.1. Quais os principais problemas? _____</p> <p>6. OBSERVAÇÕES: _____</p>

Apêndice D – Aplicações do piloto

FICHA DE ENTREVISTA

01

Vila Aparício de Moraes, Santa Maria/RS

Agosto/2006



Figura: Casa da entrevistada 01.

Fonte: acervo próprio, 2006.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 20.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 38 anos.*

2.2. Atividade profissional do entrevistado: *doméstica.*

2.3. Outros moradores/ Idades: *4 filhos (idades entre 15, 12, 8 e 6 anos).*

2.4. Número total de moradores da residência: *5.*

4. ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA FAMÍLIA

4.1. EDUCAÇÃO: Onde os jovens estudam? *Os meus filhos estudam na Escola Municipal Renato Nocchi Zimmermann e na Escola Municipal Júlio do Canto.*

4.2. SAÚDE: Onde procuram atendimento médico? *No Posto de saúde da COHAB e agora tem um aqui perto que foi recém-inaugurado. (A entrevistada refere-se à Unidade de Saúde de Camobi).*

4.3. COMÉRCIO: Onde compram? *No supermercado Rede Vivo.*

4.4. LAZER: O que vocês fazem nas horas livres? *Costumo ficar em casa e, de vez em quando, levo os filhos à praça da Cidade dos Meninos. Ou, que se encontra com vizinhos para tomar chimarrão. Tem o campo de futebol, mas eu prefiro que os meus filhos fiquem brincando perto de meus olhos. No campo fica a gurizada e eu não quero que os meus filhos se misturem com eles. Gostaria que tivesse uma praça na vila ou próxima a ela para que não tivesse que ir até a Cidade dos Meninos.*

3. HISTÓRICO FAMILIAR

3.1. Origem da família: Onde vocês moravam antes de morar aqui? *Vila Nonoai, localizada em Santa Maria/RS.*

3.2. Tempo de moradia na vila: *14 anos.*

3.3. Motivo de mudança para a vila: *A moradora conta que estava em busca da casa própria.*

5. PROBLEMAS DA VILA

5.1. Quais os principais problemas? *O solo fica muito alagado durante os períodos de chuva. Não tem iluminação pública. E eu tenho que cuidar do poste de luz que existe na frente da minha casa para que os guris não quebrem.*

6. OBSERVAÇÕES: *A entrevistada é uma das primeiras moradoras da área. Conta que quando chegou só havia aproximadamente três casas. A Cidade dos Meninos era uma instituição de ensino ligada aos padres da Igreja Católica e atualmente está desativada. Quando a moradora fala dos jovens que ficam no campo, está se referindo aos jovens envolvidos com drogas.*



Figura: Casa da entrevistada02.

Fonte: acervo próprio, 2006.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 23.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 42 anos.*

2.2. Atividade profissional do entrevistado: *do lar.*

2.3. Outros moradores/ Idades: *Marido (46 anos); 2 filhas (17 e 11 anos) e avô (76 anos).*

2.4. Número total de moradores da residência: *5.*

4. ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA FAMÍLIA

4.1. EDUCAÇÃO: Onde os jovens estudam? *As filhas estudam na Escola Municipal Renato Nocchi Zimmermann.*

4.2. SAÚDE: Onde procuram atendimento médico? *No HUSM (Hospital Universitário de Santa Maria).*

4.3. COMÉRCIO: Onde compram? *Compramos na Rede Vivo e no Hipermercado Dois Irmãos. Pouca coisa nos mercadinhos da vila, porque os preços são mais caros.*

4.4. LAZER: O que vocês fazem nas horas livres? *Não temos tempo pra lazer. Quando a gente não está trabalhando, a gente fica em casa mesmo.*

3. HISTÓRICO FAMILIAR

3.1. Origem da família: Onde vocês moravam antes de morar aqui? *Porto Alegre/RS.*

3.2. Tempo de moradia na vila: *8 anos.*

3.3. Motivo de mudança para a vila: *A gente morava de aluguel e veio atrás de uma casa própria.*

5. PROBLEMAS DA VILA

5.1. Quais os principais problemas? *As ruas e o esgoto. Quando chove, as ruas ficam alagadas, os esgotos transbordam e a sujeira e o lixo se espalham por toda parte.*

6. OBSERVAÇÕES:

A família conta que utiliza os finais de semana para trabalhar na ampliação e melhoria da própria moradia.



Figura: Casa do entrevistado 03.

Fonte: acervo próprio, 2006.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 24.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado (a)/ Idade: *Homem, 63 anos.*

2.2. Atividade profissional do entrevistado: *aposentado.*

2.3. Outros moradores/ Idades: *Esposa (65 anos).*

2.4. Número total de moradores da residência: *2.*

4. ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA FAMÍLIA

4.1. EDUCAÇÃO: Onde os jovens estudam?

4.2. SAÚDE: Onde procuram atendimento médico? *Eu tenho diabetes e preciso ir ao médico sempre. Eu vou aos postos de saúde do bairro. Agora tem o posto novo e eu encontro lá tudo que eu preciso.*

4.3. COMÉRCIO: Onde compram? *No supermercado da Rede Vivo.*

4.4. LAZER: O que vocês fazem nas horas livres? *Eu passo a maior parte do tempo em casa, mas quando é possível, eu viajo para Porto Alegre e visito a minha filha.*

3. HISTÓRICO FAMILIAR

3.1. Origem da família: Onde vocês moravam antes de morar aqui? *Porto Alegre/RS.*

3.2. Tempo de moradia na vila: *1 ano.*

3.3. Motivo de mudança para a vila: *O aluguel em Porto Alegre é muito alto. Aí nós viemos pra cá e compramos essa casa.*

5. PROBLEMAS DA VILA

5.1. Quais os principais problemas? *Tem um mau cheiro por conta de uma vala que fica do lado da minha casa, aonde chegam esgoto de outras residências do bairro. No verão, o odor fica insuportável. Ainda bem que a janela do meu quarto não abre pra lá.*

6. OBSERVAÇÕES:

A esposa reclamou do preço da água e da luz. Os moradores contaram que o Centro Comunitário tem realizado missas, almoços comunitários e feiras de roupas a preços simbólicos. Quando foi abordado para entrevista, o entrevistado estava debruçado sobre o muro conversando com o vizinho.



Figura: Casa da entrevistada 04.

Fonte: acervo próprio, 2006.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Angelin Bortholuzzi, nº. 755.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 39 anos..*

2.2. Atividade profissional do entrevistado: *do lar.*

2.3. Outros moradores/ Idades: *esposo (45 anos), mãe (80 anos) e filha (10 anos).*

2.4. Número total de moradores da residência: 4.

4. ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA FAMÍLIA

4.1. EDUCAÇÃO: Onde os jovens estudam? *A filha estuda na Escola Municipal Vicente Farenzena e não costuma brincar fora de casa.*

4.2. SAÚDE: Onde procuram atendimento médico? *No HUSM (Hospital Universitário de Santa Maria).*

4.3. COMÉRCIO: Onde compram? *No supermercado Dois Irmãos.*

4.4. LAZER: O que vocês fazem nas horas livres? *Ficamos em casa mesmo.*

3. HISTÓRICO FAMILIAR

3.1. Origem da família: Onde vocês moravam antes de morar aqui? *No Centro da cidade.*

3.2. Tempo de moradia na vila: *14 anos.*

3.3. Motivo de mudança para a vila: *Cansamos de pagar aluguel.*

5. PROBLEMAS DA VILA

5.1. Quais os principais problemas? *Aqui tem problema de assaltos.*

6. OBSERVAÇÕES:

A casa da entrevistada destaca-se das outras edificações existentes na vila por sua localização na via principal de acesso e pelo tamanho e qualidade da construção superior às outras casas.

Percebeu-se que a entrevistada ainda vive sob um clima de tensão em relação à não propriedade do imóvel. Não quis entrar em detalhes sobre o processo de ocupação da área.



Figura: Casa da entrevistada 05.

Fonte: acervo próprio, 2006.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, 96.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 17 anos.*

2.2. Atividade profissional do entrevistado: *Estudante.*

2.3. Outros moradores/ Idades: *Mãe (47anos), Pai (50 anos) Noivo (21 anos), Sobrinho (7 anos), Irmã (21 anos).*

2.4. Número total de moradores da residência: *6.*

4. ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES BÁSICAS DA FAMÍLIA

4.1. EDUCAÇÃO: Onde os jovens estudam? *na Escola Margarida Lopes.*

4.2. SAÚDE: Onde procuram atendimento médico? *No posto de saúde novo.*

4.3. COMÉRCIO: Onde compram? *No supermercado da Rede Vivo ou no mercadinho da minha cunhada que fica aqui do lado.*

4.4. LAZER: O que vocês fazem nas horas livres? *Nas horas livre, eu fico em casa assistindo à televisão. De vez em quando eu jogo futebol com umas amigas ali no ginásio da Cidade dos Meninos.*

3. HISTÓRICO FAMILIAR

3.1. Origem da família: Onde vocês moravam antes de morar aqui? *Na Rua 8 de Julho, aqui em cima... Vila Jardim.*

3.2. Tempo de moradia na vila: *14 anos.*

3.3. Motivo de mudança para a vila: *A gente pagava aluguel lá. Aí o pessoal começou a ocupar e a gente pegou esse terreno pra gente.*

5. PROBLEMAS DA VILA

5.1. Quais os principais problemas? *O esgoto.*

6. OBSERVAÇÕES:

A moradora é estudante. O pai dela é autônomo. A mãe é do lar. A irmã faz faxina. O noivo é militar da Base Aérea.

Apêndice E – Dados obtidos do piloto

FICHA DE ENTREVISTA	01	02	03	04	05	Observação
Atividade do entrevistado	doméstica	Do lar	aposentada	Do lar	Estudante	
Idade dos moradores (em anos)	38, 15, 12, 8 e 6	76, 46, 42, 17 e 11	65 e 63	80, 45, 39 e 10	50, 47, 21, 21, 17 e 7	
Total de moradores por domicílio	5	5	2	4	6	
Origem da família	Santa Maria-RS (Vila Nonoai)	Porto Alegre-RS	Porto Alegre-RS	Santa Maria-RS (Centro)	Santa Maria-RS (Vila Jardim)	
Tempo de moradia (em anos)	14	8	1	14	14	
Motivo de mudança para área	Busca do imóvel próprio ausente do pagamento de aluguel.	Busca do imóvel próprio ausente do pagamento de aluguel.	Alto custo do aluguel. Compra da casa própria.	Busca do imóvel próprio ausente do pagamento de aluguel.	Busca do imóvel próprio ausente do pagamento de aluguel.	
Educação: onde estudam?	Escola Municipal Renato N. Zimmermann e Escola Municipal Júlio do Canto.	Escola Municipal Renato N. Zimmermann.	*	Escola Municipal Vicente Farençino.	Escola Municipal Margarida Lopes	* Não existem moradores em idade escolar.
Saúde: onde procuram atendimento médico?	Posto da COHAB ou posto novo.	HUSM (Hospital Universitário de Santa Maria).	Posto da COHAB ou posto novo.	HUSM	Posto novo.	O posto novo referido é a Unidade de Saúde de Camobi Wilson Paulo Noal.
Comércio: Onde compram?	Rede Vivo.	Rede Vivo e Dois Irmãos.	Rede Vivo.	Dois Irmãos.	Rede Vivo e Mercadinho da cunhada.	
Lazer: O que fazem nas horas livres? E onde?	Fica em casa. As crianças brincam na praça da Cidade dos Meninos.	Fica em casa.	Fica em casa.	Fica em casa.	Fica em casa e joga futebol no ginásio da Cidade dos Meninos.	
Problemas da vila	Solo alagado. Ausência de iluminação pública. Vandalismo.	Ruas alagadas. Esgoto à céu aberto. Lixo nas ruas.	Mau cheiro. Esgoto a céu aberto.	Assaltos.	Esgoto.	

Observação		A família utiliza os fins de semana para trabalhar em benfeitorias no imóvel.	Ao ser abordado para entrevista, o morador encontrava-se debruçado sobre o muro conversando com o vizinho.		Apesar da moradora ser estudante, os outros moradores apresentaram atividades de renda significativas. O pai dela é autônomo. A mãe é do lar. A irmã faz faxina. O noivo é militar da Base Aérea.	
-------------------	--	---	--	--	---	--

Tabela – Resultados obtidos no piloto.

Gráficos gerados a partir dos dados do Piloto:

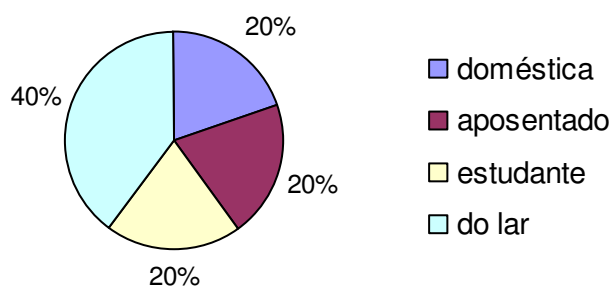


Gráfico 1 – Atividade do morador entrevistado.

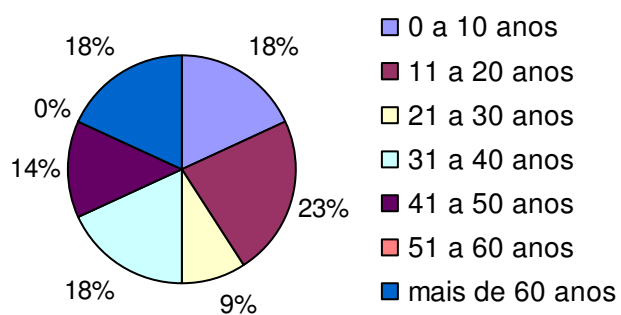


Gráfico 2 – Faixa etária dos moradores levantados.

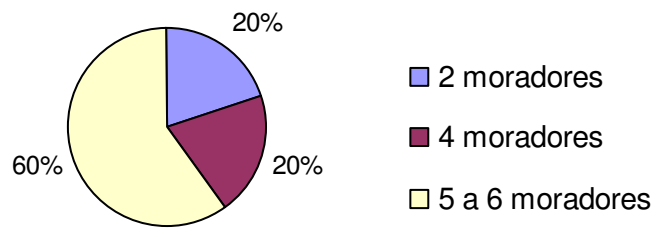


Gráfico 3 – Número total de moradores por domicílio.

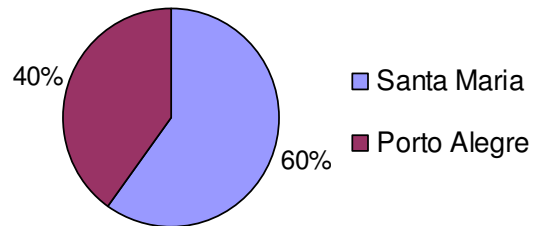


Gráfico 4 – Local de origem.

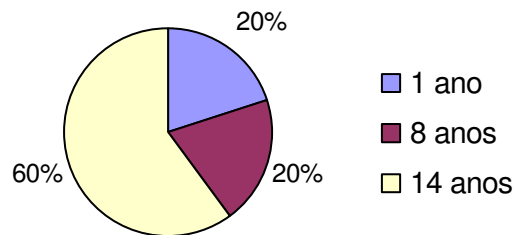


Gráfico 5 – Tempo de moradia no local.

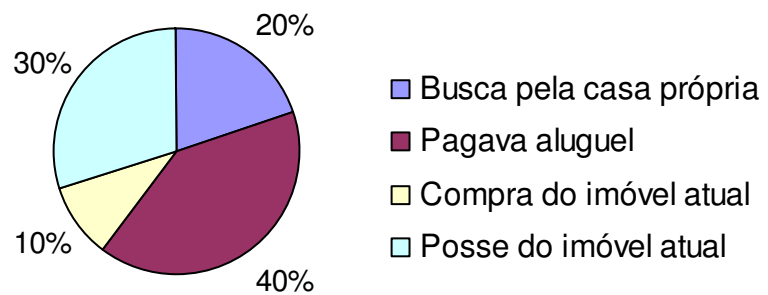


Gráfico 6 – Motivo de mudança para a área.

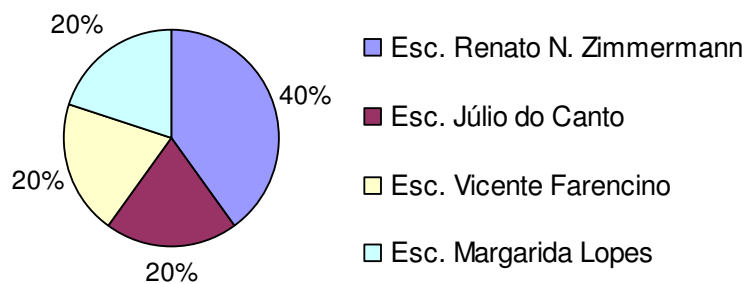


Gráfico 7 – Educação: onde estudam?

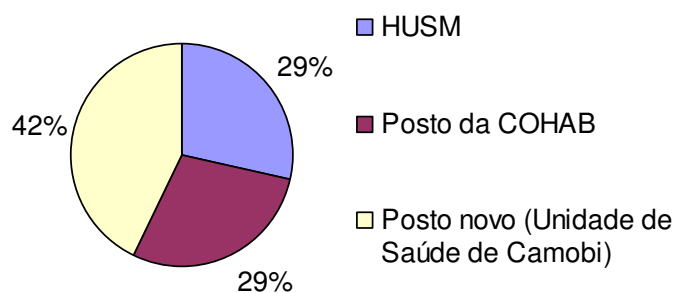


Gráfico 8 – Saúde: onde procuram atendimento médico?

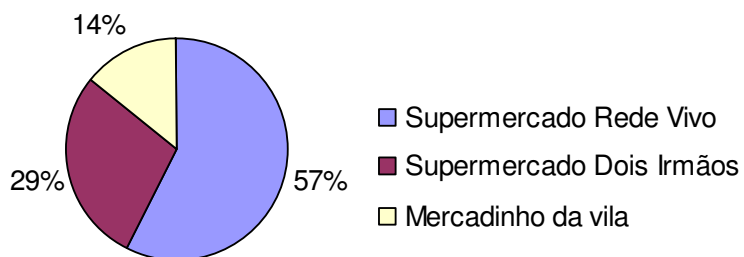


Gráfico 9 – Comércio: onde procuram atendimento médico?

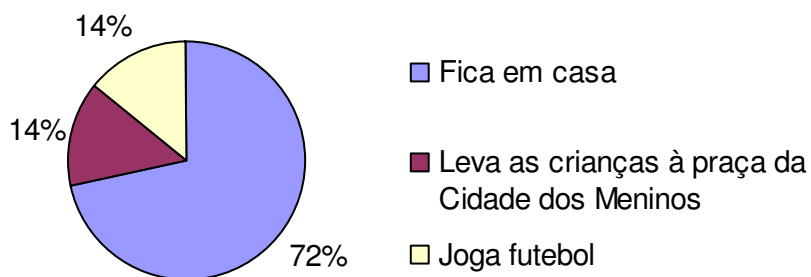


Gráfico 10 – Lazer: o que faz nas horas livres?

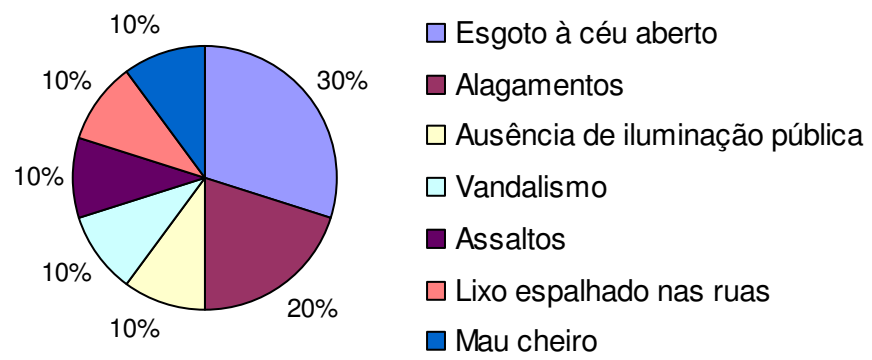


Gráfico 11 – Problemas da vila identificados pelo morador.

Apêndice F – Mapa de localização das casas levantadas após a revisão do piloto



Apêndice G – Roteiro final de entrevista

FICHA DE ENTREVISTA	_____ (número)
Vila Aparício de Moraes, Santa Maria/RS	_____ (mês)/2007
<p style="text-align: center;">(FOTO DA CASA)</p> <p style="text-align: center;"><i>Figura: Casa do(a) entrevistado (a) _____ (número).</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Fonte: acervo próprio, 2007.</i></p> <p style="text-align: center;">Observações sobre a utilização do lote:</p> <p>_____</p> <p>_____</p>	<p>1. LOCALIZAÇÃO DA CASA</p> <p>1.1. Endereço: Rua _____ número: _____</p> <hr/> <p>2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR</p> <p>2.1. Entrevistado(a)/ Idade: _____</p> <p>_____</p> <p>2.2. Outros moradores da residência/Idades: _____</p> <p>_____</p> <p>2.3. Número total de moradores: _____</p> <p>2.4. Atividades de renda da família: Em que trabalham?</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>4. VIDA DENTRO DA VILA</p> <p>4.1. Gosta de morar aqui? _____</p> <p>_____</p> <p>4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? _____</p> <p>4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? _____</p> <p>_____</p> <p>4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? _____</p> <p>_____</p>	<p>3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO</p> <p>3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? _____</p> <p>3.2. Local de origem: Onde moravam antes? _____</p> <p>_____</p> <p>3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? _____</p> <p>_____</p> <hr/> <p>5. TRABALHO</p> <p>5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? _____</p> <p>_____</p> <p>5.2. Como vai para o trabalho? _____</p> <p>_____</p>
<p>6. EDUCAÇÃO</p> <p>6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam?</p>	<p>7. SAÚDE</p> <p>7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? _____</p>

6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus?

7.2. Como vocês chegam lá? _____

8. COMÉRCIO

8.1. Local: Em que lugar vocês costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)?

8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? _____

9. LAZER

9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? _____

9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? _____

10. CENTRO COMUNITÁRIO

10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? _____

10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? _____

11. OBSERVAÇÕES:

Apêndice H – Aplicações do roteiro final de entrevista

FICHA DE ENTREVISTA	01
Vila Aparício de Moraes, Santa Maria/RS	Abril/2007
<div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center; margin-top: 10px;"><i>Figura: Casa do entrevistado 01.</i> <i>Fonte: acervo próprio, 2007.</i></p> <p>Observações sobre a utilização do lote: <i>O lote possui área destinada a estacionamento do veículo do morador, área de depósito de material de construção e um balanço para recreação infantil.</i></p>	<p>1. LOCALIZAÇÃO DA CASA</p> <p>1.1. Endereço: <i>Rua Angelin Bortholuzzi, sem número, Vila Aparício de Moraes.</i></p> <hr/> <p>2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR</p> <p>2.1. Entrevistado(a)/ Idade: <i>Homem, 63 anos.</i></p> <p>2.2. Outros moradores da residência/Idades: <i>Filho (27 anos).</i></p> <p>2.3. Número total de moradores: <i>2.</i></p> <p>2.4. Atividades de renda da família: <i>Em que trabalham? Sou funcionário da UFSM, mas também trabalho com construção. Tenho seis casas que eu construí aqui na vila, que eu alugo pros outros moradores.</i></p>
<p>4. VIDA DENTRO DA VILA</p> <p>4.1. Gosta de morar aqui? <i>Sim.</i></p> <p>4.2. Relação de vizinhança: <i>A relação com os vizinhos é boa? Sim. Aqui eu conheço todo mundo.</i></p> <p>4.3. Principais problemas: <i>O que mais incomoda aqui na vila? O principal problema aqui é a falta de tratamento de esgoto.</i></p> <p>4.4. Sugestões de melhorias: <i>Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Poderia ter uma praça para as pessoas se reunirem para tomar chimarrão.</i></p>	<p>3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO</p> <p>3.1. Tempo de moradia: <i>Há quanto tempo moram na vila? 14 anos. Eu estou aqui desde o início da invasão.</i></p> <p>3.2. Local de origem: <i>Onde moravam antes? Aqui mesmo. Na Rua 8 de junho, Vila Jardim.</i></p> <p>3.3. Motivo da mudança para a vila: <i>Por que a família veio morar aqui? Mudei pra cá depois da invasão... Eu já tinha uma casa ali na Vila Jardim. Como eu ajudei a organizar a ocupação, peguei uns terrenos para a minha família.</i></p> <hr/> <p>5. TRABALHO</p> <p>5.1. Local de trabalho: <i>Fica perto da vila? Na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria).</i></p> <p>5.2. Como vai para o trabalho? <i>Eu vou de carro.</i></p>
<p>6. EDUCAÇÃO</p> <p>6.1. Local: <i>Onde as crianças e os jovens estudam? (Não</i></p>	<p>7. SAÚDE</p> <p>7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde</p>

<p><i>se aplica, pois inexistem moradores em idade escolar.)</i></p> <p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>(Não se aplica.)</i></p>	<p>procuram? <i>Vou ao HUSM (Hospital Universitário de Santa Maria) mesmo.</i></p> <p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>Vou no meu carro.</i></p>
<p>8. COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>No supermercado Dois Irmãos e no supermercado da Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. Não vale a pena. O preço é mais alto.</i></p>	<p>9. LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Eu fico em casa, assisto à televisão, tomo chimarrão com os amigos, faço churrasco no fim de semana e reúno a família. O meu filho joga futebol lá no campo.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde?</p>
<p>10. VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não participo.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não. Antes tinha reunião com os moradores, mas faz tempo que não tem.</i></p>	<p>11. OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>O Seu José é um morador representante no processo de ocupação da vila. Ele foi o responsável pela proposta de delimitação das ruas e lotes. Ele relata que as pessoas começaram a ocupar sem a menor organização e confiaram nele como um dos líderes, por ele ser um funcionário da UFSM e detentor de maior conhecimento do que a maioria dos moradores. Ele conta que possuía uma casa própria, mas quando viu que a área estava sendo invadida, resolveu organizar a ocupação e tomar posse de alguns lotes para si. Atualmente ele possui seis imóveis na vila cujos aluguéis constituem parte de sua renda mensal: "Eu já construí um monte de casas aqui na vila. Tenho umas seis casas que eu construí e que eu alugo".</i></p> <p><i>O José mora ao lado da sogra. As duas casas foram construídas por ele mesmo.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 02.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: Os

moradores utilizam o espaço livre no lote como depósito de objetos que a família não utiliza mais. Também como depósito de material de construção. As crianças também utilizam as áreas livres para recreação. Ao lado da casa existe uma edificação comercial.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 1135.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 28 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (35 anos), Filhos (7 e 5 anos) e Avó (60 anos).*

2.3. Número total de moradores: *5.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Eu tenho esse mercado aqui e o meu marido trabalha na Churrascaria Tertúlia.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Sim.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? No começo, era bastante agitado, mas agora é tranquilo. O que tem de ruim é esse esgoto que passa na rua.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Pracinha, um lugar de lazer para as crianças.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 8 anos.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Eu morava na Vila Jardim.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? A minha avó faleceu e eu comprei uma casa aqui.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Eu trabalho aqui no mercadinho e o meu marido na Churrascaria Tertúlia.*

5.2. Como vai para o trabalho? *O meu marido vai andando.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? Na Escola Municipal Júlio do Canto e na Creche Vila*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *No Posto da COHAB Fernando Ferrari e*

<p><i>Jardim.</i></p> <p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>Eles vão caminhando.</i></p>	<p><i>antigamente no Posto de Atendimento da Medianeira, mas agora tem o Posto novo que fica perto daqui.</i></p> <p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>Dá pra ir andando.</i></p>
<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde vocês costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Na Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>(Não se aplica, pois a entrevistada é proprietária de um estabelecimento comercial inserido na vila.)</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Fico em casa. Mas eu gosto de jogar futebol com as gurias na quadra da Cidade dos Meninos toda segunda.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Eles ficam brincando por aqui ou na casa da avó deles que é aqui na vila. De vez em quando, eu levo as crianças para uma pracinha no Centro.</i></p>
<p>10 . VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não participamos. Mas muita gente da comunidade sim.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não. Participo das festas nas escolas.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES :</p> <p><i>O mercado inicialmente funcionava junto à casa da moradora, em um compartimento anexo e com dois acessos: um acesso na frente da edificação e outro de conexão entre a moradia e o comércio. Entretanto, a moradora disse que o espaço era insuficiente. Então, com a evolução econômica da atividade comercial, os proprietários construíram uma nova edificação independente ao lado da casa.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 03.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: Os moradores utilizam o espaço livre do lote para o depósito de material de construção. O lote já possui em sua área externa a demarcação de piso de uma futura construção.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 96.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 17 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Mãe (47), Pai (50), Noivo (21), Sobrinho (7), Irmã (21).*

2.3. Número total de moradores: *6.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? O pai é autônomo. A mãe é do lar. A irmã faz faxina. A entrevistada estuda. O noivo é militar.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Ah... Eu adoro morar aqui.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *Ótima. No começo ninguém se falava, mas agora, aqui todo mundo se dá com todo mundo.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *O principal problema é a falta de tratamento do esgoto. Outro problema é a falta de iluminação.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Alguma coisa para as crianças brincarem.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *14 anos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *Nós morávamos na rua de cima, a Rua 8 de junho, Vila Jardim.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Ali nós morávamos de aluguel. A gente comprou essa casa.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *Aqui no Bairro Camobi mesmo.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Quando precisa pegamos ônibus. O meu noivo pega um ônibus militar.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *Escola Margarida Lopes.*

6.2. Como elas vão pra aula? *Caminhando ou de*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Posto novo localizado na Rua Carlos Gomes em direção a UFSM a algumas quadras da vila.*

<p>ônibus? <i>Caminhando.</i></p>	<p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>É perto e dá pra ir andando.</i></p>
<p>8. COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Na Rede Vivo ou no mercadinho da cunhada que fica aqui do lado.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Sim. É o mesmo preço.</i></p>	<p>9. LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Assistir à televisão, namorar... Mas eu quase não tenho tempo livre. Também jogo futebol. Tem umas amigas que fizeram um time e toda segunda nós alugamos a quadra e jogamos na Cidade dos Meninos. Já os meus pais, quando não estão trabalhando, ficam em casa.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Os meus sobrinhos às vezes brincam aqui fora, mas, em geral, brincam na rua.</i></p>
<p>10. VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11. OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>A moradora apesar de jovem, soube responder a todas as perguntas do roteiro de entrevista.</i></p>



Figura: Casa do entrevistado 04.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: A casa do morador é extremamente precária. Não há demarcação de lote. A casa mistura-se com os entulhos de material coletado pelo morador para reciclagem.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 1, nº. 98.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Homem, 59 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposa (45 anos), dois filhos (22 e 16 anos) e neto (2 anos).*

2.3. Número total de moradores: 5.

2.4. Atividades de renda da família: Em que trabalham? *Eu pego material para reciclagem. Antes eu era agricultor.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *Sim.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *Tem o problema de iluminação, esgoto a céu aberto...*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Seria bom se tivesse uma área pras crianças brincarem.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *14 anos. Eu moro aqui desde a invasão. Essa área aqui era uma olaria da Cidade dos Meninos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *Aqui perto. No Bairro Camobi mesmo.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Morava de aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *Eu cato lixo aqui pelo Bairro mesmo.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Andando.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *Na Escola Margarida Lopes e na Escola Renato Nocchi Zimmermann.*

6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? *Os meus filhos vão andando pra escola.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Antes a gente ia à Casa de Saúde, mas como fechou, a gente vai ao posto novo (Unidade de Saúde de Camobi).*

7.2. Como vocês chegam lá? *Tínhamos que pegar*

	<i>ônibus. Mas agora dá pra ir andando.</i>
<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Sim. Pouca coisa. Dá pra comprar fiado.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>A gente fica aqui conversando.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>As crianças brincam na rua aqui perto de casa.</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Eu sou o vice-presidente do centro. A presidente é a Zeila. O centro realiza missa, batizado, comunhão, aula de judô e de artesanato... E o centro de reciclagem também faz parte do PROJETO NOVO RUMO que coordena as atividades do Centro Comunitário e da Associação de Futebol.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>O entrevistado conta que existia um ônibus que levava as crianças até a Cidade dos Meninos e que o colégio era muito bom e tinha tudo. Também conta que o campo existente na vila pertencia ao antigo time Camobiense e que a área foi negociada na justiça, que ele lembra de ter pagado 35 reais. Mas que as pessoas paravam de pagar e ficou por isso mesmo, que ninguém tem a escritura de propriedade de nada.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 05.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: A casa da moradora está localizada aos fundos do lote. Ela utiliza a área livre do lote para jardinagem e cultivo de uma pequena horta.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 08.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 47 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (47 anos), Filha (15 anos).*

2.3. Número total de moradores: *3.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Eu trabalho lavando roupas. O meu marido é autônomo.*

4. EM RELAÇÃO À VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Sim. Todo mundo é bem bom... Só o vizinho do lado que não. Mas tem muita gente que eu não conheço de nome, mas conheço o rosto.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? O pior é o esgoto. Fazia falta um posto de saúde, mas aí construíram um aqui perto.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Poderia ter um posto policial aqui perto e um posto de bombeiros, porque geralmente quando tem incêndio e a gente chama, eles demoram muito pra chegar. E quando chegam, já queimou toda a casa das pessoas. Podia ter também uma pracinha pras crianças brincarem e pra gente tomar mate. Porque aqui não tem divertimento. Mas a pracinha teria que ter um guardinha sempre, porque a gurizada aqui é horrível. Se não tem ninguém cuidando, eles estragam tudo.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 14 anos.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Eu morava em Uruguaiana-RS. Nascida em Rincão dos Freios – 5º distrito de Arroio do Sol. Mas antes daqui, eu morava na Vila Jardim mesmo.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Antes eu morava na Rua 8 de junho, atrás da Vila, depois o meu irmão comprou essa casa.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Aqui no Bairro mesmo.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Andando. Só uso o ônibus quando quero ir ao Centro. Mas é difícil eu ir.*

<p>6 . E D U C A Ç Ã O</p> <p>6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? <i>Escola Júlio do Canto.</i></p> <p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>Caminhando mesmo.</i></p>	<p>7 . S A Ú D E</p> <p>7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? <i>No Posto da COHAB Fernando Ferrari (Unidade de Saúde Valter Aita) e antigamente no Posto de Atendimento da Medianeira, mas agora tem o Posto novo (Unidade de Saúde de Camobi) que fica perto daqui.</i></p> <p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>Dá pra ir andando.</i></p>
<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>No mercadinho da filha que fica na vila.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Sim. Geralmente ela vende fiado e tem pouca diferença de preço.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Adoro tomar chimarrão com o meu marido. A minha filha vai ali à casa da irmã e brinca com os meus netos.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Em casa.</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>A entrevistada reclama de um dos seus vizinhos. Explica que houve brigas por conta do fornecimento de energia elétrica. Diz ela que fornecia energia elétrica para o vizinho e quando parou de fornecer, porque cortaram por falta de pagamento, eles brigaram.</i></p> <p><i>Ela é mãe da dona de um pequeno mercado localizado no interior da vila. Diz que os preços são os mesmos em contradição ao relato dos outros moradores.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 06.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: A casa encontra-se geminada a edificação vizinha. A área livre do lote serve de depósito de material de construção. E como área de secagem de roupas lavadas. Há indícios de futura construção.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 89, esquina com a Travessa 2.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 26 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (37 anos) e 2 filhos (9 e 5 anos).*

2.3. Número total de moradores: *4.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Eu não trabalho. O meu marido trabalha como pedreiro.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Aqui é bom.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? É boa. Tudo vizinho bom.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? O ruim é o fedor.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Um lugar para as crianças brincarem.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 1 ano e 3 meses.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Perto da Cidade dos Meninos.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Antes era casa de aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Não trabalho. Mas o meu marido trabalha no almoxarifado da UFSM.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Ele vai andando.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? Na Escola Renato N. Zimmermann.*

6.2. Como elas vão pra aula? *Caminhando ou de ônibus? Andando.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Eu vou ao HUSM (Hospital Universitário de Santa Maria).*

7.2. Como vocês chegam lá? *Nós vamos andando.*

<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Na Rede Vivo é mais barato.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não compro lá. Por conta dos preços.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Eu fico em casa.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Eles brincam no campo ou na quadra do colégio.</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Eu vou à missa de domingo.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>Quando abordada para a realização da entrevista, a moradora estava conversando com os seus filhos que brincavam dentro do lote.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 07.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: A casa só possui um dos lados livre. A edificação ocupa toda a porção frontal do lote.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 2, nº. 90.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 48 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (38 anos) e filha (13 anos).*

2.3. Número total de moradores: *3.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? O marido trabalha em uma loja de Caçapava/RS.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Gosto.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Sim. Se um vizinho precisar, eu ajudo. Eu não cuido da vida de ninguém. Tenho um monte de parentes por aqui e na Vila Progresso.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? Aqui é meu, pelo menos, eu não pago aluguel. Eu tenho esses cachorros... É bom que não chega ninguém aqui. Eu não me preocupo de ficar sozinha. O meu marido trabalha em Caçapava. De ruim tem o esgoto.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Uma praça.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 12 anos.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Na rua de cima (Rua 8 de junho).*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Eu tinha uma casa alugada. Aqui a casa é minha e eu não pago aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Eu trabalho numa casa aqui perto.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Vou andando.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? A filha estuda no Renato Nocchi Zimmermann.*

6.2. Como elas vão pra aula? *Caminhando ou de ônibus? Ela vai caminhando.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Eu vou ao HUSM (Hospital Universitário de Santa Maria).*

7.2. Como vocês chegam lá? *Dá pra ir andando.*

<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. É caro.</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Ficar em casa. Eu fico vendo televisão com a minha filha.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>A minha filha fica em casa. As crianças da vila ficam brincando nas ruas mesmo.</i></p>
<p>10 . VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Eu pego remédios de vez em quando lá.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES :</p> <p><i>Antes de morar na vila, ela morava no centro. Depois de um ano da invasão, ela comprou a casa dela aqui. Ela lembra ter custado 25 reais e diz que era muito dinheiro. Comprou o terreno do lado da casa da mãe. A mãe era doente e ela queria morar perto dela. Lembra que a área não possuía água e luz.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 08.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O lote não possui uma delimitação bem definida. O esgoto passa na frente da casa. Os moradores costumam se reunir em frente à casa para conversas e para tomar chimarrão.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1 Endereço: *Travessa 2, nº. 35.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado (a)/ Idade: *Mulher, 31 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (47 anos) e filha (8 anos).*

2.3. Número total de moradores: *3.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Eu sou doméstica. E o meu marido faz serviços gerais.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *Não conheço ninguém.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *O esgoto.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Um lugar para as crianças da vila brincarem.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *5 anos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *Perto da faixa. Na Rua das Flores.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Morava de aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *Eu trabalho aqui perto.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Eu sempre vou andando. Já o meu marido depende do serviço que ele arruma. Às vezes, ele precisa de ônibus.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *Escola Júlio do Canto.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Eu vou ao HUSM (Hospital Universitário).*

<p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>Andando.</i></p>	<p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>Nós vamos andando mesmo. É perto.</i></p>
<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. Lá é mais caro.</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Fico aqui (na frente da casa) conversando e tomando chimarrão com os amigos.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>A minha filha fica em casa, mas a maioria das crianças brinca pelas ruas.</i></p>
<p>10 . VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Vamos às missas.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES :</p> <p><i>A entrevistada é bastante introspectiva. Respondeu às perguntas com poucas palavras e não quis falar sobre o processo de ocupação da área.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 09.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O lote apresenta área não edificada considerável. Os moradores utilizam essa área para conversas ao fim da tarde.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 2, nº. 86.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 30 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (29 anos) e um filho (1 ano).*

2.3. Número total de moradores: *3.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? O marido trabalha como motorista para uma fábrica de tijolos. Eu trabalho como doméstica.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Não.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *Não... Eu não conheço ninguém.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *Tem muito cachorro e criança... Elas fazem muito barulho aqui na rua e jogam pedras nas casas. E tem esse esgoto que quando esquenta, fede muito. Aqui tem muito rato, mosquito... É um inferno. O problema é o esgoto. Tem uns canos, mas é difícil resolver isso. O pátio é cheio de mosquitos.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Podia ter um lugar para as crianças brincarem. Elas vivem nas ruas.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *6 anos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *Na Vila mesmo.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Morava de aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *Sim. Aqui no bairro mesmo.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Não preciso de ônibus. Vou andando.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *(Não se aplica, pois inexistem moradores em idade escolar.)*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *A gente vai ao posto novo (Unidade de Saúde de Camobi).*

<p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>(Não se aplica.)</i></p>	<p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>Fica há quatro quadras daqui. Dá pra ir andando tranquilamente.</i></p>
<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não... Só coisa pequena. Uma bala pro meu filho ou um salgadinho. Os preços do supermercado são melhores.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>De vez em quando, a gente se reúne no pátio pra conversar e tomar chimarrão. Quando eu tenho tempo, eu gosto de ficar com o meu filho. No fim de semana, meu marido e eu vamos pra fora... pra casa da mãe dele... Eu gosto de ficar lá, porque é fazenda.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>O meu filho fica em casa comigo. Mas as crianças da vila ficam pelas ruas.</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Eu vou à missa de domingo.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>A entrevistada relatou sentir-se incomodada pela movimentação existente na rua em que mora, tanto pela grande quantidade de animais como de crianças.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 10.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: Os moradores costumam se reunir em frente à casa para tomar chimarrão.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 3, nº. 79.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado (a)/ Idade: *Mulher, 42 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Netos (17, 14 e 12 anos).*

2.3. Número total de moradores: *4.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Trabalho como doméstica.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Sim. Todo mundo se respeita. Cada um na sua.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? Sim. Aqui não tem iluminação. É uma sujeira... Esse esgoto que passa aqui na porta da casa da minha mãe. Tem um monte de bicho... Ratos e mosquitos.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Uma pracinha pra reunir todo mundo... Os pais e as crianças.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 9 anos.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Bairro Camobi.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Morava de aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? A casa onde eu trabalho fica aqui no bairro mesmo.*

5.2. Como vai para o trabalho? *É perto daqui. Vou andando.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? Escola Renato e Escola Júlio do Canto.*

6.2. Como elas vão pra aula? *Caminhando ou de ônibus? Vão andando.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *HUSM (Hospital Universitário) e agora tem o posto novo (Unidade de Saúde de Camobi).*

7.2. Como vocês chegam lá? *Nós vamos andando.*

<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. O preço nos outros supermercados é mais em conta.</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>A gente costuma reunir todo mundo aqui fora. Colocamos as cadeiras aqui na frente de casa e ficamos tomando chimarrão.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>As crianças brincam em toda parte.</i></p>
<p>10 . VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>A entrevistada mora em frente à casa da mãe. Conta que sempre se reúnem às tardes para tomar chimarrão e conversar. Mas que a vila não é muito segura, que muitos crimes já aconteceram e alguns dos moradores já foram presos. E que por isso, ela se preocupava com a segurança das filhas.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 11.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O lote apresenta pouca vegetação. A área não edificada é utilizada para lazer dos jovens e dos adultos que se reúnem para conversas em frente à casa.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 3, nº. 73.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado (a)/ Idade: *Mulher, 82 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Netos (20 e 18 anos).*

2.3. Número total de moradores: *3.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Sou aposentada. Meus netos estudam.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *É boa, mas tem que cuidar. Acontece muita coisa por aqui.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *O esgoto é horrível.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Um lugar para as crianças.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *9 anos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *Em Camobi.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Morava de aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *(A entrevistada não trabalha.)*

5.2. Como vai para o trabalho?

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *Estudam no Júlio do Canto.*

6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? *Vão andando.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Vamos ao HUSM (Hospital Universitário) ou ao posto novo (Unidade de Saúde de Camobi).*

7.2. Como vocês chegam lá? *É perto daqui e nós vamos andando.*

<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. É mais caro.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>A gente coloca umas cadeiras e junta todo mundo pra tomar chimarrão.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>As crianças brincam nas ruas, aqui no pátio e dentro de casa.</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não. Nós somos de outra igreja.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>A entrevistada mora em frente à casa da filha.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 12.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O fundo do lote é utilizado para depósito de material de construção.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 17.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado (a)/ Idade: *Mulher, 32 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Marido (36 anos) e filhos (14, 8 e 2 anos e um bebê de 3 meses).*

2.3. Número total de moradores: *6.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Eu cuido do lar. O meu marido trabalha como motorista.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Boa. Cada um na sua, mas quando a gente precisa, a gente se ajuda. Eu acho isso bom... Acho que tem que ser assim.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? O esgoto é o que é ruim, nem tanto o calçamento.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Uma pracinha.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 3 meses.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Aqui no bairro Camobi mesmo. Perto da UFSM.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Antes eu morava junto com o meu sogro, mas era muito apertado. Era um pátio para duas famílias. Não tinha muito espaço pras crianças brincarem. Tinha brinquedo que tinha que ficar guardado. Aí a gente conseguiu comprar uma casa aqui.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? É aqui no bairro Camobi.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Ele pega o ônibus todo dia.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? Escola Vicente e Escola Margarida Lopes.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *No Posto novo (Unidade de Saúde de*

<p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>Andando.</i></p>	<p><i>Camobi). O atendimento é bom. Não demora muito. O posto é aqui pertinho.</i></p> <p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>É perto daqui, nem precisa de carro.</i></p>
<p>8. COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo ou o Supermercado Dois Irmãos.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? Não. <i>Porque eles dão prazo de 40 dias nos supermercados.</i></p>	<p>9. LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Tomar chimarrão à tardinha quando o meu marido chega do trabalho.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>As crianças gostavam de andar em vizinho em vizinho, mas eu prefiro que eles brinquem aqui perto de casa mesmo.</i></p>
<p>10. VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Nós estamos participando da preparação para o batizado do neném. Eles também dão aula de artesanato e eu quero ver se me encaixo numa dessas aulas. Eles também ensinam a fazer pão. Eles fazem festa junina e também tem uma feira de roupas usadas e baratas.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11. OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>A entrevistada estava em casa cuidando do filho recém-nascido. As crianças estavam de férias e brincavam na rua e na casa de vizinhos.</i></p> <p><i>A entrevistada ao longo da conversa relatou não existir problemas com a coleta de lixo que é realizada três vezes por semana (segunda, quarta e sexta) na porta de sua residência.</i></p> <p><i>As crianças realmente utilizam a rua para brincar, andar de bicicleta e transitam de uma casa pra outra, demonstrando uma boa relação de vizinhança.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 13.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: As crianças passam as horas livres brincando ao redor da casa.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 18.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 47 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Dois filhos (28 e 26 anos), filha (25 anos), dois netos (8 anos e 7 anos) e duas netas com 5 anos.*

2.3. Número total de moradores: *8.*

2.4. Atividades de renda da família: Em que trabalham? *Um trabalha em uma olaria, outro é servente de obras e a filha é doméstica.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Gosto.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *Boa. Não tenho queixa de ninguém.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *O esgoto é que é ruim.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Uma praça.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *6 anos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *No Bairro Nonoai.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Ah... Briguei com o marido e vim morar aqui.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *Não. A maioria é no centro.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Ônibus.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *As crianças estudam na Escola Renato Nocchi Zimmermann.*

6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? *A pé.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *No Posto Novo (Unidade de Saúde de Camobi).*

7.2. Como vocês chegam lá? *Á pé. Não precisa de ônibus.*

<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Na Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Sim. Mas é mais caro... Muito mais caro!</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Cuido das crianças, tomo chimarrão, costuro à mão.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>As crianças brincam aqui mesmo... É mais seguro.</i></p>
<p>10 . PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>A moradora conta que no centro comunitário ocorre distribuição de leite, mas que a família não participa.</i></p> <p><i>A entrevistada estava em casa vendo televisão, enquanto seus netos e filha brincando na casa e na área externa do lote.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 14.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: No fundo do lote há um módulo sanitário fornecido pela própria prefeitura.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 4, nº. 50.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 25 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Marido (27 anos), Sogra (58 anos) e dois filhos (8 e 6 anos).*

2.3. Número total de moradores: *5.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Trabalho de doméstica. O meu marido é pedreiro e a minha sogra é pensionista.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Gosto.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Sim. Eu me dou com todo mundo.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? Eu não gosto do barro na rua, os esgotos... Os esgotos estouraram todos no meu pátio e o meu marido teve que fazer um sistema de esgoto individual. Ele perguntou se os vizinhos também queriam, mas ninguém se interessou. Aí nós tivemos que fazer no nosso.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Um espaço pras crianças.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? Eu moro há 10 anos, mas a minha sogra mora aqui há 14 anos, desde o início da invasão.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Morava em Camobi mesmo.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? A minha sogra tinha um terreno aqui na vila e ela pagava uns carnês. Aí a gente veio morar aqui com ela.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Eu fico pelo bairro mesmo e dá pra ir andando. O meu marido depende do serviço. Em alguns ele precisa pegar ônibus.*

5.2. Como vai para o trabalho? *A pé e de ônibus.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? Escola Júlio do Canto.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Nós vamos ao HUSM, em caso de emergência. Ou vamos ao Posto novo (Unidade de*

<p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus?<i>Eles vão andando.</i></p>	<p><i>Saúde de Camobi), mas demora muito. É tudo agendado.</i></p> <p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>Nós vamos andando.</i></p>
<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>No mercadinho Floriano.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. Porque onde eu compro vende fiado.</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Eu quase não tenho tempo livre. Eu fico em casa. E o meu marido sai pra jogar futebol lá no Guarani.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>As crianças brincam no pátio da casa ou nas ruas.</i></p>
<p>10 . VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Nós vamos para a missa de Domingo.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES :</p>



Figura: Casa da Entrevistada 15.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O lote é utilizado para depósito de lixo reciclável e local de recreação para as crianças.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 5, nº. 48.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 45 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Filhos (16, 14 e 12 anos) e neta (5 anos).*

2.3. Número total de moradores: 5.

2.4. Atividades de renda da família: Em que trabalham? *Sou doméstica e trabalho com reciclagem.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Não gosto.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *Eu me dou com todo mundo. Não vou à casa de ninguém. A minha filha mora ali na rua de cima e eu não vou à casa dela.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *Em vista do que era antigamente, melhorou bastante. A polícia aparecia em peso. Tinha muitos marginais. Aqui é muito movimentado também. Acho que isso é o que me deixa doente.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Uma praça. Poderia ter um lugar para as crianças brincarem para que elas não fiquem nas ruas.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *14 anos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *São Pedro do Sul/RS.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Eu morava de aluguel. Depois consegui um terreno aqui. Aí eu vendi e fui cuidar do meu pai lá em São Pedro do Sul/RS. Depois eu voltei pra cá. Essa minha casa é alugada.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *Trabalho aqui no bairro mesmo.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Vou andando.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *Dois dos meus filhos estudam no Júlio do Canto, outra no Renato e a neta na Creche Vila Jardim.*

6.2. Como elas vão pra aula? *Caminhando ou de*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Vamos ao HUSM (Hospital Universitário de Santa Maria).*

7.2. Como vocês chegam lá? *A pé.*

ônibus? <i>Eles vão andando pra escola.</i>	
<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Sim. Ali no bar do pandeiro, porque eu posso pagar no fim do mês.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Fico na sala vendo televisão. Eu gosto de sair pra fora e fazer crochê.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Ficam brincando mais no pátio de casa, nas ruas ou no campo de futebol.</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>A entrevistada conta que ganha um salário de 250 reais e paga 100 reais de aluguel.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 16.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O lote é atravessado por uma vala de esgoto que traz os dejetos de outras residências. Não possui outra utilização diferencial além de cumprir o fim residencial. A área livre do lote é coberta por vegetação gramínea e alguns arbustos.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 26.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 68 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Filho (47), Neto (20).*

2.3. Número total de moradores: 3.

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Não trabalho mais. Mas trabalhei anos na lavoura e depois como doméstica. Também ajudei no centro comunitário durante muito tempo. O meu filho é servente de obras.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Boa. Todo mundo se dá com todo mundo aqui.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? O esgoto aqui é terrível. Lá no fundo do meu lote passa o esgoto vindo de outras casas. É um problema sério. Isso causa doenças!*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Um lugar para parar dia de domingo, para as crianças brincarem e a gente ficar. Aqui não tem entretenimento.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 14 anos.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Morava perto da faixa nova, perto da minha filha em Camobi.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Morava numa casa alugada.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Eu não trabalho mais. Não saio daqui. Mas o meu filho trabalha no bairro.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Ele pega ônibus.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? (Não se aplica, pois inexitem moradores em idade escolar.)*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Posto Novo (Unidade de Saúde de Camobi).*

<p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>(Não se aplica.)</i></p>	<p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>Não precisa de ônibus. Fica quatro quadras pra lá.</i></p>
<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Sim. De vez em quando. Preço um pouco mais alto.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Faço crochê.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>(Não há crianças!)</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Eu faço aula de bordado, crochê e pego leite com eles.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>A entrevistada contou que, no início da invasão, ajudou como cozinheira a fazer almoços oferecidos pelo centro comunitário e que eram organizados por freiras da Igreja Nossa Senhora da Glória. Disse que os almoços aconteciam frequentemente, quase todos os dias. Depois ficaram mais raros, até que não fizeram mais. Ela conta que saía pedindo doações no Centro de Santa Maria, que recebia bastante e tinha que ligar para as freiras pega-las com as doações. Ela disse que gostava muito do que fazia. Gostava muito de ajudar. Tinha prazer em ajudar as pessoas. Ela acredita que deixaram de organizar as refeições, porque as pessoas da vila, aos poucos se organizaram e as freiras acreditaram não ser mais necessário.</i></p> <p><i>Relato da moradora: “Eu trabalhei 3 anos ali. Trabalhava com a comida para as pessoas necessitadas. Antigamente as refeições eram oferecidas todos os dias, porque as pessoas estavam construindo suas casas e gastavam muito com a compra de madeira e material. Mas com o tempo, as pessoas foram se organizando e não precisou mais”.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 17.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: A casa abriga grande quantidade de material reciclado nos fundos do lote.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 27.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 41 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (38), dois irmãos (30 e 25 anos), dois filhos (10 e 7 anos) e cunhadas (18 e 16 anos) e um bebê (7 dias).*

2.3. Número total de moradores: *9.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Estou em casa, porque tive um bebê recentemente, mas trabalho com a coleta de material reciclável. O meu marido é servente de obras.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? É boa. Mas é cada um na sua, ninguém incomoda ninguém.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? As ruas e o esgoto.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Um lugar pra gente ficar no fim de semana... Uma praça para as crianças brincarem e não terem que ficar na rua suja.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 14 anos.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Em Camobi.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Eu morava em uma casa alugada.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Trabalhamos pelo bairro.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Não utilizamos o ônibus.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? Escola Renato e Escola Júlio do Canto.*

6.2. Como elas vão pra aula? *Caminhando ou de ônibus? Eles vão andando.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *No Posto Novo (Unidade de Saúde de Camobi).*

7.2. Como vocês chegam lá? *É perto daqui. Nós vamos andando mesmo.*

<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Sim, mas pouca coisa. O preço é um pouco mais alto.</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Ficar aqui no pátio conversando com a minha mãe e os meus filhos.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Elas ficam brincando pelas ruas. Só tem praça na Cohab Fernando Ferrari.</i></p>
<p>10 . VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Eles distribuem leite.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>Inicialmente, a entrevistada mostrou-se desconfortável com os questionamentos. Ao longo da entrevista, mostrou-se mais acessível e permitiu que a casa fosse fotografada.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 18.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O lote é ocupado por uma residência mista (comercial e residencial) e apresenta como áreas livres o fundo e uma das laterais do lote. A lateral não edificada do lote abriga uma cancha de bocha. A família utiliza a rua para abrigar o material de construção comprado para futuras obras.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1 Endereço: *Rua Nércio de Oliveira, nº. 29.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 41 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Esposo (45 anos), Filho (23 anos), Netos (5 e 3 anos).*

2.3. Número total de moradores: *5.*

2.4. Atividades de renda da família: *Em que trabalham? Entrevistada trabalha em casa. O esposo é operador de máquinas. E o filho é servente de pedreiro.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Sim.*

4.2. Relação de vizinhança: *A relação com os vizinhos é boa? Sim. Todo mundo é gente boa.*

4.3. Principais problemas: *O que mais incomoda aqui na vila? O que eu arrumaria aqui primeiro seria o esgoto, depois as ruas e as calçadas.*

4.4. Sugestões de melhorias: *Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? Um lugar pras crianças brincarem, uma pracinha.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: *Há quanto tempo moram na vila? 14 anos.*

3.2. Local de origem: *Onde moravam antes? Aqui mesmo em Santa Maria, perto da Faixa Nova de Camobi.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: *Por que a família veio morar aqui? Eu morava de aluguel.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: *Fica perto da vila? Bairro Camobi.*

5.2. Como vai para o trabalho? *O meu filho e o meu marido precisam do ônibus pra trabalhar.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: *Onde as crianças e os jovens estudam? Eles ainda não estudam. Estou pensando em colocar a guria aqui na creche.*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram?

<p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>(Não se aplica.)</i></p>	<p><i>No Hospital Universitário de Santa Maria ou no Posto Novo (Unidade de Saúde de Camobi).</i></p> <p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>É perto. Dá pra ir andando.</i></p>
<p>8. COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo ou o mercadinho do Floriano.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>(Não se aplica, pois a entrevistada é proprietária de um estabelecimento comercial inserido na vila.)</i></p>	<p>9. LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Quando eu tenho tempo livre, eu gosto de mudar tudo dentro de casa. Gosto de limpar e mudar a posição dos móveis.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Eles brincam por aqui mesmo. Aqui na cancha de bocha ou no campo de futebol.</i></p>
<p>10. VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Eu participo do grupo para hipertensão. Eles ajudam a controlar a pressão e dão remédios.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não. Faz tempo que não. No começo, quando a gente invadiu, faziam reuniões sempre, mas hoje não fazem mais. Tem o presidente da associação que mora ali, mas ele não faz nada.</i></p>	<p>11. OBSERVAÇÕES:</p> <p><i>Relato da moradora: "Moro aqui desde que começou com a invasão. Eu lembro que eram de 10 a 11 barraquinhos de lona. (...) Está tudo certo com a prefeitura. Nós pagamos um carnê. Até faz uns meses que não chega aqui".</i></p> <p><i>A cancha é utilizada para jogo de bocha – um jogo típico da região sul do Brasil.</i></p> <p><i>Ela conta que no início da ocupação as reuniões eram freqüentes, mas, atualmente, não há mais reuniões de moradores. Cada morador por si.</i></p> <p><i>A entrevistada é uma das primeiras moradoras da vila. Foi a primeira entrevistada a usar o termo invasão.</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 19.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O espaço livre contido no lote é utilizado para estacionamento dos veículos da família, para atividades domésticas e para horas de lazer.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa Rua Equador, nº. 33, esquina com Rua Nércio de Oliveira.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 39 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Marido (38 anos), filho (19 anos), nora (18 anos) e neto (6 meses).*

2.3. Número total de moradores: 5.

2.4. Atividades de renda da família: Em que trabalham? *Eu trabalho com reciclagem e o meu marido com serviços gerais.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Gosto de tudo. Não tenho do que reclamar.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *É boa, mas eles nas casas deles.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *O problema é o esgoto.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Uma praça.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *14 anos. Moro aqui desde o começo... Desde a invasão.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *Morávamos em São Marcos. Fica em Arroio Grande/RS.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Porque a gente conseguiu um terreno da gente.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *Trabalhamos pelo bairro.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Nós temos carro.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *(Não se aplica, pois inexistem moradores em idade escolar.)*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *No posto novo (Unidade de Saúde de Camobi), mas a gente tem que madrugar lá. Tem*

<p>6.2. Como elas vão pra aula? Caminhando ou de ônibus? <i>(Não se aplica.)</i></p>	<p><i>que sair daqui meia-noite pra conseguir marcar.</i></p> <p>7.2. Como vocês chegam lá? <i>A gente pode ir de carro ou dá pra ir andando.</i></p>
<p>8 . COMÉRCIO</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. Daqui da vila não, porque é mais caro. Mas a gente também costuma comprar no mercadinho Floriano que fica aqui perto. É quase o mesmo preço lá.</i></p>	<p>9 . LAZER</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Quando temos tempo livre, ficamos conversando e tomando chimarrão.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Em casa. O meu filho joga no campo de futebol.</i></p>
<p>10 . VIDA EM COMUNIDADE</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Não participo atualmente.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não. Antes tinha... No começo, elas aconteciam onde é a Creche. Era uma sede de madeira.</i></p>	<p>11 . OBSERVAÇÕES :</p> <p><i>A entrevistada conta que as pessoas chegaram à área com barracos de lona e foram ocupando os terrenos. Na época, não havia nem água nem luz. Os vizinhos que moravam na Vila Jardim emprestaram cabos e torneiras, também forneceram água e luz. Cada esquina tinha um ponto de água. Ela relata: "A ocupação foi de uma vez só. Os moradores que marcaram os terrenos. Foi marcada uma reunião com a prefeitura e a gente foi pagando. A área toda foi negociada em 35 mil reais. Esse valor foi dividido por cada terreno. Cada terreno tinha um preço e os moradores ficaram pagando carnês durante um tempo. Mas depois pararam de pagar e ficou por isso mesmo."</i></p>



Figura: Casa da entrevistada 20.

Fonte: acervo próprio, 2007.

Observações sobre a utilização do lote: O lote possui área livre de boa qualidade, limpa, coberta por vegetação e com espaço amplo para as crianças brincarem, diferente da maioria das edificações existentes na vila.

1. LOCALIZAÇÃO DA CASA

1.1. Endereço: *Travessa 6, nº. 10.*

2. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR

2.1. Entrevistado(a)/ Idade: *Mulher, 25 anos.*

2.2. Outros moradores da residência/Idades: *Marido (27 anos), filho (6 anos) e filha (3 anos).*

2.3. Número total de moradores: 4.

2.4. Atividades de renda da família: Em que trabalham? *Ele trabalha na Rede Vivo como conferente.*

4. VIDA DENTRO DA VILA

4.1. Gosta de morar aqui? *Não, porque eu fico longe da família que mora no centro.*

4.2. Relação de vizinhança: A relação com os vizinhos é boa? *Sim. Os vizinhos ficam cada um no seu canto.*

4.3. Principais problemas: O que mais incomoda aqui na vila? *Arrumar esses esgotos e essas ruas.*

4.4. Sugestões de melhorias: Além dos problemas falados, o que poderia ter aqui que não tem? *Uma praça.*

3. HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO

3.1. Tempo de moradia: Há quanto tempo moram na vila? *4 anos.*

3.2. Local de origem: Onde moravam antes? *A gente morava na Rua Equador.*

3.3. Motivo da mudança para a vila: Por que a família veio morar aqui? *Nós morávamos com a minha sogra. Aí quando o meu marido conseguiu o emprego, conseguimos nos mudar pra cá.*

5. TRABALHO

5.1. Local de trabalho: Fica perto da vila? *No supermercado da Rede Vivo.*

5.2. Como vai para o trabalho? *Vai a pé.*

6. EDUCAÇÃO

6.1. Local: Onde as crianças e os jovens estudam? *Escola Júlio do Canto.*

6.2. Como elas vão pra aula? *Caminhando ou de*

7. SAÚDE

7.1. Quando precisam de atendimento médico, onde procuram? *Posto novo (Unidade de Saúde de Camobi) ou HUSM.*

ônibus? <i>Caminhando.</i>	7.2. Como vocês chegam lá? <i>Vamos andando.</i>
<p>8 . C O M É R C I O</p> <p>8.1. Local: Onde costumam comprar (comida, material de limpeza etc.)? <i>Rede Vivo.</i></p> <p>8.2. Comércio local: Costumam comprar nos mercadinhos da vila? Por quê? <i>Não. Porque no supermercado é mais barato.</i></p>	<p>9 . L A Z E R</p> <p>9.1. Atividade de lazer: O que você faz nas horas livres de trabalho? <i>Vejo Tv.</i></p> <p>9.2. Local de recreação: Se há crianças/adolescentes: O que elas fazem pra se divertir? Onde? <i>Eles ficam aqui no meu pátio mesmo.</i></p>
<p>10 . V I D A E M C O M U N I D A D E</p> <p>10.1. Vocês participam das atividades do centro comunitário? Se sim, de quais atividades? <i>Sim. Nós vamos à missa de domingo. Eu também ia pras aulas de crochê, mas eu parei.</i></p> <p>10.2. Existe reunião de moradores ou algum evento festivo que reúna os moradores? <i>Não.</i></p>	<p>11 . O B S E R V A Ç Õ E S :</p> <p><i>A casa da entrevistada possui qualidade superior a das outras edificações.</i></p> <p><i>A moradora conta que tem jogo de futebol do pessoal da Associação Novo Rumo. Eles que marcam os jogos. Antigamente pertencia a Associação Camobiense.</i></p>